AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 59

OUTONO 1999

DIRECÇOM:

María do Carmo Henríquez Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
José Ramom Chantada Acosta
Óscar Diaz Fouces
Carlos Garrido
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
J. Carlos Quiroga D.
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

In memoriam:
Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devolución de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s.a.
Corunha - Dep. Legal: C-250 - 1985
ISSN: 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR:

GALIZA:

José Agrelo Ermo
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçales Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pêrez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:
Ernesto Guerra da Cal

BRASIL:

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Reynado Valinho

In memoriam:
Sílvio Elia

MOÇAMBIQUE:

Fátima Mendonça

PORTUGAL:

Carlos Assunção
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira
Amadeu Torres

In memoriam:
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:
Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
Fax: 988 37 27 14

AGÁLIA
Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua

Número 59
Outono 1999

SUMÁRIO

PÁGS.

ESTUDOS

O Brasil fala a língua galega, por Júlio César Barreto Rocha 279-290

Nomes de origem literária na documentaçom galega baixo-medieval, por Júlio Diéguez Gonçálex 291-314

Reformação ortográfica *na Galiza ou, mais uma vez,* a montanha parirá um rato?, por António Gil Hernández 315-332

O deslouvor das damas no Cancioneiro Geral, por M.ª Isabel Morán Cabanas ... 333-350

NOTAS

A estandardizaçom reintegracionista em Ricardo Carvalho Calero (1981-1990), por José Manuel Outeiro G. 351-359

«Este povo é porco, é estupido e é velhaco», Aluísio Azevedo, vice-cônsul em Vigo, por Fernando Vázquez Corredoira 361-366

ANTOLOGIA

Livro da memória, por Paulo Soutelo 367-378

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

O debate sobre a língua da Galiza 379-389

Crónica das 'Jornadas sobre Lamas Carvajal' 390-392

RECENSONS

A escolha da periferia, por Raquel Bello Vázquez 393-394

Tirar sentença da sentença, que é bem e proveitosamente interpretar, por Miguel Cupeiro Frade 395-398

Novos termos para a revolta, por Alfredo Ferreiro 399-401

CAPA: Júlio Gaioso

ESTUDOS

O Brasil fala a língua galega

Júlio César BARRETO ROCHA
(Professor da Universidade de Rondônia. BRASIL)

"Omite-se o nome da Galiza, como se esta não existisse, como se esta não tivesse história, vida e cultura nacional"
(*M. A. Fernán-Vello,* poeta e galeguista)

Não se pode dizer que traz muitas facilidades dizer que o Brasil fala a língua galega, quando já pouco se discute que fale "português", dentre os filólogos. Também não se poderia afirmar que este é um tema novo. Ao contrário: são ao menos **setecentos** anos em que muitos estudiosos do Mundo, muita vez por ignorância quanto à "questão da língua galega", não põem em dúvida a existência de um idioma eminentemente "português", diferenciado em sua essência de suas raízes primeiras, sendo oriundo "diretamente do latim". São pelo menos setecentos anos desta injustiça histórica; uma injustiça cultural com um povo, mas também sócio-política, ademais de lingüístico-terminológica. Muitos por certo são contrários de antemão a nomear de "galego" à língua comum atual empregada por brasileiros, portugueses e galegos, valendo-se de artifícios pseudo-sociolingüísticos para isolar as duas faces do idioma. Contudo, um olhar mais detido e menos desdenhoso com a História e com a ideologia que inexorável conduz o resultado dos estudos —e cuja menção também não é nada nova— poderá contribuir com alguma luz às investigações filológicas, no que concerne ao estudo do português como um *continuum,* de antes de abandonar a Península Ibérica a nossos dias, conciliando os ânimos dos lusitanistas munidos de "pré-conceitos" com o melhor dos argumentos: a inafastável História e uma penetração nas diretrizes das "razões de Estado", do caminhar da História em si, ou mais concretamente na História da Língua, e a partir do prisma das Políticas Lingüísticas dirigidas pelos Estados.

É certo que há neste texto imprecisões variadas, desde o título (uma vez que não é a terra que fala uma língua, mas seus habitantes). No entanto, outros elementos, dantes afastados, parecem mais importantes de realçar neste momento. Em primeiro lugar, deixo patente que estarei me referindo à "fala", não à escrita, quando imagino a "língua", seja antes do século XIV (quando não há controvérsia quanto à nomenclatura), que hoje é admitida por todos como "galego-português" [1]. A língua na modalidade escrita, a partir da concepção de signo em Saussure, é ainda mais arbitrária que a língua na modalidade falada, portanto menos representativa. Assim, o que ganha primazia, aqui, para a consideração de língua, como veículo de comunicação (máxime na Idade Média), é a realização oral. A essência da linguagem é o diálogo, como se sabe. A fala é língua viva, a língua "verdadeira", e bem mais importante que a escrita, que veio a ser mera decorrência daquela. A Filologia, para aqueles que insistem em opô-la à Lingüística, pode prescindir dos estudos sobre a fala, mas vale-se constantemente de uma projeção do que **deve ter sido** a fala de antanho, a partir de textos escritos —e não pode ignorar o fato de que a fala existiu antes de os textos ganharem um suporte físico mais estável, seja ou não mais "literário", como os poemas dos cancioneiros galego-portugueses.

E, a despeito de sabermos que fala difere de escrita, e sabermos que uma língua dispensa a representação gráfica, embora diferencie-se ainda ritmo, prosódia, entonação, "sotaque", etc., muitos filólogos ainda cedem à tentação de tomar uma coisa pela outra. No texto de Fernández Rei "Posición do Galego entre as linguas románicas" [2], o ótimo professor constrói um texto de excelente qualidade histórica e, ao final, resolve alcançar uma conclusão, querendo isolar a língua galega da portuguesa, ao confundir língua com variante de fala, por intermédio de uma citação de Otero Pedrayo, que diz:

> *O galego é moito mais fermoso que o portugués. Ten menos dificultades de pronunciación: é unha lingua románica, latina, amplia, simpática, aberta. Hai que conservala así.*

O trecho desafortunadamente eleito obviamente não é um argumento filológico; reflete não apenas preconceito, mas dá ainda mais espaço a uma confusão secular que isolou o povo português de seus lingüísticos "pais" galegos: ressalta pequenas distinções de pronúncia, com um toque de patriotada, e dele resulta uma justificativa do tipo "rebelde sem causa": o voluntarismo do adolescente que deseja deixar a casa paterna. Claro que, no caso em tela, é o "pai lingüístico" que se rebela, pela voz do Otero Pedrayo em boca de Fernández Rei, contra o "filho lingüístico", que herdou a língua galega, quando se constituiu em Estado soberano no século XII, e deixou os pais esquecidos nas tramas do passado comum [3]. O reinado da Casa de Avis (1385-1580) em Portugal consolidou a idéia de que a língua, antes sabidamente geral, de ambos, galegos e lusitanos, era originariamente "por-

---

(1) Conhecida como "a doutrina do galego-português", propagada por Carolina Michaëlis.

(2) Francisco Fernández Rei (1988). *"Posición do Galego entre as linguas románicas"*. In: Verba - Anuario Galego de Filoloxía. N.° 15. Universidade de Santiago de Compostela. Vigo. pp. 79-107.

(3) De fato, o Professor reelaborou este texto básico do isolacionismo galego, e deixou de lado esse "argumento", embora não o tenha substituído por outro melhor.

tuguesa", existindo um período de "formação" apenas superado após ultrapassado o tempo de glória dos cancioneiros medievais.

Claro que já não é mais admitido pensar Otero Pedrayo pela ótica daquele viés momentâneo da citação supramencionada, ademais extraída de uma simples entrevista. Segundo o escritor Méndez Ferrín, em recente colóquio em Compostela[4], Pedrayo foi o primeiro que levantou a bandeira em favor dos portugueses[5]. Todavia, ainda não é este o nosso tema central. O que desejo relevar é o fato de que a língua portuguesa, como já se sabe de longuíssima data, não é propriamente portuguesa; ou seja, a língua falada em Portugal, queira-se ou não, veio de fora **de suas fronteiras de hoje,** e é anterior aos Cancioneiros galego-portugueses, anterior ao Estado português: nasceu numa terra que constitui o que ontem era a *Gallaecia* e ainda hoje é a Galiza, uma Comunidade Autônoma. Logo, o idioma aqui gerado e desenvolvido deve ser chamado de "galego".

O que atrai a atenção, neste caso, é a omissão histórica: como pode um fato tão simples ser mantido obscurecido, como um segredo de alcova, por tanto tempo, afastado dos livros e das discussões? Não podemos continuar fingindo que poucos estudiosos lembram de citar a Galiza quando se referem aos "falantes de português" que há no Planeta[6]. Esta omissão não é, como poderia parecer à primeira vista, fruto de mero esquecimento. Como tudo neste mundo, houve, e de uma maneira diversa continua havendo, bons motivos para "esquecer" este fato, que, analisado, não chega a ser tão estranho assim.

A Galiza forma uma nação concreta, que, juntamente com outras várias nações (Castela, Catalunha e o País Vasco), constitui o Estado espanhol. A Galiza é, em tudo, uma espécie de "país dentro de um país", com seus desejos, história, fronteiras, tradições, mártires e lendas diferenciados. A língua também era diferenciada desde o primeiro milênio de nossa era. Logo, trata-se aqui neste texto de fazer constar uma simples anotação: a língua dita "portuguesa" não é verdadeiramente portuguesa. Isto é: não é precisamente autóctone do território português, como se vangloriam por séculos "os pais" dos brasileiros. Durante quase um milênio foi muito interessante para Portugal ignorar a existência da Galiza, pois isto mantinha o mito de que a língua dita portuguesa fora gerada e era originária exclusivamente de seu território, de seus habitantes, que englobavam os primeiros lusitanos. Podiam, assim, com mais vã-glória, jactar-se os governantes, perante o povo, de serem portadores e guardiães do idioma de Camões[7], obtendo a união das gentes e o propósito comum que conforma um Estado-nação. Posteriormente viria a idéia de que levava "seu" idioma a terras as mais distantes do Globo.

---

(4) Colóquios sobre Otero Pedrayo. Faculdade de Filologia. Universidade de Santiago de Compostela. Outubro de 1996.

(5) *Vide* também Isaac Alonso Estravís (1988). *"Otero Pedrayo e Portugal"*. In: Nós - Revista Internacional Galaicoportuguesa de Cultura - n.° 7. Pontevedra. pp.39-45.

(6) Já Fernão de Oliveira, em sua *"Gramática da Língua Portuguesa"*, de 1536, refere-se ao "Cancioneiro Português", evitando mencionar o galego. Mesmo hodiernamente, diversos encontros cujo epicentro era a língua portuguesa, ainda que realizado com estudiosos conscientes da "questão galega", omitiam discussões que envolvessem temas tão prementes como a normativização da variante nortista do "português europeu". (*Vide, v.g.,* as "Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro de Língua Portuguesa Contemporânea". Coimbra. 1968.)

(7) Camões, cuja origem familiar é galega, como se sabe.

Não podemos negar a bravura dos aventureiros marítimos, dos tenazes navegadores portugueses. No entanto, por uma questão de respeito à história, deve ser desvelado, com todas as letras, que, na realidade, os portugueses levaram consigo não um idioma próprio, mas a língua galega, o idioma que primitivamente era dos habitantes do Norte da Península, que ficavam para trás, esmagados pela histórica pressão castelhana, que "domou e castrou" os verdadeiros "pais da língua", os quais falam o galego até nossos dias.

Criado por derivação do latim, o galego recebeu contribuições germânicas, elementos árabes e componentes indo-europeus e pré-indo-europeus de todo tipo, **ainda na Galiza,** no antigo território da Gallaecia romana. Depois descendeu mais ao Sul, levado pelos galegos, e ocupou **o Norte** do território que somente muito depois foi chamado Portugal, entre os Rios Minho e Douro, e em seguida se estendeu até o Mondego (limite da *Gallaecia* até avançada época), para finalmente se espraiar até o extremo Sul da Península, e agregar outras contribuições moçárabes. Podemos aqui traçar este paralelo: Assim como o Brasil, após receber o patrimônio lingüístico dos portugueses, assimilando contribuições tupis ou africanas, manteve a estrutura da língua dita "portuguesa"; da mesma forma os portugueses admitiram outros elementos, mantendo a estrutura originalmente galega.

Com o tempo, a Galiza foi esmagada politicamente, enquanto Portugal desenvolveu uma literatura pujante, e sobretudo conquistou outras terras, distribuindo "sua" língua e sua cultura. Chegado o século XX, e com a queda do regime franquista, e com a Constituição espanhola de 1978, as comunidades nacionais da Espanha recobraram o direito à proteção de seu patrimônio lingüístico. Em 1981 surgiu o Estatuto da Comunidade Autônoma da Galiza[8], que expressamente devolvia à legalidade a língua galega, que, oculta por séculos, ficara restrita quase que somente ao meio rural, mas que, em tudo, lingüisticamente falando, é a mesma língua portuguesa, como atestam filólogos de todas as partes e de variada tendência.

Não podemos esquecer que Portugal é tido como o país que possui a fronteira "mais antiga e mais estável do mundo"[9]. Mas isso se considerarmos o Portugal-Estado como entidade política, soberana no conjunto das relações internacionais. Como *nação,* que é o conceito principal implicado na concepção de língua, a Galiza é naturalmente mais antiga que Portugal[10]. O fato de que a Galiza tenha sido reinado peninsular entre os anos de 926 e 929 não diz realmente tudo. Mais do que isto, os galegos se constituem como povo com identidade própria, diferenciada, criadora da língua, de hábitos e de tradições ainda antes disso. Confirmando essa idéia, diz o texto promocional de uma série de "encontros" que terá lugar neste ano de 1996, de 16 a 19 de dezembro, no Museu do Povo Galego:

> *Na cidade galaico-romana de Bracara Augusta, hoje Braga, apareceu já há bem tempo uma inscrição dedicada a un neto do imperador Augusto. Nela surge à luz, pela primeira vez, o nome de* Gallaecia. *É a sua primeira aparição histó-*

(8) Firmado por Sua Majestade o Rei, D. Juan Carlos I, e o Presidente do Governo de então, Leopoldo Calvo-Sotelo.
(9) Orlando Ribeiro. *"A Formação de Portugal";* ICLP; Lisboa. 1987. p.21.
(10) Ver mais em Julio Cabrera Varela. *La nación como discurso. El caso gallego (La estructura del sistema ideológico nacionalista: el caso gallego.* Centro de Investigaciones Sociológicas. Siglo Veintiuno de España, s.a. 1992.

rica documentada. Não é possível conhecer a data exata dessa inscrição, que pode ir desde o ano 5 antes de Cristo até o 4 depois de Cristo. Alguns dados fazem mais provável o ano 3 antes de C. "O Feito Diferencial Galego na Historia").

Ora, a Galiza é um país de dois mil anos pelo menos; possui um idioma consolidado há mil anos aproximadamente. A despeito de existirem habitantes do Sul como povo diferenciado politicamente antes disso, o "Portugal", como um todo, existe como Estado há apenas 800 anos [11], e recebeu a língua evoluída do latim **desde o Norte** —como se deu também com o próprio castelhano e o catalão. Logo, o idioma português é verdadeiramente a língua galega que foi ligeiramente modificada, e não o contrário.

O ocultamento deste fato histórico se deve fundamentalmente a dois grupos de fatores. Por um lado, os "séculos obscuros" e o esmagamento político da Galiza, aliados à modéstia galega, e à natural soberbia da Pátria de Camões —que com os chamados "grandes descobrimentos" conduziu os estudiosos ao erro de encobrir outros fatos importantes do passado, submetendo a História à Sociolingüística. E, por outro lado, deveu-se esta situação à difícil convivência entre os impérios espanhol e português, que tinham no território da Galiza o ponto nevrálgico de seu relacionamento. Dois impérios **globais** em confronto necessitaram desta mentira secular.

Ilustrando o submetimento da História à Sociolingüística, recordo das palavras de Carvalho Calero [12], acerca dos "co-dialetos originais, português e galego". Segundo o eminente filólogo, *"um adquiriu categoria de língua e o outro permaneceu em estado dialetal"*. Claro que este erro já foi corrigido pelo próprio Calero, mas deixa entrever profundas marcas deixadas no espírito do povo galego, que possui a consciência, hoje, de que fala uma língua própria, de pertença original de seu território, e não um dialeto "derivado" do português ou mesmo do castelhano, como já aventaram, através dos séculos, estudiosos dedicados a defender um ou outro império. Afinal de contas, embora existindo apenas na modalidade falada, uma língua não pode ser rebaixada a estado de dialeto —e isto era uma necessidade do par de impérios, Portugal-Espanha: para manter seu equilíbrio sempre inestável, por um lado omitiram a realidade da paternidade galega da língua que era e é comum às duas margens do Minho, e por outro lado castravam a modalidade escrita do galego.

Cabe destacar também que quando se fala no período de "formação da língua portuguesa", fala-se na verdade da língua galega **formada,** mas que, como qualquer língua, está em constante deriva, evoluindo em alguns traços, incorporando as necessidades lingüísticas dos falantes. Ressaltar o português **em oposição** ao galego-português antigo é cumprir uma determinação política imposta pela antiga disputa territorial. A língua, em sua essência, permaneceu indomada, embora esmagada a modalidade escrita do tronco principal galego; fato jamais negado pelos estudiosos de todas as pátrias: *"Galiza e Portugal apresentavam perfeita unidade*

(11) A Lusitânia foi "pacificada" pelas tropas de César em 61 a.C.
(12) Ricardo Carballo Calero (1966). *Gramática Elemental del Gallego Común.* Galaxia. Vigo. 1979.

de língua e literatura", disse o brasileiro Leodegário de Azevedo Filho [13]. No mesmo sentido, José Luis Rodriguez, Catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, em sua tese de doutoramento, lembra que "en cuanto a la uniformidad, *(...) constituye (el gallego-portugués) un bloque más unitario aún que el provenzal literario"* [14].

Em um livro intitulado *"Galicia y Santiago"*, publicado no México em 1749, fala-se a respeito de autores espanhóis, de expressão castelhana, descendentes de galegos, como *"escritores de Galicia"* [15], o que retrata a tentativa de, para reprimir a fala, e garantir a unidade de território, fixar a escrita em castelhano como a única possível, fato corrente até mesmo há poucos anos: o idioma cervantino era o apropriado à escrita empregada na Universidade, inclusive. Esta é uma verdade que, nestes últimos quatro lustros, apenas deu os primeiros passos em um agora inevitável processo de superação dos "séculos obscuros prolongados" [16].

Os brasileiros, quando buscavam auto-afirmação político-lingüística perante a antiga Metrópole portuguesa, admitiram, após polêmicas acerbas, cujo epicentro está em meados do século passado, que seu idioma era mesmo o "português", e não uma "língua brasileira" —por razões lingüísticas, mas destacando fundamentalmente o cunho **histórico.** Pelo mesmo motivo, podemos então admitir que o Brasil fala a língua galega à sua maneira, uma vez que a língua que falamos, derivada do latim, é **autóctone** da Galiza, que transformou o idioma dos romanos antigos, bem antes de terem-na os estudiosos como "língua portuguesa".

É claro que, tratando sincronicamente, poderemos divisar inúmeras possibilidades de interpretar a fala brasileira (já por demais polifacetada em seu próprio território) em dissonância com a galega: de séculos de distanciamento cultural quase que completo não poderia resultar uma equivalência absoluta [17]. Entretanto, no âmbito da diacronia, resgatando as origens de nossa língua compartilhada, é inegável a conclusão de que o Brasil, à sua maneira, fala galego. Ademais, este trabalho se insere na conjuntura ideada de uma História da Língua que não pode, hodiernamente, eludir a política lingüística ditada pelos interesses de Estado. O erro de estudiosos dos séculos passados, a despeito da famosa admoestação de Nebrija [18], em paliar o viés da interpretação que segue o caminho dos interesses econômico-imperialistas, permitiram o esmagamento de povos e a subtração de verdades límpidas como esta.

---

(13) Revista Internacional Galaicoportuguesa de Cultura Nós. Abr 87/Dez 88. Pontevedra. 1988.

(14) *Cancionero de Joan de Airas de Santiago - Edición y Estudio.* Verba, Anuario Galego de Filoloxía. Anexo 12. Universidade de Santiago de Compostela. Vigo. 1980. p.47.

(15) Este livro, que encontrei em uma biblioteca particular em Chantada, é de autoria de "Pascuasio de Seguin *(de la Compañia de Jesus)"*, e datado precisamente de 1.º de dezembro de 1749. Reúne sete discursos "em favor" dos galegos, defendendo a lealdade destes perante a Coroa de Castela, inclusive ao lutar contra os portugueses que invadiam o território "espanhol". Isto demonstra a antigüidade das atitudes de intelectuais que buscaram afastar os povos galego e português, mesmo no século XVIII, que serão os precursores dos "isolacionistas" de hoje, num momento em que não há mais essa necessidade geopolítica de afastamento.

(16) O idioma oficial, hoje, da Universidade de Santiago de Compostela, é o galego, uma diretriz presente no artigo 8.1 de seus Estatutos, aprovados no 22 de dezembro de 1993.

(17) Contam os expertos que Shakespeare, que está "ausente" há menos tempo, se redivivo, pouco reconheceria do inglês atual.

(18) A recorrente frase "A língua é companheira do Império", de Nebrija.

Claro que poderíamos manejar outros argumentos, que não apenas o elemento histórico. Lindley Cintra[19], apoiado em Leite de Vasconcelos, alude, por exemplo, à *"influência de hábitos articulatórios de um substrato étnico"* de celtas, que, sabe-se, deslocaram-se desde o Norte, *"cuja presença Estrabão e Plínio assinalam nas margens do Tejo"*. Desta forma, o próprio filólogo português explicita que o sistema vocálico luso teria sofrido influxos desde o Norte galego. A presença das vogais mais escandidas no galego atual, que encontra menos força ao Sul, em Portugal (que obscurece as ocorrências destes sons, como em "m'nino" ou em "p'ssoa"), permanece mais integral no território brasileiro, cuja população, em sua quase absoluta totalidade, encontra parâmetro distintivo do falante português justamente nesta vocalização mais "perfeita" nossa, por assim dizer, igualando-se ao falante galego —que inegavelmente mantém também mais acesa esta "característica celta". A língua falada na Galiza, que é a real Pátria da Língua, que instituiu o sistema vocálico e a musicalidade do galego, faz-se presente no Brasil. Portugal, deixando-se influenciar pela fala moçárabe, de certa maneira "capou" a musicalidade galega aludida por Otero Pedrayo.

Agitam-se alguns estudiosos com a idéia, justamente, de que a influência moçárabe em território português, mais ao Sul de Braga, diferenciou a língua determinantemente do galego constituindo-a em "outra língua". No entanto, sob o prisma histórico-cronológico mais singelo, este argumento não resiste por muito tempo: Os moçárabes já se encontravam também mais ao Norte, no território que apenas séculos depois seria considerado "português", ainda no século VII, antes quinhentos anos de existir Portugal politicamente. Portanto, ainda no território da **Galiza integral** se formaram as variantes futuramente tidas como distinções "portuguesas". Podemos dizer, então, que, quando falamos de "português", trata-se da "variante portuguesa" (ou meridional) da "língua galega", porquanto esta já existia antes de a grande e brava nação lusa se constituir em Reino independente; logo, o idioma que se fez mais ao Norte, e deslocou-se posteriormente para o Sul é ineludivelmente o galego.

A língua portuguesa de hoje não é mais que uma variante sulista da língua galega de antanho; um co-dialeto, é certo, mas que também poderíamos chamar de galego-português infra-Douro, o qual, mesmo no território de Portugal, possui distinção com a variante de entre Minho e Douro, e ainda com o Mirandês, ao Nordeste[20]. No entanto, este não é o caminho ajeitado para tirarmos as conclusões. Não nos podemos deter em tecnicismos fonéticos, morfológicos, sintáticos, lexicais ou mesmo de entendimento mútuo[21]. Desde sempre pôde-se brandir exemplificações em defesa da proximidade ou da distância entre dois falares, no propósito de provar, para os interesses de quem organiza os argumentos, a partir do *cor-*

---

(19) Lindley Cintra. *Estudos de Dialectologia Portuguesa;* Sá da Costa Editora. Lisboa; 1983. p. 53.

(20) Lindley Cintra (op.cit.) pontifica: "a influência de Moçárabes no território português está documentada do século VII ao XII e do Algarve a Entre Douro e Minho. [A mais moderna e completa exposição do assunto (Moçárabes e Mouros) deve-se a M.Viegas Guerreiro, que utilizou e ampliou as notas de José Leite de Vasconcelos, em *Etnografia Portuguesa,* volume IV, etc.]".

(21) Há dialetos, por exemplo, no interior do idioma alemão que não permitem o mútuo entendimento. E há mútuo entendimento entre os falantes de norueguês, danês e sueco, que utilizam línguas diversas. Cf. Ricardo Muñoz Martín; *Lingüística para traducir.* Teide. Barcelona. 1995.

pus elegido, que tratamos ou não de uma mesma língua. O livro de Edith Pimentel Pinto "O Português do Brasil"[22] traz uma boa dezena de argumentos que poderiam municiar os "isolacionistas" de existir uma hipotética "língua brasileira" (ou até várias) conforme os interesses de quem financia os estudos. Já há desse tipo de artifício pela Galiza. Nas atas das *"Primera y Segunda Asembleas Lusitano-Gallega"*, da *Real Academia Gallega"*, ocorridas há trinta anos, há constância de que existem as palavras "pulpo" e "paquete" na Galiza, diferentemente do que em Portugal —*ergo* fala-se aqui uma língua distinta do português[23].

Nem vou perder tempo em comentar este "argumento". Também a língua castelhana já se bateu com dificuldades semelhantes, com a possibilidade de existir o "andaluz", o "chileno", de Andrés Bello, ou o "idioma nacional dos argentinos", de Luciano Abeille. O que é notável é a persistência dessa gente pouco detida em estudos paralelos, nesta inglória tentativa de afastar dois povos e uma língua na Europa Moderna. Necessário mesmo, nos dias de hoje, é a aproximação lingüística, cultural e econômica. Para isso, precisamos especificar a concepção de "dialeto" e de "língua", que estão tradicionalmente vinculados a ideais geográficos, quantitativos e políticos. Leite de Vasconcelos trata de dialecto (meridional), subdialecto (estremenho) e variedade (de Lisboa) sem medo de nomear a língua "principal", que, para ele, naturalmente, é o português[24]. O Brasil de 1897 percebeu possuir "variados elementos para se constituir, senão novo idioma, pelo menos importantíssimo dialeto"[25]. Ora, sabedores de que o tronco principal é a língua galega, não a portuguesa, podemos dizer que Portugal falava um dialeto do galego, e o Brasil Colônia um subdialeto do galego-português. No entanto, devido a razões de natureza sócio-política, à importância cultural da nação brasileira, no âmbito das nações modernas, e até mesmo à expressividade do número de falantes brasileiros; devido também à distância geográfica que separa os três países, Brasil de Portugal e Galiza, e às razões históricas já aludidas, não vejo dificuldade em afirmar que o Brasil fala galego. Um dialeto mediado por Portugal; naturalmente com diversas preferências lexicais ou fonéticas, que distingue, amplamente, mesmo no Brasil, um falante do Estado do Rio Grande do Norte de um falante do Estado do Rio Grande do Sul, mas não deixando de ser um "importantíssimo dialeto" —como diria Taunay— ligado diretamente à língua troncal galega —não um subdialeto ou uma variedade, qualificações inconcebíveis, porquanto o Brasil comporta cerca de 80% dos perto de 200 milhões de falantes da língua galega distribuídos pelo mundo.

Além do argumento de destacar a verdade histórica, penso que podemos arrolar outros argumentos que creio serem interessantes, a partir de vários pontos de vista, que poderiam, de certa maneira, redimir, sociolingüísticamente, a histórica injustiça perpetrada contra o povo galego, devolvendo o rótulo de "galego" à nossa língua comum. Jamais poderíamos é admitir uma teoria que servisse tão-somente a interesses de impérios frustrados, interesses até justificáveis quando se busca, por

(22) Textos Críticos e Teóricos - 1- 1820/1920- Fontes para a teoria e a história" (EDUSP; 1978).
(23) Américo Lopes de Oliveira. "Da Galiza e de Portugal - O galego e o português: Principaes diferenças Morfológicas entre ambas as língua". *Actas y Comunicaciones.* Madrid; Editora Nacional. 1967.
(24) *Mapa Dialectológico do Continente Português;* Lisboa; 1897. p.16.
(25) Visconde de Taunay. "O português de Portugal e o do Brasil". *In:* PINTO, Edith Pimentel. *Op. cit.*

exemplo, afastar dois povos em guerra perpétua através dos tempos, como os falantes de estados como Sérvia e Croácia, na Bósnia, que, igualmente por razões de Estado, por motivações de lutas entre etnias, após a implosão da Iugoslávia, exacerbaram as diferenças de fala e de escrita.

Alomar[26], por sua vez, opôs três distintos modos para denominar um idioma: por sua origem; ou por sua implantação em um estado soberano; ou por sua expansão territorial. Nessa perspectiva tripartida, a língua da Espanha poder-se-ia denominar ou "castelhano", ou "espanhol", ou "hispano-americano", sem deixar de ser o mesmo idioma difundido pelo mundo. Contudo, salta aos olhos que a denominação originária, "língua castelhana", obedece a um caráter mais científico, porquanto, com admitir a segunda opção, inevitavelmente abrangeríamos, ampliando um equívoco, outras línguas também pertencentes à territorialidade espanhola (afinal o galego, o vasco e o catalão também são "línguas espanholas"); e, enfim, com a terceira hipótese, no conjunto da "expansão", perdemos outras vertentes das antigas conquistas do povo espanhol, como Filipinas ou Guiné-Equatorial, para ficar no paradigma castelhano. Além disso correríamos o risco de, mais uma vez, confundir os inevitáveis vários dialetos, nascidos do confronto de outras realidades culturais, com a língua matriz, considerando dialeto como sendo língua.

O critério da origem é, desde já, o mais acertado. Mas, por outro lado, é lógico que, ao dizer que o Brasil fala galego, não podemos esquecer a consideração histórica prestada ao idioma "português". Afinal, o que conhecemos hoje como "língua portuguesa" é assim considerada não apenas porque o povo galego foi esmagado politicamente pelo centralismo espanhol, mas complementariamente porque o povo português conquistou espaço na comunidade planetária, tanto literária como politicamente —espaço, aliás, dividido hoje com a presença do Brasil no concerto das nações de economia sólida, e com a literatura brasileira consolidada; e brevemente espaço repartido com a pujante literatura galega, de Méndez Ferrín, de Suso de Toro, Manuel Rivas e tantos outros.

Estas condições eram inexistentes até há bem pouco. Novamente cito Carvalho Calero[27], que assim comenta a consideração de algumas décadas atrás, de Leite de Vasconcelos, ao denominar o galego "codialeto do português":

> *Tão evidente como que, para o grande filólogo português, o galego não se deriva do português, e portanto não pode chamar-se de dialeto seu, é o fato de que aquele autor* ***reputa como insensata*** *a doutrina dos galegos que olham ao português como um dialeto do galego, quando aquela língua possui uma importância cultural e política muito superior (...). Um e outro seriam irmãos; mas de hierarquia social distinta.* (Grifo nosso).

Há que anotar que esta postura decerto foi abandonada pelo autor, posteriormente. Contudo, tal preconceito social caracterizando a língua e confundindo o idioma com consideração política da soberania de um povo, dificultou os estudos,

(26) Escritor e político espanhol (1873-1941). Cit. in: *Castilla Libre. Boletin del Movimiento Popular Castellano.* N.º 06. Salamanca. p.17.
(27) Ricardo Carballo Calero. *Ibidem.*

e hoje provoca reação negativa por parte de alguns galeguistas, que se rebelam contra o ditado de nomearmos inadequadamente a língua como se fosse dialeto, recusando mesmo, alguns, o fato de possuirmos o mesmo instrumental de comunicação, em repúdio a esse maléfico, mas absolutamente normal (conquanto constructo histórico), vício de origem quanto aos estudos. As línguas, afinal, não são culpadas das vicissitudes por que passam os povos que as empregam. Fosse hoje Lisboa cidade da periferia da Grande Galiza, e não a ex-capital de um portentoso Império Transcontinental, embora já sendo fato pertencente ao passado, ninguém hesitaria em chamar "variedade lisboeta da língua galega" ao se referir à fala dos portugueses que foi o paradigma mundial por um bom tempo [28].

Língua, como se sabe, dispensa o governo e até o território nacional, podendo sobreviver apenas na tradição oral dos povos (as línguas indígenas do Brasil, *v.g.*), podendo ser recuperada integralmente na modalidade escrita, como o grego e o iídiche, por exemplo. Divulgada com mais eficiência, agora que a Galiza será tida como uma Comunidade Autônoma na União Européia, com território, povo, costumes, governo autonômico, idioma normativizando-se, pouco a pouco, não há por que não recuperar esta injustiça histórica, que o Rio do Esquecimento, situado geograficamente nas cercanias de onde nasceu nosso idioma comum, obnubilou por séculos a fio.

Dizer "o português no mundo" não é de forma alguma uma impostura, mas é sem dúvida uma imprecisão terminológica. Alguns galegos provavelmente desconsideram este rótulo de galego à nossa língua comum, não exatamente devido ao "auto-ódio", mas sim com algum traço de eurocentrismo, uma vez que haveria preponderância dos dez milhões de habitantes de Portugal sobre os dois milhões e setecentos mil galegos —além obviamente da consideração universal da pujante literatura portuguesa camoniana e moderna, também contraposta à galega, que apenas desponta, enquanto o Brasil permanece obscurecido, numa imagem nebulosa e distorcida de samba, futebol e pobreza.

A idéia é de, rompendo este vício eurocentrista, natural mas nocivo a uma **real** integração cultural-lingüística, podermos iluminar as maiores razões de afirmar a língua galega presente no mundo. Concluindo este texto, após os parcos argumentos que alinhavei com imperícia, quero comentar ligeiramente acerca da possível reação dos implicados diretamente nesta necessidade política de decisão terminológica. Para os **brasileiros,** sei que seria muito natural admitir este fato histórico, trazido à tona recentemente, de que falamos uma língua que não é realmente "portuguesa", mas um dialeto brasileiro da língua galega. Os argumentos seriam os mesmos que concluíram antigamente que falávamos a mesma língua dos portugueses. Se levarmos em conta o ideal da resistência natural aos antigos colonizadores, isto é, a inescusável necessidade de a ex-colônia repudiar politicamente a antiga Metrópole —não apenas um direito, mas um dever nacional, o que era mais

(28) É interessante anotar que a norma empregada hoje na ONU para o idioma português é a brasileira, encaminhada pelo Palácio do Itamarati.

expressivo até poucas décadas atrás com o Portugal-Império—, verificaremos ser bastante aceitável admitir que o Brasil fala galego [29].

Para os **galegos,** penso que admitir que "o Brasil fala galego", concedendo sem mais problemas o "rótulo", seria sobretudo retomar a bandeira do nacionalismo, arrebatada das esquerdas pelas "novas direitas". É natural estarem os galegos confrontados com os interesses portugueses, após séculos vivendo "de costas viradas", em que Portugal apoiou, ao menos pela omissão, os interesses do império vizinho, seu semelhante, seu igual. É significativo o indício deste fato, retratado na Galiza, onde a imposição do espanholismo que ainda resta de índole franquista propicia com que dizer "lusista" tenha uma tonalidade pejorativa. Este obstáculo ao reintegracionismo lingüístico-cultural (e político-econômico) seria retirado.

Para o conjunto dos **espanhóis** devemos considerar os novos momentos da integração pela via da União Européia, e no marco da cúpula ibero-americana clausurada em Santiago do Chile em 11 de novembro último. Os países do Mercosul terão acesso à Europa pela mão da Espanha e de Portugal. Inexiste entre os países ibéricos a animosidade de antanho. Em 1998 a Galiza e Lisboa estarão interligadas por autoestrada [30]. Os antigos impérios português e espanhol possuem agora inextricáveis interesses, estão indissociados, em marcha célere de rompimento de fronteiras, agora com interesses comuns de enfrentar o gigante americano [31]. Despovoa-se a Galiza rural, dando lugar a uma Comunidade urbana e internacionalista [32]. Decerto aceitarão com certa maior facilidade este viés galeguista. Jorge Urrutia representa esta visão:

> *La expansión de las lenguas minoritarias se acompañará del mejor conocimiento de la común si pedimos, a la vez, el estrechamiento de las relaciones culturales entre las distintas comunidades. El cultivo de la lengua común es el que puede difundir por el término con referencia sólo al número de hablantes de la lengua en la que se expresan. §Tenemos que recomendar la enseñanza de las lenguas no sólo en las regiones que las hablan; es preciso un conocimiento mínimo de todas las lenguas de España por todos los españoles. Una medida políticamente difícil, pero posible* [33].

Claro que em **Portugal** temos a maior dificuldade: estão os portugueses na situação de Édipo, que, tendo conhecimento de haver matado seu "pai" lingüístico, nestes séculos de omissão, não poderão facilmente admitir este "pecado capital" e abrir mão do poder que detêm, no âmbito das nações planetárias. Como afirma o sociólogo galego Celso Álvarez Cáccamo,

---

(29) O português Agostinho dos Santos, em um livro intitulado *Vida Conversável* (p.52), acredita que "Portugal tratou o Brasil muito bem quando foi colônia e, se não tivessem sido os portugueses, o Brasil não se teria constituído". Este ponto de vista, que é o oficial na pátria de Camões, obscurece o extermínio de milhões de indígenas, a arrecadação de toneladas de ouro e outros minerais preciosos das "minas gerais", e, inclusive, a devastação de florestas inteiras, praticamente eliminando das terras brasileiras o próprio pau-brasil,a árvore que emprestou o nome ao País —dado seu consumo intenso na Europa, nos primeiros séculos da colonização.

(30) Cf. o jornal "O Correo Galego", de 7 de março de 1996; p.9.

(31) Também esta idéia não é recente. A União Ibérica de 1580-1640, com recuperação da soberania portuguesa reconhecida pela Espanha em 1688, vem sendo continuamente lapidada.

(32) Manuel María. *"A morte da parroquia rural na Galicia tradicional"*. In: *El Correo Gallego,* de 25 de setembro de 1996.

(33) *"Cuatro lenguas para la Literatura Española"*. (Capítulo 6.) Cuadernos de Comunicación - 2. Universidad de Sevilla. 1989).

nesta questão de Estado, não se luta efetivamente contra um estado sem implicar o outro no confronto. Por isso, aqui e agora, a resistência efetiva passa por articularmos uma submissão rebelde ao âmbito português, ao seu estado e à sua cultura: por ver-nos como uma florescente excrescência sua, não do Reino da Espanha nem da cultura espanhola. A resistência passa por criarmos novos vínculos transfronteiriços que vulnerem a lógica histórica da dominação espanhola; por impormos sobre Portugal (não sobre Espanha) a nossa diferença [34].

Não é difícil prever que para atingir a meta da reintegração da Galiza com o espectro luso-afro-brasileiro, poder-se-ia voltar as costas momentaneamente a Portugal, abraçar mais o Brasil e ex-colônias portuguesas [35], abrindo mão do eurocentrismo, e rejeitando o reducionismo de siglas como PALOP, que possui índole nitidamente discriminatória.

Seja como for, a simples discussão, a crua polêmica acerca do nome da língua comum, não é um exercício vão: é benéfica por si só: leva à consciência de existir um fio de unificação lingüístico-cultural, que vem de longe; que procede dos celtas e se reúne com os índios tupis na América, por exemplo, ou com os bantos, na África. Não podemos desdenhar as razões históricas da ideologia segregacionista, que impede alguns de dizer abertamente que o cidadão galego fala a língua portuguesa. Mas podemos afirmar com plenitude que o cidadão brasileiro fala o galego à sua maneira. Não o galego da coiné perfeita galego-portuguesa dos cancioneiros, que este galego não existe mais, nem em Portugal, nem no Brasil ou mesmo na Galiza. Mas o galego das variantes potiguar, gaúcha, minhota, ferrolana... Não devemos admitir é a manutenção deste consolidado erro terminológico secular. Dizer galego, dizer português, dizer "portugalego" ou brasileiro é questão de somenos, mas de necessária discussão entre nós.

Para rematar, gostaria de mencionar Carlos Drummond de Andrade, o poeta maior brasileiro, que, em seu poema "Canção Amiga", musicado por Milton Nascimento, diz:

Caminho por uma rua
que passa em muitos países.
Se não me vêem, eu vejo.
E saúdo velhos amigos.

Os portugueses não deixam de ser velhos amigos do povo brasileiro. No entanto, cabe resgatar os amigos galegos, que são amigos ainda mais originários (e não trazem consigo o travo da opressão imperialista), pelo fato de serem os geradores da língua nossa, hoje pertencente a muitos povos do mundo por igual —não importando que rótulo tenha, pelas razões maiores de Estado que advenham da dinâmica dos interesses dos Países e de seus cidadãos.

---

(34) *"Pátria e Língua, por última vez"*. In: "A Nosa Terra", 25 de julho de 1996. N.° 736. p.27.

(35) Diz Xosé Manuel Sarille: "Tanto no Projeto do Arco Atlântico como no do Eixo (e o projeto Galiza- Norte de Portugal), desenvolvem-se idéias e linhas de atuação no campo econômico e social e sempre se deixa a jeito de coletilha um ponto 'cultural' que não se sabe em que consiste e que no caso do Eixo fala só de patrimônio monumental." (*"Os intelectuais galegos, Portugal e Brasil."* In: Luzes de Galiza. N.° 25. Verão, 1994. Edicións do Castro. Santiago de Compostela).

Nomes de origem literária na documentaçom galega baixo-medieval

Júlio DIÉGUEZ GONÇÁLEZ
(Universidade de Santiago de Compostela)

O sistema de nomeaçom das pessoas vigente na Galiza da Baixa Idade Média[1] pode descrever-se por meio de dous traços fundamentais altamente caracterizadores: o primeiro é o uso maioritário da denominaçom binária, com dous elementos, que o distingue do que vigorou ao longo da Alta Idade Média, em que prevalece o nome único; o segundo, que o diferencia dos que vinhérom a substituí-lo em épocas posteriores, é o predomínio do patronímico sobre outros tipos de sobrenome, sejam geográficos, apelidos, alcunhas familiares ou individuais. O apelido familiar é a unidade que se vai impor nos séculos seguintes e integrará formas provenientes dos diferentes tipos de sobrenomes baixo-medievais.

Umha questom do máximo interesse relativamente à onomástica de períodos passados é o esclarecimento da composiçom do inventário de nomes pessoais; a principal fonte de dados para a época medieval som os documentos notariais, em que as denominaçons, desde o momento que servem para identificar a efeitos jurídicos as pessoas, aparecem com as máximas garantias de fidelidade, para além do facto de estarem cronologicamente localizadas pola dataçom dos próprios textos em que figuram. Interessa e é possível, por isso, detectar e explicar as inovaçons onomásticas. Do mesmo modo que no dia de hoje, vivem no imaginário colectivo seres conotados com qualidades positivas, pertencentes às esferas do mágico, do sublime, do heróico ou sobrenatural, e cujos nomes num dado momento podem vir

(1) Precise-se que estamos a referir-nos ao período abrangido entre as datas de 1250 e 1500, época em que se regista um uso maciço do galego-português nos documentos notariais da Galiza, fonte essencial para a investigaçom da onomástica pessoal autóctone.

a ser usados como antropónimos; na época medieval, concretamente, será a veneraçom por determinados santos a fonte principal que explique o êxito dos nomes deles aplicados a pessoas. Mas ao lado das correntes culturais de base religiosa estám presentes, desde sempre, outras de carácter laico a que se associam valores autónomos que a Igreja pugna por neutralizar ou cristianizar: os conflitos entre a lealdade feudal e o dever de obediência ao papa som um bom exemplo da luta de certos sectores sociais por manter um sistema de valores autónomo em relaçom ao código moral da Igreja. A literatura oral e escrita será um poderoso meio de afirmaçom e difusom destas tendências, e também a base que confere aparência humana, enquanto personagens literárias, a seres que encarnam valores alternativos aos defendidos pola instituiçom eclesiástica.

O impulso que dá lugar a que um nome literário seja aplicado a um ser humano é o desejo, mais ou menos explícito, de atrair sobre o recém-nascido a boa fortuna e qualidades superiores dos entes com cuja denominaçom som individualizados. Interessa, por isso, apurar em que momento um nome mítico se converte em antropónimo real e efectivo, e qual o impulso de ordem cultural ou sociológica que dá lugar a esse facto.

Muitas das inovaçons onomásticas que se produzem ao longo dos séculos XIII, XIV e XV podem ser classificadas nos seguintes grupos:

1. Nomes bíblicos, e já nom hagionímicos, como por exemplo Baltasar, Daniel, Gabriel, etc.:

Baltasar de Aguiar (1505 CO 1593)[2].
Grauiel Gonçalves (1454 DH1 85)[3].
Gabriel Peres (1481, 1491 VF2 204[4].

2. Nomes históricos, que respondem ao influxo da nova mentalidade do humanismo renascentista e ao gosto pola historiografia e mitologia clássicas. Entre estes teríamos de citar *Alexandre*[5] ou *Liondes*[6], que se encontrárom na documentaçom

(2) Duro Peña, E., *Catálogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense (888-1554)*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos 'Padre Feijoo', 1973; no sucessivo usaremos o acrónimo CO para referir-nos a este catálogo, e sempre irá precedida do ano e seguida do número do documento a que se fai referência, sistema que usaremos também para as citaçons dos outros catálogos e ediçons de colecçons documentais.

(3) DH1 e DH2 serám os acrónimos para a *Colección de documentos históricos. Boletín de la Real Academia Gallega*, tomo I, Corunha, 1915 (DH1); tomo II, Corunha, 1931 (DH2).

(4) Com os acrónimos VF1 e VF2 remetemos a Ferro Couselo, X., *A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI, tomo I, Terras de Ourense*, 2 vols (VF1 o primeiro, VF2 o segundo). 'Fundación Penzol. Seminário de Estudios Históricos', Vigo, Galaxia, 1967.

(5) Encontrou-se na documentaçom galega um portador deste nome de inícios do século XVI:
Alexandre Tecelán (1503 SBC 54; com o acrónimo SBC remetemos a Fernández de Viana y Vieites, J. I., *El tumbillo de San Bieito do Campo (Santiago)*, Universidad de Granada 1995).
Deveu ser bastante usado durante o século XVI. Em Lisboa, no *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a elRei nosso Sôr o ano de 1565* (Gonçalves 1973/74:29 e 31) aparecem seis indivíduos portadores do nome masculino, e umha *Alexandra*.

(6) Deve ser a variante preferida do nome *Leónides* preferida nessa época. Encontram-se dous portadores, os dous com idêntico nome e patronímico:
Liondes Enríquez canónigo (1499 CO 1565).
Liondes Enríquez vecino de Ceín casado com *Marquesa Rodriguez* (1505 CO 1594).

galega; em Portugal, nas terras da Alcobaça no período de 1370-1400, registárom-se até oito portadores do antropónimo *Estaço* (Gonçalves 1972:164), que também é usado como apelido em Évora em 1475 (Gonçalves 1971:192). No século XVI multiplicam-se os nomes desta origem; assim no *Livro do lançamento* de 1565 (Gonçalves 1973/74:29- 31) encontram-se abundantemente os seguintes: *César*, *Estaço*, *Apolinário*, *Fabião*, *Teodósio*, *Valério*, *Helena*, *Lucrécia*, *Valentina*, *Valéria*, etc.

3. Nomes de origem estrangeira que se incorporam neste momento à onomástica autóctone, entre os que podemos citar *Duarte*, cujo primeiro portador deveu ser o rei português filho e sucessor de D. Joám I, que o teria popularizado; na Galiza regista-se pola primeira vez, que saibamos, em 1516 [7]. Outros devem incluir-se também neste grupo, como os seguintes:

Esmeralda Afonso (1478 CO 1452), etc.
Pantalionis criado de Pero Rodrigues (1484 RJG 121[8], 1484 VF1 97).
Ricarte Soutelo clérigo (1506 RO 367)[9].

4. E, por último, os que directamente nos interessam: os de origem literária, que fôrom primeiro de personagens de diversos ciclos da literatura.

A inovaçom na onomástica pessoal durante a Baixa Idade Média, tanto na Galiza como em Portugal, acolhe muitos nomes procedentes do influxo cultural francês[10]. Um exemplo relevante disto é *Dinis*, cujo mais antigo portador peninsular terá sido o rei português: a sua divulgaçom na França parece ter-se devido ao culto de *Sam Denis*, apóstolo da Gália, primeiro bispo de Paris, martirizado cerca de 250. Teria sido o culto daquel santo que levou D. Afonso III, educado na França,

---

(7) Duro Peña, E., "El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives", *Archivos Leoneses*, XXI (1967), págs. 1-175.
Duarte Perez (1516, referido em pág. 16).

(8) Com o acrónimo RJG remetemos a López Carreira, A., *De Ourense medieval. Rexistro de Xoán García (1484)*, Boletin Auriense, anexo 17, Museo Arqueolóxico Provincial, Ourense 1993.

(9) Com o acrónimo RO remetemos a Duro Peña, E., *El monasterio de san Pedro de Rocas y su colección documental*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", 1972.

(10) Nom se pode esquecer que os francos chegados aos reinos cristaos peninsulares tivérom um papel de relevo na sociedade alto-medieval, deixando umha importante pegada cultural e também lingüística; as comunidades que se estabelecérom nas Astúrias ou na Galiza devérom conservar durante certo tempo a sua língua, cultura e mesmo um regime jurídico próprio antes de integrar-se totalmente no novo hábitat sócio-cultural. A onomástica pessoal é umha via interessante para detectar onde houvo imigraçom de comunidades de francos, e também permite saber como se produziu a sua integraçom nas sociedades hispánicas. Mas interessa nom confundir o que é contributo dos francos à onomástica autóctone com o que som nomes de origem literária de procedência francesa. Rafael Lapesa (1985:43-52) estudou a presença dos francos nas Astúrias e a sua influência lingüística; constatou a presença de nomes dessa procedência, como *Guillelmus, Guillerme* ou *Guillem*; *Geraldo, Geral* ou *Giral*; *Jofré* ou *Jufré*, e outros, nomes que também se registam na Galiza e com certeza devérom ter a mesma origem. Constata Lapesa que as formas dos nomes indiciam umha procedência das regions de Língua de Oc: faltam as formas correspondentes que se usavam na França do norte, como seriam *Guillaume, Gautier* ou *Geoffrey*; no lugar delas as que aparecem som as usadas no sul: *Guillelme, Galter* e *Jofré*. Estes nomes integraróm-se na onomástica autóctone, mas nom som, eviden temente, de origem literária. As peregrinaçons a Compostela, o parentesco das famílias reinantes peninsulares com nobres e monarcas franceses, as ordens religiosas e outros factores de natureza muito diversa permitírom que se desenvolvessem fortes correntes de difusom cultural que trouxérom até a área galego-portuguesa as criaçons culturais de além-Pirenéus; a onomástica pessoal demonstra a vitalidade e arraigo que chegárom a ter no imaginário colectivo as personagens recebidas pola via da difusom das obras literárias.

em casa de D. Branca de Castela, a dar esse nome ao filho que depois herdou o trono. As peregrinaçons e as ordens monásticas favorecêrom também a difusom doutros antropónimos de origem forânea.

Nom existiam registos paroquiais de baptismo na época medieval, nem sabemos quando é que começárom a elaborar-se. A obrigatoriedade dos mesmos foi estabelecida com carácter geral polo Concílio de Trento (1545-1563), embora seja de supor que já se faziam em épocas anteriores. De facto nos textos dos Sínodos galegos encontra-se essa exigência em datas imediatamente anteriores ao Concílio, concretamente na carta que o bispo de Ourense D. Francisco Manrique de Lara dirige aos clérigos da sua diocese que em número de oitocentos se congregárom no Sínodo de 1543-1544. Nela dam-se as seguintes indicaçons:

> *Quando baptizardes mirad mucho en las palabras formales, que son Ego te baptizo in nomine + Patris et + Filii et + Spiritus Sancti amen, que las digais juntamente echando el agua o metiendo la criatura en ella de manera que la palabra se junte con el agua. Escrevid en vuestro libro el dia que baptizais a cada uno e en el mesmo libro poned el nombre de los padrinos e madrinas que lo tuvieren a la pila porque se sepa el parentesco espiritual, e poned el dia, mes e año* (Synodicon Hispanum I:153).

A norma de que na eleiçom do nome só se devem admitir os do santoral cristao e nom outros também foi estabelecida com carácter geral polo Concílio de Trento, e também deveu existir algum tipo de regulamentaçom anterior sobre esta matéria. Na mesma carta do bispo de Ourense di-se:

> *E no consintais que el varon lleve mas de dos padrinos e una madrina que le toque a la pila, e la hembra dos madrinas e un padrino. E ponedle los nombres de los sanctos e sanctas que estan en el cielo, porque se les deis por abogados, e no Hector no Roldan ni otros que haveis acostumbrado a les poner* (Synodicon Hispanum I:153).

O CICLO DE GUILLAUME

Parece provável que o ciclo épico francês de *Guillaume* tenha deixado vestígios, os mais antigos com certeza, a ser verdadeiros, na onomástica galega. J. L. Pensado (1991:317) acha que um *Iohanes Petri*, com o sobrenome de *Galafre*, que se regista num documento do séc. XII do Tombo de Sobrado dos Monges, o teria recebido do gigante rei mouro daquel ciclo épico[11]. A palavra teria passado à língua comum com o significado de "glutom, comilom, que come muito", (com este valor regista-se no vocabulário galego de Valadares de 1884), e aparece nas Astúrias em época moderna com o de "esperto, arteiro, matreiro, astuto". Outras personagens desse ciclo tenhem nomes que, embora tenham sido usados na Galiza com anterioridade à chegada da lenda ou das suas manifestaçons literárias, parece provável que se tenham popularizado até atingir níveis importantes de freqüência

(11) A pessoa que tinha o sobrenome figura em documentos de 1152, segundo se refere no estudo de Boullón Agrelo (1994:293). Considera esta investigadora que a alcunha procede do catalám *galafre, golafre*, "glutom"; aparece também como nome de pessoa em documentos cataláns de 1028.

por motivos desta ordem. Assim acontece, por exemplo, com *Guilherme*, *Viviám* e talvez outros. O primeiro surge no âmbito galego-português já em época antiga (é de origem germánica e já em 963 há um bispo de Coimbra de nome *Vilelmus*), mas parece que só se popularizou a partir da difusom das lendas do mesmo ciclo que deu origem à *Chanson de Guillaume* [12]. Idêntico parece ser o caso de *Viviám*, o herói sobrinho de *Guillau me*, que acha eco já no século XII como nome de pessoa nos docu mentos galegos: há um *Viviam* filho de *Maria Froile* de 1165 (Pensado 1991:317). Na época baixo-medieval estes nomes e os correspondentes patronímicos som bastante usados, mas já se teria perdido a consciência de associaçom com a lenda e a personagem literária que tinham motivado a sua popularidade.

NOMES DO CICLO ARTÚRICO

A difusom da matéria artúrica na Península Ibérica deveu produzir-se desde muito antes do que até há pouco se dava como data mais provável de chegada dos textos das histórias dos Bretons aos reinos peninsulares: em 1170 o rei de Castela Afonso VIII casou com Leonor de Inglaterra, e supunha-se que isto teria dado ocasiom à divulgaçom da *Historia regum Britanniae*, de cujo conhecimento há vestígios no *Fuero General de Navarra* (1196), nos *Anales Toledanos Primeros* (1217) e na *General Estoria* de Afonso X(Cacho Blecua 1991:32). Sabe-se agora que o conhecimento desse ciclo histórico-literário é muito mais antigo: Hook (1996:135) indica vários elementos suficientemente indicativos, como umha escultura da catedral de Santiago de Compostela do primeiro quartel do século XII relativa à história de Tristám, para além de alusons literárias já na segunda metade dessa centúria. Quanto à antroponímia, Hook fornece umha lista de quarenta e três indivíduos documentados na Península entre 1136 e 1300 com nomes relativos à matéria artúrica, entre os quais os mais antigos som um *Martim Galvam* de 1136, um *Artus* de 1151, um *Galas* de 1156, um *Guilhem Artus* de 1167 e um *Cipriam Galvam* de 1178 (1996:139). Deve-se salientar nesse catálogo a presença de um *Merlinus* num documento português de 1190 [13], nome de que, como antropónimo peninsular, só se registárom até ao presente dous portadores: o de Portugal que se indicou e outro, num documento do mosteiro de Sahagun da segunda metade do século XIII (Hook 1996:142) [14]. Acrescentemos que, segundo informaçons de Mattoso (1982:100), num documento português de 1118 em que figura a lista dos filhos de Odoário ou Oeiro Guedaz, um representante da alta nobreza da época, registam-se dous que

(12) O facto de ter-se fixado o nome com a forma própria da Língua de Oc poderia fazer pensar que a sua difusom poderia ter-se produzido por causa da imigraçom de pessoas desta origem, sem que tenha relaçom com a lenda de Guillaume e as suas manifestaçons literárias; mas um interessante artigo de Dámaso Alonso, a que voltaremos a fazer referência, aponta precisamente na direcçom contrária (veja-se Alonso 1972:244-247).

(13) Indica-se a referência bibliográfica da colectânea em que foi publicado o documento em que figura: Azevedo, Rui de, Costa, Avelino de Jesus da e Pereira, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, I, Coimbra, Centro da História da Universidade de Coimbra, 1979, pág. 69, nº 44: de 27 de Julho de 1190.

(14) Para além dos documentos notariais há testemunhos da difusom deste ciclo em fontes historiográficas e literárias: sabe-se, por exemplo, que um dos homes que andavam com o rei Sancho IV chamava-se *Lançarote Garcia*; no *Livro de la caza* do castelhano dom Juan Manuel fala o autor de dous falcons, um que chamavam *Lançarote*, e outro que tinha o nome de *Galvám* (Cacho Blecua 1991:32).

tinham os nomes, respectivamente, *Rolam* e *Galvam*[15], o que, a confirmar-se a correcçom da leitura, obrigará a antecipar em bastantes anos as datas indicadas por Hook como correspondentes aos primeiros testemunhos de onomástica artúrica peninsular.

Os nomes pessoais tomados dos das personagens deste ciclo formam, com grande diferença, o grupo mais numeroso e os que aparecem com maior freqüência de uso. Veja-se quais som os que se encontrárom nos documentos da Galiza baixo-medieval.

BROOS

Boorz de Gaulnes[16] é, na *Demanda* galego-portuguesa, um dos vassalos do Rei Artur que, com Galaaz e Perceval, partem na procura do Santo Graal. Som eles os três cavaleiros eleitos de Deus, a quem lhe será outorgado assistirem aos mistérios do Santo Cálice. *Boorz* ou *Boors* é o tipo de home que pecou e que, porém, se reabilita pola dureza heroica do seu próprio esforço. A penitência polo seu pecado de luxúria é tam rigorosa que os próprios religiosos se espantam da sua severidade: em cinco anos de castigos só três vezes dormiu no seu leito.

No *Recuento...* de Vasco de Aponte figura um cavaleiro galego com este nome: *Broos Pardo* (Aponte 1986:133). Aparece a única re ferência a esta pessoa no rol de "principales" da casa de Fernám Peres de Andrade, pai de Diego de Andrade; citam-se entre outros, *Pedro de Párraga, padre de Fernán Pérez Parragués [...]; Alonso de Lançós [...]; Pedro Pardo, mariscal*, etc., e del di-se o seguinte:

"*Broos Pardo, con siete o ocho de a cavallo, pocos vasallos; mandaba mucho en Betanços*". Podemos situar este indivíduo na segunda metade do século XV pois o dito Fernám Peres *o Moço*, irmao de Nuno Freire *o Mau*, foi o chefe da casa de Andrade desde 1442 a 1470 (Garcia Oro 1981:133-137).

GALAZ

O cavaleiro Galaaz é o grande protagonista da *Demanda do Santo Graal*. É o cavaleiro perfeitamente casto que tivo o privilégio de descobri-lo, junto com Perceval e Boorz de Gaulnes. El representa e simboliza o ideal da cavalaria ao serviço de Deus[17]. O nome parece ter a sua origem na francês medieval *Galaads* ou

---

(15) Deste Odoário Guedaz dá Mattoso a seguinte informaçom: "*Comecemos em D. Gueda o Velho, que vive no fim do século XI. É seu filho Odório Guedaz, documentado em 1116 e 1118, com bens importantes em Chaves, e numerosos filhos, dos quais uma casou com Soeiro Pais Correia, ascendente do célebre mestre da Ordem do Hospital [...] É muito curioso verificar que dois dos filhos de Odório Guedaz, a quem depois se perde completamente o rasto, se chamam Rolão e Galvão, o que mostra claramente a influência que a épica francesa já exercia neste extremo da Europa como tivemos ocasião de salientar*" (Mattoso 1982:220).

(16) No texto galego-português da *Demanda do Santo Graal* figura sempre o nome da personagem *Boorz de Gaulnes* com esta forma gráfica.

(17) Da especial atracçom que exercia a figura de Galaaz temos um testemunho singular na *Croniça del rey Dom Joham I*, de Fernám Lopes, concretamente na narraçom biográfica dos anos juvenis de Nuno Álvares Pereira: *NunAllvarez aallem de seer a todos mesurado de sua natureza era o muito mais a seu padre e muito mandado e obediemte [...] ca elle em esta sazom era de pequena hidade, e todo seu cuidado nom era, salvo trazersse bem, ssi, e os seus; desi cavalgar a mõte e a caça, nom entemdemdo em amor de nehuũa molher, nem tamsoomente lhe viinha per maginaçom; mas liia ameude per livros destorias, espeçiallmente da estoria de Gallaz*

Galahads, talvez relacionado com o topónimo hebreu *Galaad*, *Galead*, nome bíblico de um neto de Manasés, que quer dizer "acervus testimonii", isto é, "o que dá testemunho da verdade". Na documentaçom que foi examinada só se registou um portador, morador na cidade de Ourense, da segunda metade do século XV:

Galaz Lopes criado de Roy de Camba juiz (1487 VF2 222).

No século XVI é usado em Portugal: no *Livro do lançamento* (Gonçalves 1973/74:30) aparece um portador.

GALEOT, GALEOTE, GALIOTE

Na mitologia artúrica *Galahot* é o senhor das Ilhas Longínquas, caracterizado pola sua extraordinária força e elevada estatura, além do seu espírito conquistador, que o levará a invadir o reino de Logres, mas a sua admiraçom por Lançarote fará-o abandonar o seu intento e converter-se em vassalo do rei Artur e cavaleiro da Távola Redonda [18]. Na *Demanda do Santo Graal* galego-portuguesa esta personagem aparece referida como *Galeote*, *Gale[o]ti* e *Gale[o]t* [19]. Machado considera o antropónimo de origem francesa e procedente do nome comum "galeote" [20], mas parece nom ter tido em conta a característica de ter sido difundido por via literária.

Em meados do século XV há na corte portuguesa de Afonso V um cavaleiro com esse nome, *Galiote Pereira*, que estivo na batalha de Alfarrobeira (1449) onde luitou no bando do monarca (Baquero Moreno 1980 II:915-916). Em atençom aos serviços prestados a D. Joám I, D. Duarte e ao próprio Afonso V tinha sido nomeado em 1447 alcaide-mor de Castelo Mendo, e posteriormente de Lisboa.

Na Galiza chamou-se *Galeot* ou *Galeothe* um filho bastardo de Sancho de Ulhoa, primeiro conde de Monterrei, citado no seu testamento de 1480, no qual o encomenda à condessa sua esposa, pedindo-lhe que o tenha como criado e servidor:

> *Iten mando perdon á mi Sra. mi madre que por ms veces le he sido desovediente [...] e depues de sus dias los vasallos de los dhos. Coutos mando que den a mi hijo Bastardo Galaothe, é que sea clerigo é despues de sus dias que queden a mi unibersal here [...] Y ansí pido aya encomendado á mi fijo bastardo Galaot, é que lo tenga p.r criado é servidor* (1480 DH1 108, págs. 308 e 311).

---

que falla da Tavolla Redomda. E porque em ellas achava, que per virtude de virgiidade Gallaz acabara grandes e notavees feitos, que outros acabar nom podiam, desejava muito de o semelhar em alguûa guisa; e muitas vezes cuidava em ssi, de seer virgem se lho Deos guisasse in Lopes, Fernão, *Cronica del rey Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o décimo*. Parte Primeira. Reprodução fac-similada da ed. do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1977, pág. 60.

(18) Veja-se Alvar, Carlos, *El Rey Arturo y su mundo. Diccionario de mitología artúrica*, Alianza Editorial, Madrid 1991, s.v.

(19) *A Demanda do Santo Graal*, edição de J. M. Piel, concluída por Irene Freire Nunes, com introdução de Ivo de Castro, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa 1988, *Galeote*, págs. 473 e 474 (cap. 709), *Gale[o]ti*, pág. 473 (cap. 708) e *Gale[o]t*, pág. 476 (cap. 713).

(20) Veja-se Machado, J. P., *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa 1984, s.v.

GALVÁM

O cavaleiro Galvám era sobrinho do mítico rei Artur. Nos poemas artúricos medievais aparece às vezes como a flor dos cavaleiros, mas na *Demanda do Santo Graal* representa o espírito da cavalaria mundana, sendo por isso a antítese de Galaaz. A figura del tem duas vertentes contraditórias [21]: é a flor da cavalaria, o sobrinho predilecto do rei Artur, mas também é frívolo e débil perante os atractivos femininos, incapaz de ocultar o seu verdadeiro nome e de ser fiel e firme no amor das damas polas que sente paixom; é também o cavaleiro mundano e irreligioso: em 14 anos só se tinha confessado umha vez. O nome parece que procede do bretom *Gwalchmei*, "gaviám de Maio", adaptado ao francês antigo como *Gauvain*[22]. Nas ediçons documentais consultadas só se regista como sobrenome, talvez apelido de origem patronímica. Encontrárom-se os seguintes portadores do mesmo:

Pedro Galván, arcediano de Limia (1293 CO 511; 1294 CO 512; 1297 CO 523).
Sancha Eanes dita Galuáá (1325 DH2 73).
Pedro Gualuan notario publico en Villamayor (1326 GH 71)[23].
Pero Galuan chantre de Mondonedo (1346 VL 11)[24].
Afonso Galuan casado com Marina Ferrandes (1346 VL 11, 1351 VL 13).
Gomes Galuán (1423 VF1 71).

GENEBRA

Era a esposa do rei Artur, amante de Lançarote do Lago. O nome procede do francês *Genièvre*, com origem no galês *Gwenhwyvar*, onde entra o vocábulo *gwen*, "branco".

---

(21) Contodo, numha passagem interessantíssima da Cronica de Dom Joham I, de Fernám Lopes, aparece umha alusom a el claramente admirativa e que mostra também a fascinaçom que a literatura artúrica exercia sobre o monarca e os nobres da corte portuguesa; narra-se o cerco de Cória, mal sucedido para os portugueses: *[...] El-Rey em-na temda, segumdo pareçe, nom foy bem comtemto dalguuns que se nom chegarom como el quisera; desy fallamdo nas cousas que se no combato aqueçerom, veeo a dizer como em sabor: Gram mjngua nos fezerom oge este dia aquy os boons caualleiros da Tauolla Redomda, ca çertamente se elles aquy forom, nos tomaramos este logar. Estas pallauras nom pode ouujr com paçiemçia Meem Rodriguez de Vascomçellos, que hij era com outros fidalgos, que logo nom respomdeo e disse: Senhor, nom fezerom aquy myngua os caualleiros da Tauolla Redomda; ca aquy estaa Martym Vaasquez da Cunha que he tam boom come dom Galluaam, e Gomçallo Vasquez Coutinho que he tam boom come dom Tristam, e ex aquy Joham Ffernandez Pacheco que he tam bom come Lançarote, e assy doutros que uio estar açerca, e ex-me eu aquy que valho tamto como dom Quea; assy que nom fezerom aquy myngua esses caualleiros que dizees; mas fez-nos a nos aquy gram mynguoa o boom Rey Artur, senhor delles, que conheçia os boons seruidores, fazemdo-lhes muytas merçees, per que auyam desejo de o bem seruir. El-Rey vemdo que o auyam por emjuria, respomdeo emtom e disse: Nem eu esse nom tiraua afora; ca assy era companheiro da Tauolla Redomda come cada huum dos outros*, in Lopes, Fernão, *Cronica del rey Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o décimo*. Parte Segunda. Edição de William J. Entwistle, Imprensa Nacional, Lisboa 1977, págs. 175-176.

(22) É esta a opiniom de Machado (*Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa 1984, s.v.), quem cita como portador mais antigo do nome na área galego-portuguesa o que figura num documento de 1220, publicado nas *Inquisitiones* que fai parte do *Portugaliae Monumenta Historica*, pag. 165. Mas E. Rivas opina que *Galvám* deve ser apócope de *Galvanus*, provavelmente patronímico de *Galba*, nome romano (Rivas Quintas 1991:178).

(23) Com o acrónimo GH remetemos a *Colección diplomática de Galicia Histórica*, I, Santiago de Compostela, 1901.

(24) Com o acrónimo VL remetemos a Graña Cid, María del Mar, *Las órdenes mendicantes en el obispado de Mondoñedo. El convento de San Martín de Villaoriente (1374-1500)*, sep. de Estudios Mindonienses, Salamanca, 1990. "Colección diplomática", págs. 119-464.

Na Galiza temos notícias de três damas da nobreza portadoras del, todas aparentadas entre si; a mais jovem foi *Genebra de Haro*, filha de Fernám Peres Parraguês e de dona Costança das Marinhas (Aponte 1986:125), que casou com Soeiro Gomes de Soutomaior; as outras, também referidas na obra de Vasco de Aponte, fôrom umha delas filha de Gomez Perez das Marinhas e a outra *Genebra de Acunha,* mulher de *Diego Lopes de Haro*. As três vivêrom na segunda metade do século XV: *Genebra de Acunha* casou com Diego Lopes de Haro, andaluz, que em 1484 foi nomeado governador da "Santa Hermandad" na Galiza, em substituiçom de Fernando de Acunha (Garcia Oro 1987 I:367). Uma filha deles, Teresa de Haro, que casou com Gomez Perez das Marinhas, foi a mai de *Genebra de Haro ou das Marinhas* [25], que casou com Luís de Azevedo por volta de 1474 (García Oro 1981:147). Constança, umha irmá dela, casou com Fernám Peres Parraguês, e tivérom quatro filhas: Teresa, Berenguela, *Genebra* e Violante. Desta última portadora do nome, *Genebra de Haro* filha do Parraguês, nom dispomos de referências cronológicas, mas sabemos que casou com Soeiro Gomes de Soutomaior, e que um filho deles, Diego Álvares, casou com umha filha de Álvaro de Soutomaior, o filho de Pedro Madruga. Álvaro de Soutomaior casou por volta de 1491 (García Oro 1981:263), o que fai pensar que a sua futura consogra, D. Genebra de Haro, seria jovem por essas datas. Por outra parte entre as ediçons documentais examinadas encontra-se o testamento de Soeiro Gomes de Soutomaior, o Mariscal (1485 GH 10), e nel é mencionado o seu neto Soeiro que será, mais tarde, o marido de D. *Genebra de Haro*.

Numha das colectâneas de documentos notariais registou-se umha portadora galega de inícios do século XVI:

> *Genebra de Deça,* casada com *Gomez de Moure*, mercador de Ourense (1514 CO 1621).

Também aparece umha portadora em documentos do século XV da província portuguesa do Douro Litoral:

> *Janebra de Sfaa* (1448 GP 147), *Jenebra de Saa* (1454 GP 148) [26], que era abadessa do mosteiro de Vairão.

ISEU

Os amores trágicos de Tristám e a rainha Iseu sabemos que eram conhecidos polos trovadores galego-portugueses, como mostra a cantiga de D. Dinis: *Tristan sey ben que non amou Jseu/Quant eu vos amo...* (número 477 do CBN). O nome chegou com a forma francesa *Isaut, Iseult*; parece de origem germánica e composto de *is*, "gelo", e *walt*, "governar". Encontramo-lo usado na Galiza em finais do

(25) Assim o di Aponte (1986:155): "*[Gomez Perez das Marinhas] casó con doña Theresa (hija de Diego Lopez de Haro, del linaje de Lara, y de doña Ginebra de Acuña, y de los Pachecos y Girones), y vínose con ella a Galicia y quedó señora de lo que él tenía y más*".

(26) Com o acrónimo GP remetemos a Maia, Clarinda de Azevedo, *História do Galego-Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situaçao do galego moderno)*, Coimbra, I.N.I.C., 1986.

século XV por *Iseu Henriquez*, esposa do cavaleiro *Joám de Ortega* [27]; aparece citada, o mesmo que o marido, num documento da catedral de Ourense, concretamente 1491 CO 1515 [28].

LANÇAROTE

A grande freqüência do antropónimo mostra claramente o entusiasmo e admiraçom que suscitava a figura do cavaleiro da Távola Redonda *dom Lançarote do Lago* [29].

O nome foi usado na Itália no século XIV e através de pessoas dessa origem parece que foi introduzido em Portugal, onde já se regista na segunda metade daquel século. Sabemos, por exemplo, que um genovês, *Lanzarotto Malocello*, navegador, deu a denominaçom a umha ilha das Canárias, à qual chegou em 1336 (Serrão 1976 I:271). Num diploma do rei D. Fernando de Portugal do ano 1370 fala-se de Lançarote da França "*que trobou e nos gaañou [as ilhas] que som no mar do cabo nom as quães nom som pobradas*" [30].

Em Portugal um ilustre portador do antropónimo, *Mice Lança rote*, foi almirante da esquadra portuguesa no reinado de D. Fernando [31]; o nome completo dele era Lançarote Pessanha, filho do genovês Manuel Pessanha, contratado no reinado de D. Dinis para dirigir a frota portuguesa. Embora o cargo de almirante fosse vitalício e hereditário, *Mice Lançarote* foi demitido por D. Fernando como responsável pola derrota naval de Saltes. Era senhor de Odemira, e foi morto em 1384 polos partidários do mestre de Avis na seqüência do levantamento popular contra a rainha Leonor Teles em Lisboa [32]. O nome era já usado por portugueses em 1386 [33].

Na Galiza registou-se um indivíduo com esta denominaçom em finais do século XV, num documento em que figura também um irmao del chamado Galaor:

> *Galaor Lopez da Barreira e seu yrmao Lançarote Lopez, escudeiros, vecinos da cibdade de Ourense* (1499 ASA 26) [34].

---

(27) Ferro Couselo (1953/54:5) indica que essa pessoa aparece referida num documento de 1484, um foro outorgado por D. Soeiro de Oca, prior de Santa Comba de Naves.

(28) Ferro Couselo (1953/54:6) identificou outra portadora de meados do século XVI, *Iseo Blanco*, filha do regedor de Ourense *Vasco Blanco* e esposa do cavaleiro *Nuno de Ortega*.

(29) No fragmento conservado do *Livro de Tristám* galego-português (Pensado 1962) o nome apresenta-se com as seguintes variantes:
Lançarote, Lãçarote, Dom Lançarote, 17 vezes.
Lança[rote] (Lança com um signo de abeviação), três vezes, págs. 47, 56, 65.
Lançarot, Lãçarot, Dom Lãçarot, dez vezes.
Dom Lãçalot, dom Lançalot, três vezes.
Na *Demanda* galego-portuguesa só se regista quatro vezes a forma *Lancelot*, frente a nom menos de duzentas e vinte e quatro a forma *Lançarot*.

(30) Machado 1984, s.v.

(31) Serrão 1976 I:286; figura na Cronica de D. Fernando, de Fernám Lopes, citada por esse autor.

(32) Vid. Fernám Lopes, *Cronica de Dom Joham I de boa memória...*, cap. 42.

(33) Machado 1984, s.v. Os documentos em que figuram os portadores fôrom editados, segundo indica, em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques*, Lisboa 1944, vol. I, pág. 166, vol. I, S. pág. 306.

(34) Com o acrónimo ASA remetemos a Duro Peña, E., "El monasterio de Santa Marina de Asadur", *Archivos Leoneses*, págs. 309-365.

Deste *Lançarote Lopez da Barreira* di D. Jesus Ferro Couselo (1953/54:6) que foi regedor da cidade de Ourense e personagem de relevo nas luitas concelhias da época[35].

SAGRAMOR

No texto galego-português da *Demanda do Santo Graal* encontra- se um cavaleiro dito *Sagramor*, que umha vez é nomeado como *o dicimador*[36]. Muito provavelemente o nome teria sido formado por justaposiçom de "sagro + amor", como indica Eligio Rivas (1991:100). Na documentaçom galega encontrou-se um indivíduo assim chamado, que aparece na segunda metade do século XV:

Sagramor Mosqueiro (1467 RO 256).

No século XVI foi usado em Portugal; no *Livro do lançamento* (Gonçalves 1973/74) figuram dous portadores.

TRISTÁM

Este nome, ao que parece, procede do celta *Drystan*, derivado de *Drust* "estrondo", "ruído", "tumulto". A su difusom deve-se aos romances da matéria de Bretanha, e as referências a esta personagem em cantigas de Afonso X e de D. Dinis testemunham bem o conhecimento dessas fontes literárias. Em Portugal é usado como antropónimo já na primeira metade do século XIV[37].

Na regiom de Alcobaça regista-se *Tristão* como sobrenome, talvez patronímico, de um indivíduo, no período 1430-1460 (Gonçalves 1972:166). Mas nessa época há notícia de muitos portadores do antropónimo; o mais famoso será, talvez, *Tristão Vaz Teixeira*, que em 1419, junto com Joám Gonçalves Zarco e Bartolomeu Diaz, chefia a expediçom que ocupará as ilhas do arquipélago da Madeira, incorporando-as de modo definitivo à coroa portuguesa. *Nuno Tristão*, que tinha um patronímico deste nome, também navegador, atingiu o Cabo Branco, na actual Mauritânia, em 1441.

Nos documentos galegos encontrou-se por vez primeira em 1327:

Tristan (1327 VF1 50)[38].

---

(35) O nome aparece usado no século XVI por ao menos outros três portadores que identificou Ferro Couselo:
Lançarote Vasques, mercador.
Lançarote Peres, de Verim, datado em 1542.
Lançarote Laynes, quem, segundo o citado investigador, entrou por força em 1571 no couto de Vilamaior da Gironda (Ferro Couselo 1953/54:6).

(36) Na mitologia artúrica *Saigremor* leva a cabo numerosas façanhas na sua juventude, o que deu lugar ao sobrenome (traduzido por "*el Desmesurado*" ou "*el Derranjador*" em castelhano medieval). Veja-se Alvar 1991, s.v.

(37) Segundo J. P. Machado (1984 s.v.) o portador mais antigo aparece referido num documento de 1434:
Tristam Vaaz nosso criado
O documento em questom foi editado, segundo indica este investigador, em *Desco brimentos Portugueses. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques*, Lisboa 1944, vol. I, pág. 287.

(38) Mas nom de forma totalmente segura, pois poderia ser um apelido: aparece num rol de testemunhas, e talvez seja sobrenome ou apelido de *Johan Perez Tristán*: o editor pujo umha vírgula porque considerou, talvez indevidamente, que eram dous nomes diferentes.

Também se acha num documento de 1362, aparentemente como patronímico:

Pero Tristan (1362 DH1 25).

Aparece usado de forma segura na segunda metade do século XV [39], em que se registam nom menos de quatro portadores:

Tristam de Montenegro (1473 GH 8 e 1485 GH 10) [40].
Tristán Enriques, raçoeiro de Ourense (1484 VF1 99).
frey Tristan, monge de Rochas (1496 RO 352).
Tristám do Vale, de Baiona [41].

Também em Portugal no século XVI foi bastante usado; baste lembrar *Tristão da Cunha*, navegador que em em 1506 descobriu a ilha do seu nome na África do Sul, que ainda hoje recebe.

VIVIANA

Nome de umha fada nas novelas da Távola Redonda, que encerra o mago Merlim e que educa Lançarote. Encontrou-se umha portadora del num documento do século XIII:

Ujuiana Durãās (1292 GP 59).

Também provavelmente corresponda a este nome:

Vivanda Dominici (1326 FUS 69 [42], documento em latim).

Registárom-se cinco na segunda metade do século XIV, todas elas em locais próximos da cidade de Ourense:

Viviana Péres casada com *Gonçalvo Eanes dArgemir* (1388 RS 98, 1387 RS 97, 1385 RS 96) [43].

Viviana Pérez filha de *Pedro Martinez de Yrmiide* (1351 RO 88).

---

(39) O nome tivo umha prolongada sobrevivência no século XVI, segundo informaçons de Ferro Couselo (1953/54:5):
Tristám de Nóvoa, escrivám, que viveu em terras de Amoeiro na primeira metade do século XVI.
Tristám Rodriguez, morador em Melom em 1539.
*Tristám de Março*a, morador em Melgaço, em 1551.
Tristám Saco de Vermum, a meados do XVI, filho de Men Saco de Vermum, das terras de Chantada.
Tristám de Barros, da Barouta, jurisdiçom do mosteiro de Sam Clódio do Ribeiro de Ávia.
D. Tristám de Araújo, já a fins do século XVI, pessoa de grande relevo, natural de Ourense.

(40) Del dizem os editores de Vasco de Aponte: "*Tristán de Montenegro, cuyo origen no está claro aunque sí su parentesco con los Cru de Pontevedra, era personaje poderoso en Pontevedra (...). Está enterrado en Santo Domingo de Pontevedra. La fecha de su muerte no fue 1464, sino después de 1479*" (vid. Aponte 1986: 108, nota 10, e 1986:238, nota 389). Ferro Couselo (1953/54:5) di dele: "*Tristán de Montenengro ... em 1477 murió de una espingardada en la toma de Pontevedra al famoso y temible Pedro Madruga*".

(41) Del dá Ferro Couselo(1953/54:5) esta informaçom: em 1493 fizo-lhe um foro Vasco Correa.

(42) Com o acrónimo FUS remetemos a Justo Martín, M, X. e Lucas Alvarez, M., *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da serie bens do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237-1537). Edición diplomática*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 'Fontes documentais para a historia de Galicia, 1991.

(43) Com o acrónimo RS remetemos a Duro Peña, E., *El monasterio de san Esteban de Ribas de Sil*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos "Padre Feijoo", 1977.

Biviana Peres casada com *Pero Eanes de Magriis* (1355 RA 324)[44].
Viviana Pérez casada com *Vaasco Perez de Cascaligo* (1387 RO 120).
Vivyana de Corvelle (1387 RS 97).

E na segunda metade do século XV:

Vibyana Gomes (1482 CR 5)[45].

Junto a estes antropónimos, de que sabemos com segurança que procedem do ciclo literário da matéria de Bretanha, há outros que provavelmente correspondam também a esta origem, embora nom podamos ter umha certeza absoluta. É o caso dos seguintes:

AMADOR

Há umha personagem da *Demanda do Santo Graal* com este nome: *Amador de Bel Repaire*. Como antropónimo registou-se um portador:

Frey Amador, monge do mosteiro de S. Pedro de Rochas (1517 RO 384).

ARNAL

Só se encontrou um portador num documento correspondente ao mosteiro compostelano de Belvis:

Arnal Yanes (1370 BE 44)[46].

No texto galego-português da *Demanda do Santo Graal* há umha personagem denominada como *Arnal o Fremoso* ou *conde Arnalt*.

No século XVI surgem mais nomes deste ciclo usados como antropónimos; no *Livro do lançamento* (Gonçalves 1973/74) aparecem: *Artur*, cinco portadores; *Galaaz*, um; *Lançarote*, dez; *Percival*, um; *Sagramor*, dous; *Tristão*, dezassete. E femininos: *Genebra*, vinte portadoras.

NOMES DE PERSONAGENS DO *AMADIS DE GAULA*

Amadis de Gaula é o grande contributo peninsular à literatura medieval de cavalaria, sem que pareça possível vir a saber se a obra original foi castelhana ou galego-portuguesa. O texto que se conserva é castelhano, de autor conhecido, Garci Rodriguez de Montalvo (1450-1505?) natural de Medina del Campo, mas sabe-se que el fizo umha refundiçom de umha obra anterior (Cacho Blecua 1991:67-73). Antes existírom um número indeterminado de versons, parcialmente conhecidas por testemunhos indirectos, a mais difundida das quais deveu ter sido

(44) Com o acrónimo RA remetemos a Lucas Alvarez, M. e Lucas Domínguez, P. P., *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media*, Santiago de Compostela, 1988.
(45) Com o acrónimo CR remetemos a Duro Peña, E., "El monasterio cisterciense de Santa Maria de Castro de Rey", *Archivos Leoneses*, XXVI (1972), nº 52, págs. 9- 45.
(46) Com o acrónimo BE remetemos a Rodríguez Núñez, Clara, "Santa María de Belvís, un convento mendicante femenino en la Baja Edad Media (1305-1400)", in *Estudios Mindonienses, 5*, págs. 335-485, Ferrol 1989.

a que muitas fontes medievais atribuírom a Vasco de Lobeira, fidalgo português que viveu no tempo do rei D. Fernando (1367-1383), que parece foi armado cavaleiro em 1385, na batalha da Aljubarrota (Cacho Blecua 1991:60). O *Lais de Leonoreta*, que figura no Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, atribuído a Joám Lobeira[47], e cuja traduçom se encontra no livro II do *Amadis*, constitui um poderoso argumento a favor da tese de que a primeira versom tenha sido galego-portuguesa. A difusom da obra no século XIV deveu ser importante, como demonstram as numerosas referências a ela, por exemplo do chanceler Ayala (1332-1407). Na coroa de Aragom documenta-se um cam chamado *Amadis* em 1372 (Cacho Blecua 1991:66).

BRIOLANJA

É o nome da esposa de *Galaor*, o irmao de *Amadis de Gaula*[48]. Nom sabe-mos quando é que aparece por primeira vez como antropónimo, mas talvez bastante tarde[49]. Em Portugal há documentada umha portadora em 1452, *Breolanga Afomso*[50]. Na Galiza regista-se também desde meados do século XV[51]:

Vriolanga Sobreyra, filha de *Alonso Fernandes Sobreyra* (1449 SCL 565)[52].

Brialanja, esposa de *Vasco de Puga*, escudeiro (1474 VF1 90).

Briolanja Diaz, freira do convento de Santa Maria a Nova, de Lugo (1502 GP 51).

Foi muito usado em Lisboa no século XVI: no *Livro do lançamento* (Gonçalves 1973/74:32) aparecem referidas dezoito pessoas que o tinham.

---

(47) Este *Joám Lobeira*, antepassado, muito provavelmente, do outro, documentou- no Carolina Michäelis entre 1258 e 1285, e Rodrigues Lapa posteriormente encontrou um documento de 1305 em que se dá como falecido (Cacho Blecua 1991:60).

(48) Leite de Vasconcelos parece sugerir que este nome pudo ter relaçom com o de Berenguela (1928:57), hipótese que Machado considera inverosímil, mas sem propor nengumha outra quanto à etimologia do mesmo (Machado 1984, s.v.).

(49) Se a informaçom fosse correcta, o nome seria usado já no século XII, e a portadora mais antiga documentada seria a esposa do conde de Trava Fernando Peres, segundo o *Livro de Linhagens do Conde*:

Este dom Fernam Piriz foi casado com dona Briolanja, e fez em ela o conde dom Pero Fernandez de Trava, que pobrou o castelo de Trava e por esso se chamou conde de Trava (Mattoso 1980 I: 122, 7 A 13).

Esta indicaçom nom é confirmada polos documentos coetáneos, pois nengumha das esposas documentadas de Fernando Peres tivo esse nome (Pallares-Portela 1993:832).

(50) Cfr. Machado, J. P., *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Por tuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa 1984, s.v. O documento em questom foi editado, segundo indica este investigador, em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques*, Lisboa 1944, vol. I, pág. 500.

(51) Também aparece uma portadora deste nome num dos documentos de GP correspondentes à província portuguesa do Douro Litoral:

Briollanga Pinta, monja do mosteiro de Sam Salvador de Vairão (1472 GP 149).

No século XVI regista Ferro Couselo (1953/54:3-13) as seguintes portadoras:

Briolanja Ojea Mosquera, mulher de *Vasco de Puga o Grande.*

Briolanja de Nóvoa, mulher de *Marcos Lopes*, que em 1533 era juiz do couto de Abrucinhos.

Briolanja, vizinha de Barom.

(52) Com o acrónimo SCL remetemos a Lucas Álvarez, M. e Lucas Domínguez, P., *El monasterio de San Clodio do Ribeiro en la Edad Media: estudio y documentos*, Galicia Medieval: Fontes, Publicacións do Seminario de Estudos Galegos 1996.

ESPLANDIÁM

Ao que parece o nome de *Esplandiám*, filho de *Amadis* e de *Oriana*[53] nom começa a ser usado como antropónimo até ao século XVI[54]. Em Lisboa, no *Livro do lançamento,* de 1565 (Gonçalves 1973/74) surgem dous portadores do mesmo.

GALAOR

O nome de *Galaor* ou *Galor* deverá a sua popularidade ao irmao de *Amadis de Gaula*[55]. Segundo Ferro Couselo(1953/54:6) já era usado como antropónimo em inícios do século XV, e tinha-o um cavaleiro, *Galaor Mosqueira*, cuja filha, *Mencia Lopes Mosqueira*, casou com *Joám Peres de Nóvoa*, senhor da casa de Maceda, e o filho de ambos foi outro *Galaor Mosqueira*, que, este sim, aparece mencionado em vários documentos das ediçons consultadas[56]. Era meirinho por D. Joám Pimentel na terra de Aguiar, e foi famoso pola sua rapina e crueldade de que fôrom vítimas os mercadores e cidadaos de Ourense (Garcia Oro 1981:59).

Também na segunda metade do XV viveu o cavaleiro *Galaor Ossório*[57]. E deveu descender dalgumha das ramas da extensa família dos Ossório outro *Galaor Ossório*, prior da diocese de Astorga que intervém, nos inícios do século XVI, em litígios relativos ao convento de Sam Salvador de Sobrado de Trives[58]. Há, ainda, notícias doutro, um cavaleiro ourensano que é referido num documento de 1499:

> *Galaor Lopez da Barreira e seu yrmao Lançarote Lopez, escudeiros, vecinos da cibdade de Ourense* (1499 ASA 26).

Galaor é também abundantemente usado no século XVI[59].

---

(53) *Esplandiám* é concebido nos encontros amorosos de *Amadis* e *Oriana* no castelo de Miraflores, antes do casamento público deles, polo que a mai mantém em segredo a gravidez e o parto e entrega o meninho aos seus servidores; mas umha leoa rouba-hes o recém-nscido e amamenta-o até que um ermitao o encontra e o baptiza: pom-lhe o nome de acordo com umha inscriçom em latim que o meninho tem sobre o mamilo direito (vid. Alvar 1991, s.v.).

(54) No primeiro terço deste século regista Ferro Couselo (1953/54:7) um portador: *Esplandiam Gomez*, morador no lugar da Veiga e escrivao do mosteiro de Sam Clódio do Ribeiro.

(55) Quanto à origem do nome E. Rivas opina que talvez esteja relacionado com Galaad, regularizado imitando Nabor (Rivas Quintas, Elígio, *Onomástica persoal do Noroeste hispano*, Alvarellos, Lugo 1991, pág. 178).

(56) Aparece documentado, por exemplo, em 1476 CO 1442. Na primeira metade do século há um "Galoor Mosqueyra comendeyro de Mondonnedo" que figura num documento de 1435 como testemunha (Cal Pardo, Enrique, "Juan II de Castilla, Alonso Pérez de Vivero y el señorío de Galdo", *Compostellanum* vol. XXIV nº 1-4, 1981, pág. 76).

(57) Dele dam-nos os editores de Vasco da Ponte a seguinte informaçom: "*Galaor Osorio, hijo del primer conde de Lemos Pedro Álvarez Osorio y su primera mujer doña Beatriz de Castro, y primo de Don Pedro Álvarez Osorio, conde de Trastámara (+ 11 de julio de 1461), casó con Constança, hija de Pedro Pardo de Cela*", cfr. Aponte 1986:170, nota 190.

(58) Executa umha sentença da Rota romana reltivamente ao convento de Sobrado de Trives, em 25 de Outubro de 1527 (vid. Duro Peña, E., "El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives", *Archivos Leoneses*, XXI, 1967, pág. 40).

(59) Nos primeiros anos dessa centúria aparecem (veja-se Ferro Couselo 1953/54: 6-7):
Galaor Damas, de Ribadávia.
Galaor de Carvalhido, que em 1541 vivia no Paço da Freiria de Pias de Mondariz.
Galaor ou *Galor Gonçalvez* tenente do corregedor de Baiona.
Galaor Varela, escrivám, natural da terra de Deça.
Galaor de Taboada, vizinho de Redondelhe, na Peroxa, que ainda vivia em 1609.

OLINDA

Apesar de que a sua origem é controversa parece seguro que foi popularizado por umha personagem do *Amadis de Gaula*, filha de Vanain, rei da Noruega. Na documentaçom da Galiza figura umha portadora de finais do século XV [60]:

> *Olinda Lopez de Andrade,* casada com *Nuno de Amoeiro* (1481 RO 308).
> *Olinda Lopez* (1509 RS 274).

OUROANA

Pensado(1991:315) acha que umha *Ouxuana* que aparece no Tombo de Sobrado deve ser na realidade *Ouroana*, antropónimo já no século XII. A portadora seria homónima da amada de *Amadis de Gaula*, filha do rei Lisuarte [61], que casa com o herói do romance. O nome procede do latim *oriri*, "levantar-se", e chega através do francês antigo *Oriande*, *Oriante*. Parece que a forma galego-portuguesa mais documentada, Ouroana, deve explicar-se pola influência do substantivo *ouro*. Em Portugal regista-se em documentos de 1220 e 1258 [62]. Na Galiza encontrárom-se:

> domna Ouroana (1232 OS1 350) [63].
> Maria Yáñez, dicha *de Ourilly*, con su hija Ouroana Yáñez (1262 CO 362).
> *Euroana Bernardi* (1285 FUS 14).

E nom devemos esquecer umha soldadeira que também se chamava assim, satirizada numha cantiga de escárnio polo trovador Joám Garcia de Guilhade [64].

---

(60) Ferro Couselo (1953/54:6) dá notícia de outras pessoas que tivérom este nome e que vivêrom polas mesmas datas:
Olinda Rodriguez que vive em 1500 em Cela Nova.
Olinda Gonçalez, de Faramontaos do Ribeiro.
Olinda Mosqueira, mai do escrivao *Gomez Ansiám.*
Olinda, mulher de *Gonçalo Gomes de Puga.*
Indica ainda que havia outras três damas com este nome no mesmo século XVI no couto de As Três, da jurisdiçom de Santa Comba de Naves.

(61) O nome de *Lisuarte*, que nom se encontrou nas colecçons documentais da Galiza, era usado em Portugal em meados do século XV, e tinha-o um cavaleiro, *Lisuarte Pereira*, que lutou da parte de Afonso V na batalha de Alfarrobeira (1449) contra os partidários do infante D. Pedro (Baquero Moreno 1980:927). Nessa mesma obra figura um cavaleiro chamado *Amadis Vasques de Sampaio*, que teria sido dispenseiro do rei D. Duarte e que teria participado na malograda tentativa de conquista de Tânger em 1437; teria estado em Alfarrobeira entre os partidários de Afonso V (Baquero Moreno 1980:945).

(62) Cfr. Machado 1984, s.v. Este investigador cita as *Inquisitiones* que fai parte do *Portugaliae Monumenta Historica*, pags. 30 e 109. Leite de Vasconcelos (1928:52) refere as formas *Ouroana* e *Oroana*, que recolheu nos documentos de *Scriptores*, (outra parte do *Portugaliae Monumenta Historica*), págs. 144, 148, 215, 280.

(63) O documento em causa é um testamento dessa pessoa, e começa assim: *Ego domna Ouroana facio mea mandatione si de hac infirmitate migraverit...*Com o acrónimo OS1 remetemos a Romaní, Miguel, *Colección diplomática do mosteiro cister ciense de Santa María de Oseira*, vol. I, Santiago de Compostela 1990.

(64) É a cantiga número 213 da ediçom de Rodrigues Lapa (1970:325); a primeira estrofe é como segue:
Dona Ouroana, pois já besta avedes,
outro conselh'ar avedes mester:
vós sodes mui fraquelinha molher
e já mais cavalgar non podedes;
mais, cada que quiserdes cavalgar,
mandade sempr[e] a best'achegar
a un caralho, de que cavalguedes.

No século XVI a forma usada era *Oriana*; no *Livro do lançamento* (Gonçalves 1973/74) figura umha portadora.

O CICLO CLÁSSICO OU MATÉRIA DE TROIA

Da segunda metade do século XIV é a traduçom galega da *Cronica Troyana*, testemunho patente do interesse que despertava este ciclo literário, cujo influxo na onomástica pessoal se nos mostra um pouco mais tardio do que o da matéria de Bretanha. Alguns dos principais protagonistas da obra som apresentados e descritos no capítulo 11, intitulado *«Dos ffillos que el rrey Príamos auya et quantos eram»* [65]:

> *[...] Et foysse cõ el sua moller, que auja nome Écuba. Et era bõa dona et fremosa et moy ben ensynada [...] Et o primeyro fillo ouuo nome Éctor et foy moy bon caualleyro de armas et moy preçado. Et sabede que njhû nõ valya mays que el [...] Et o segûdo fillo ouuo nome Aleixandre, et chamarõlle depoys Pares, por hûa auêtura que lle acaesçeu, que aqui nõ cõta [...] Et o quinto era chamado Troylos, et foy moy bon caualleyro, et ouuo grã prez de caualaría, assy cõmo adeãt oyredes perla estoria, en que oyredes cõtar os feytos que el fezo. Das duas fillas, a primeyra que naçeu foy chamada Casandra [...] Et outra filla ouuo nome Políçena, mays de aquesta quero que sabeades que nõ acharõ par ênа sua bondade en todo o mûdo...* [66].

Serám os nomes de dous dos filhos do rei Príamo os que surgem usados como antropónimos na documentaçom galega: *Heitor* [67] e *Troylos*. Chama a atençom que Páris tivesse tido antes que este o nome de *Aleixandre*, nome que surge também nos documentos investigados [68]; quanto às filhas o nome de *Polícena* era usado em Portugal na mesma época, segundo havemos de ver.

HEITOR

Os *Livros de Linhagens* dam notícia de um cavaleiro português com este nome que se pode situar na segunda metade do século XIII. Chamava-se Heitor Nunes de Chacim, era filho de Nuno Martins de Chacim e de dona Tareija Nunes, e estivo casado com Marquesa Gil de Soverosa (Mattoso 1980: LC 38 I 9) Outras informaçons sobre a família permitem formular a hipótese cronológica indicada: umha irmá del, Orraca Nunes,foi casada com *D. Martinho Eanes do Vinhal*, irmao do trovador *Gonçalo Eanes do Vinhal*, de quem sabemos que participou na tomada de Sevilha (1248) e morreu em 1280, na guerra entre Afonso X e o infante D. Sancho, contando-se entre os partidários deste último. Uma sobrinha de *Heitor Nunes*, cha-

---

(65) Lorenzo, Ramón, *Crónica Troiana*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, conde de Fenosa. "Colección Documentos Históricos" disposta pola Real Academia Galega, Corunha 1985.

(66) Lorenzo 1985:230.

(67) O editor da *Cronica Troiana*, seguindo os critérios de transcriçom que ele defende, acentua graficamente de acordo com regras da escrita actual; o nome "Eytor", "Eitor", que nesse texto figura quase sempre com esta forma gráfica e só raramente "Ector", ao nosso ver era, como é na língua de hoje, umha palavra oxítona, e nom paroxítona, como a correspondente forma castelhana; mas o editor considerou-no como palavra paroxítona e pujo-lhe acento agudo na primeira vogal sistematicamente.

(68) Veja-se o dito na nota 5.

mada *Violante Ponço*, foi casada com *Rodrigo Afonso*, filho de *Afonso Dinis*, um bastardo de D. Afonso III e portanto irmao do rei D. Dinis (Piel-Mattoso 1980: LD 4 N 9). O próprio Heitor Nunes devia estar vivo na data em que foi escrito o *Livro Velho de Linhagens* (por volta de 1286-1290) onde se indica:

> *Dona Sancha Paes foi casada duas vezes: a primeira com Estevão Mendes Queixada, e fege i*
>
> *uma filha, que foi molher de dom Nuno Martins de Chacim, e figerom estes filhos:*
>
> *Outor Nunes*
> *e Alvar Nunes*
> *e Gil Nunes*
> *e a molher de dom Lourenço Soares de Valadares, e farão filhos (Piel-Mattoso 1980: LV 1 BO 10).*

Polos *Livros de Linhagens* sabemos também que umha sobrinha de *Heitor Nunes* chamada *Maria Rodrigues* foi barragá do rei D. Dinis (Piel-Mattoso 1980: LD 6 AU 8/6 AV 10).

Iria Gonçalves (1972:165), no estudo sobre a antroponímia das terras da Alcobaça, regista dois portadores do nome Heitor no período 1430-1460.

No rol do Empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 polo almoxarifado de Évora, estudado também por Iria Gonçalves (1971:187), aparecem dous indivíduos com o nome *Heitor*, e também duas portadoras doutros procedentes deste ciclo literário: *Helena* e *Policena.*

Na documentaçom galega o mais antigo de que temos notícia é *Eytor de Beneujdes, escudeiro de Sueiro Gomes de Soutomayor,* que figura nas *Notas de Alvaro Perez*, registo notarial de 1457 [69]. Pouco mais tarde aparece *Eytor Gomes Rapela*, notário em Ourense por D. Bernardino Peres Sarmento, conde de Ribadávia e adiantado na Galiza (1480 CO 1459) [70]. Deve ser o mesmo que *Eytor Gomes, escudeyro, morador ena fryguisía de Santiago d'Esposende*, casado com *Johana Gonçáluez de Deça* (1512 VF1 118), e que o fidalgo da família dos Turrichaos que vivia em Esposende em 1503, segundo informaçons de Ferro Couselo. Um filho del também tivo este nome. Deve ser ainda o mesmo que aparece referido noutro documento do mosteiro de Sam Clódio do Ribeiro:

> *congostra que bay da casa d'Eytor para santa Mariña* (1499 SCL 643).

Durante o século XVI este antropónimo deveu ser muito usado na Galiza [71].

---

(69) Veja-se Tato Plaza, Fernando R., *O libro de notas de Álvaro Pérez, notario da terra de Rianxo e Postmarcos (séc. XV)*, Tese de Doutoramento, Microficha, Universidade de Santiago de Compostela 1994. No sucessivo remeteremos a este registo notarial com o acrónimo NAP. O referido indivíduo figura nos documentos que tenhem os números 115 e 116.

(70) Para além desse documento do Arquivo da catedral de Ourense de 1480 encontramo-lo como "notario e escriuano publico por las abtoridades apostolical e episcopal de Ourense e notario por el señor conde de Ribadauia" num documento de 1507, publicado por Enriquez Paradela, Mª del Carmen, *Colección Diplomática del monasterio y convento de Santo Domingo de Ribadavia*, Boletin Avriense, Anexo 8, Museo Arqueolóxico Provincial, Ourense 1987. O documento em questom tem o nº 29 na colectânea.

(71) Ferro Couselo (1953/54:5) dá informaçom dos seguintes portadores:
Heitor Gomez, que era em 1574 juiz da jurisdiçom de Santa comba de Naves.
Eytor de Casdenao, em 1588 juiz do couto de Canedo.

PALOMADES

Embora o nome do herói grego *Palomades*, *Palomedes* ou *Palamedes*[72] nom se tenha encontrado como antropónimo nas colecçons documentais examinadas, parece muito provável que tenha tido tal uso à vista da denominaçom de um indivíduo que figura num documento de 1519, que o tinha como sobrenome, provavelmente formado de um patronímico:

Rodrigo Palmades (1519 VF1 122).

TROILOS ou TRUILOS

De Troilos, herói grego filho de Príamo. Temos notícias de um portador galego da segunda metade do século XV:

Violo pasar Truyllos Bermúdez, merino de don Fernando [de Castro], y fue tras él en su alcance y cada vez juntando más gente [...](Aponte 1986:203)[73].

Há ainda outro que se documenta nos inícios do século XVI:

Troyllos de Nóvoa, escudeiro e notário público do mosteiro de S. Pedro de Rocas (1507 RO 368).

Troilos de Nóvoa (1511 RO 374).

O CICLO CAROLÍNGIO

Os mais antigos textos da épica francesa tivérom, como se sabe, umha difusom plenamente verificada no ámbito ibérico, e isso por meio da literatura popular (através de lendas e romances dessa temática), mas também através de narrativas históricas que incorporárom as personagens e argumentos da épica francesa ao ámbito dos seres e sucessos memoráveis que mereciam perdurar na lembrança[74].

Eytor do Campo, morador em Lebosende na segunda metade do XVI.
Heitor Fernandez, morador no couto de Portatón.
Heitor de Barros, morador em S. Pedro de Nogueira.
Eytor de Nugueiredo, morador em Sande, todos da 2ª met. do XVI.

(72) As formas que figuram na *Crónica Troiana* (1985:271 e ss.) som *Palomades*, a mais freqüente, *Palamades* e, raramente, *Polomades*.

(73) Desse D. Fernando de Castro dizem os editores: *[...] arcediano de Nendos (desde 1460) había estado casado, después de 1446, con Inés Bermúdez, hija de Pedro Bermúdez de Montaos; era nieto de Don Pedro Álvarez de Cabrera Osorio, conde viejo de Lemos, y hermano natural de Don Rodrigo Osorio. Llegó a ser abad de la colegiata de la Coruña. Murió en 1515* (Aponte 1986:148, nota 129).

(74) É claro que, quanto à onomástica pessoal, foi no ámbito galo-románico onde primeiro se encontram testemunhos da popularidade de certos nomes preferidos sobre outros por serem de heróis que polo seu valor e renome se incorporárom ao imaginário colectivo como símbolos de virtudes veneráveis. Assim, num documento bearnês de 1046 figuram como testemunhas «*Olivarius de Arbocava et Rollandus frater ejus*»; noutro de 1091, de Saint Nazaire, assinam também os irmaos *Olivarius* e *Rotlandus*; entre 1082 e 1106 um pai, autorizado polos seus filhos *Oliverius* e *Rotlandus*, fai umha doaçom à abadia de Saint-Aubin d'Angers; e umha doaçom a umha igreja de Brioude de entre 999 e 1031 é assinada por três testemunhas, duas das quais se chamam *Oliverius* e *Rodlandus*, que provavelmente fossem irmaos ou parentes. Também aparecem associados os dous antropónimos num documento catalám de 1145 em que figuram «*Olivario, presbitero, et frati suo Rodlando Olivario*» Alonso, Dámaso, "La primitiva épica francesa a la luz de una *nota emilianense*", in *Obras Completas, II, Estudios y ensayos sobre literatura. Primera parte: Desde los orígenes románicos hasta finales del siglo XVI*, ed. Gredos, Madrid, 1972, págs. 229-230. Segundo aponta, estes dados tenhem umha importáncia decisiva para esclarecer a formaçom da lenda de Roldám; por palavras suas, "*tenemos prueba documental de que junto al Roland legendario pero de fondo histórico, había surgido ya en la primera mitad del siglo XI, su compañero Olivier, totalmente legendario*" (Alonso, Dámaso, op. cit., pág. 230).

O achado documental mais interessante neste campo é a nota emilianense editada e comentada por Dámaso Alonso (1972:236-244) em que aparecem referidos como cavaleiros de Carlos Magno «*rodlane, bertlane, oggero spata curta, ghigelmo alcorbitanas, olibero, et episcopo domni torpini*», em que por umha parte se prova a difusom no ámbito hispánico da lenda de Roldám, e por outra se testemunha um relacionamento desta lenda com o mais antigo ciclo épico francês, o de Guillaume: *ghigelmo alcorbitanas* nom é outro que *ghigelmo alcorb nes*, ou *curbi naso*, o protagonista da *Chanson de Guillaume*. O texto dessa glossa dá motivo para outra hipótese, como é a de supor que, muito provavelmente, os nomes *Beltrám* e *Guilherme* fôrom usados nos reinos cristaos da Península com plena consciência da sua origem e referência literária.

MONTESINO

Segundo assinala Menéndez Pidal (1954:56), referindo-se ao romanceiro castelhano, "Montesinos es un héroe peculiar de nuestros romances; a pesar de pertenecer a la leyenda de Carlomagno no es conocido este personaje en la literatura francesa", embora seja umha derivaçom do cantar de gesta francês do séc. XII *Aiol et Mirabel*. Montesinos, assim chamado por ter nascido num monte, estava casado com Rosaflorida, senhora do castelo de Rocafrida, popularmente identificado com umhas ruinas próximas à cova de Montesinos que D. Quixote fizo famosa. Nalguns romances este cavaleiro é primo e grande amigo de Durandarte, nome que originariamente era o da espada de Roldám, mas que um poeta de romances converteu em herói, morto também em Roncesvales, enriquecendo a invençom com o sangrento legado que fai ao morrer, talvez inspirado em *Amadis*, que encarrega um escudeiro de que à sua morte lhe tire o coraçom e o leve à sua senhora Oriana.

Em 1315 regista-se um *Montesino Perez* em terras de Viana, onde, como nas terras vizinhas de Valdeorras, "parece pervivir mejor la memoria de las hazañas realizadas en Galicia y en toda España por el gran emperador Carlomagno y por sus compañeros los doce pares de Francia", em palavras de Garcia de Diego recolhidas por Ferro (1953/54:5). O nome deriva de um adjectivo comum; O *Livro de Linhagens do Conde* atribui a D. Pelaio, o primeiro rei das Astúrias, este sobrenome (Mattoso 1980 I: 104). Como patronímico ou apelido aparece também em documentos notariais da Galiza:

> *Johan Perez Montesino* (1320 GH 79).
> *Fernan Montesino* (1363 FU 242).
> *Vasco Ferreiros Montesino* (1421 DH3 57).

OLIVEIROS

A denominaçom do cavaleiro *Olivier* procede do substantivo comum *oliva*. Segundo se viu, a personagem surge associada à de Roldám desde o início da lenda.

Em 1362, sendo bispo de Ourense D. Joám Garcia Manrique, era arcediago de Castela, nessa diocese, um *Oliveros Vifranqui* (Ferro Couselo 1953/54:9). O sobrenome permite pensar que era de origem foránea. No século seguinte registou-se

um portador que parece ser, este sim, originário da Galiza: *Oliver Marçal*, que figura num rol de cidadaos e moradores da vila de Corunha num documento de 1440 [75]. Sabemos também que *Oliveiros* foi um antropónimo freqüente em datas posteriores [76].

ROLÁM

No *Tombo de Sobrado dos Monges* há um documento de 1215 em que confirmam a renúncia a umha demanda contra os monges de Sobrado um *Rotolandus Petri* e um *Petrus Rotolandi* [77]. Em data anterior regista- se um *Iohannes Rolan* num documento do Tombo de Samos de 1195 [78]. O nome é de origem germánica, composto de *hrod*, "vitória" e *land*, "terra", mas nom há dúvida de que chegou à Galiza através da épica francesa.

Na traduçom do Pseudo-Turpin (fins do XIII ou começos do XIV) o nome de Rolam aparece romanceado como *don Rulan*. Nos *Miragres de Santiago* a forma é *Rulan* [79]. Todo fai pensar que *Rolám*, *Rulám* som as formas galego-portuguesas do nome, enquanto *Roldám* deveu ser ser introduzida, tanto na Galiza como em Portugal, a partir da correspondente castelhana [80].

Num documento de inícios do século XIV encontra-se a seguinte forma antropotoponímica, que atesta um uso anterior como antropónimo:

> *et a quarta da casa de Rolam que e na friigresia de Lesom* (1305 OS2 1327).

Em documentos da colecçom diplomática de Santa Maria de Ferreira de Pantom encontram-se dous portadores de patronímicos, ou talvez do correspondente apelido de origem patronímica:

> D*iego* Rollán: "cortina q*ue* sarrou D*iego* Rollán", "gándera *que* iaz a par doutra de D*iego* Rollán" (1290 FP 25) [81].
> Iohán Rollán,numha lista de testemunhas (1303 FP 32).

---

(75) O documento foi editado em López Ferreiro, A., *Historia de la S^a A. M. Iglesia Catedral de Santiago*, Santiago de Compostela 1898-1909; figura no apêndice documental do vol. VII, pág. 74.

(76) Foi bastante usado no século XVI; Ferro Couselo (1953/54:6) identificou os seguintes portadores:
Oliveiros Perez, vizinho de Vilaça em 1545.
Oliveiros Salgado, abade de Castrelo de Val, em Verim, que falece em 1553.
Oliveiros de Moreda, que morava em Pereiro de Aguiar em 1587.

(77) Loscertales, P., *Tumbo de Sobrado de los Monjes*, Madrid, 1976, II, pág. 415; citado por Pensado (1991:316).

(78) Recolhido por Boullón Agrelo (1994:460).

(79) Com variantes gráficas *Rrulan* (13 vezes), *Rulan* (umha vez), *Rrulam* (quatro vezes), *Rrulã* (11 vezes) e *Rulã* (duas); veja-se *Miragres de Santiago*, edición y estudio crítico por José L. Pensado, Anexo LXVIII de RFE, C.S.I.C., Madrid 1958.

(80) Por isso indica José Luís Pensado que o Roldán a que se refere o bispo de Ourense D. Francisco Manrique de Lara, a que se fizo referência, procede de Castela, o mesmo que o Hector, que também cita, que até conserva o grupo CT. Aponta também a hipótese de que nom se estivesse a referir, no caso de Roldám, nom a um nome pessoal, mas a uma alcunha: "Rolam era un apodo, no sólo usado en el gallego sino también en el portugués desde el siglo XV, y en el siglo XVI, el habla jergal castellana conoce también el mismo empleo para Roldán, que se hace sinónimo de «valentón». (Pensado, J. L., *El gallego, Galicia y los gallegos a través de los tiempos (Ensayos)*, 'Biblioteca Gallega. Serie Nova', Corunha, Ed. La voz de Galicia, 1985, pág. 79).

(81) Com o acrónimo FP remetemos a Fernández de Viana y Vieites, J. I., *Colección diplomática del monasterio de Santa María de Ferreira de Pantón*, Diputación Provincial de Lugo 1994.

Em Portugal um Rolam Perez aparece como testemunha numha procuraçom do concelho de Numão de finais do reinado de Fernando I, provavelmente de 1380, segundo se deduz do conteúdo do documento:

> Auëremos por nosa Raynha a jffante dona Beatriz fylha primeira E erdeira do Mujto Alto *e* poderoso prinçepe Dom fernando pella graça de deus Rey dos dictos Reynos noso Senhor *e* da Raynha dona ljonor sua molher nosa Senhora [82].

Também na Galiza se documentam homónimos del. Segundo informa Ferro Couselo (1953/54:10) em finais do século XV viveu um *Roldám da Barja*, morador em Veigas de Camba. Nos documentos notariais examinados encontrárom-se dous, um deles de origem francesa certa, a julgar polo sobrenome:

> *Rollán Francés* (1456 VF2 304).

O outro figura num documento das NAP [83], no contexto seguinte:

> *[...] En San Tomé do Mar, qutro días de janeyro. Deu seu poder cõprido Vasco Rodrigues, morador ênо dito porto, a Roy Bouçón [...] os CCL morauidís vellos, qu'el deuja a Rrolã, morador ênо dito porto...* (1457 NAP 4).

Mas desde épocas muito antigas Rolám aparece como sobrenome, sendo provavelmente apelido de origem patronímica:

> *Johan Rrolan de Parada* (1318 DH1 12).
> *Johana Rolan* (1318 DH1 12).
> *Gomes Gonçalves Rollan procurador do concello de Ourense* (1487 VF2 222).

CONCLUSONS.

A onomástica pessoal é um campo de grande interesse para a história das mentalidades, pois revela dados fundamentais sobre a evoluçom do imaginário colectivo, assinalando quais som os valores dominantes, quais as figuras que se consideram modelos a imitar e também as que representam o que há de mais indigno e censurável. Por outra parte mostra, a cada momento, qual é a direcçom das ondas de difusom cultural e ideológica, onde estám os focos irradiadores do saber e o bom gosto e onde os pólos receptores. No caso da Galiza medieval os nomes de origem literária descobrem-nos aspectos interessantíssimos da história da recepçom de muitos textos, mas o que mais chama a atençom neste campo é a continuidade existente entre duas áreas geográficas que, apesar de politicamente cindidas desde tempo atrás, continua a ser usado o mesmo sistema lingüístico, e nom só como veículo da comunicaçom social, mas como instrumento de criaçom de valiosas obras literárias. O estudo da onomástica revela claramente a permanência do sentimento de comunidadade idiomática que se testemunha na unicidade de resposta ao estímulo de correntes culturais foráneas. Nese sentido parece claro que nas sociedades galega e portuguesa se acusa o influxo de certos focos de difusom

---

(82) *Cortes Portuguesas. Reinado de Fernando I (1367-1383)*, Volume I (1367- 1380), I.N.I.C., Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa 1990, pág.183.
(83) Tato Plaza 1994. O nome nom figura no "Índice dos nomes de persoa" (págs. 603-614), inexplicavelmente.

cultural, e a resposta mostra um alto grau de permanência do que poderíamos chamar um "espaço único ou unificado de comunicaçom", em que as inovaçons atravessam a fronteira política constantemente, testemunhando a permanência do sentimento de unidade que, apesar da tragédia histórica que sofreu a Galiza nos séculos posteriores, da marginalizaçom a que durante tanto tempo se viu submetido o idioma próprio, no dia de hoje permanece mais vivo do que nunca; é um sentimento vigoroso, mas sobretodo umha realidade construída, fruto do esforço por preservar o que é, e há de ser sempre, sinal irrenunciável da nossa identidade.

BIBLIOGRAFIA

A Demanda do Santo Graal, 1988. Edição de J. M. Piel, concluída por Irene Freire Nunes, com introdução de Ivo de Castro, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

Alonso, Dámaso. 1972. "La primitiva épica francesa a la luz de una *nota emilianense*", in *Obras Completas, II, Estudios y ensayos sobre literatura. Primera parte: Desde los orígenes románicos hasta finales del siglo XVI*, ed. Gredos, Madrid, págs. 225-319.

Alonso, Dámaso. 1972. "La leyenda de Tristán e Iseo y su influjo en España", in *Obras Completas, II, Estudios y ensayos sobre litera tura. Primera parte: Desde los orígenes románicos hasta finales del siglo XVI*, ed. Gredos, Madrid, págs. 357-380.

Alvar, Carlos. 1991. *El Rey Arturo y su mundo. Diccionario de mitología artúrica*, Alianza Editorial, Madrid.

Aponte, Vasco de. 1986. *Recuento de las casas antiguas del Reino de Galicia*, introducción e edición crítica con notas por M. C. Diaz y Díaz, J. García Oro, D. Vilariño Pintos, M. V. Pardo Gómez, A.García Piñeiroe M. P. Oro Trigo (Equipo 'Galicia hasta 1500'), Santiago de compostela, Xunta de Galicia, Consellería da Presidencia, Servicio Central de Publicacións.

Baquero Moreno, Humberto. 1980. *A batalha de Alfarrobeira, antecedentes e significado histórico*, Universidade de Coimbra.

Boullón Agrelo, Ana Isabel. 1994. *Contribución ó estudio da antroponimia medieval galega (séc. VIII-XIII)*, Tese de Doutoramento (Microficha), Universidade de Santiago.

Buescu, Maria Gabriela Carvalhão. 1991. *Perceval e Galaaz, cavaleiros do Graal*, ICALP, Lisboa.

Cacho Blecua, J. M. (editor). 1991. *Garci Rodriguez de Montalvo. Amadís de Gaula*, ed. Cátedra, Madrid.

Díaz Melcón, G. 1957. *Apellidos castellano-leoneses*, Granada.

Ferro Couselo, Jesus. 1953-54. "Los romances y los libros de caballería en la onomástica personal gallega de los siglos XV y XVI", *Posío, arte y letras*, págs 3-13.

García Gual, Carlos. 1990. *Lecturas y fantasias medievales*, Biblioteca Mondadori, Madrid.

García Oro, José. 1981. *La nobleza gallega en la Baja Edad Media. Las clases nobles y sus relaciones estamentales*, 'Bibliófilos Gallegos. Biblioteca de Galicia XX', Santiago de Compostela, Imprenta 'El Eco Franciscano'.

García Oro, José. 1987. *Galicia en los siglos XIV y XV. Tomo I (Galicia señorial)*, Instituto Padre Sarmiento, Santiago de Compostela.

Gonçalves, Iria. 1971. "Amostra de Antroponímia Alentejana do sec. XV", *Do Tempo e da História*, IV, Lisboa.

Gonçalves, Iria. 1972. "Antroponímia das terras Alcobacenses nos fins da Idade Média", *Do Tempo e da História*, V, Lisboa.

Gonçalves, Iria. 1973-74. "Onomástica Pessoal da Lisboa de Quinhentos", *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 2ª série, nos. 79- 80, Lisboa.

Hook, David. 1996. "Esbozo de un catálogo cumulativo de los nombres artúricos peninsulares anteriores a 1300", *Atalaya. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques*, nº 7, págs. 135-152.

Lapa, M. Rodrigues. 1970. *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros medievais galego-portugueses*, edição crítica, ed. Galaxia, Vigo (2ª edição).

Lapa, M. Rodrigues. 1981. *Lições de literatura portuguesa. Época medieval*, Coimbra Editora Lda. (10ª edição).

Lorenzo, Ramón. 1985. *Crónica Troiana*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, conde de Fenos. "Colección Documentos Históricos" disposta pola Real Academia Galega, Corunha.

Machado, J. P. 1990. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa (6ª edição).

Machado, J. P. 1984. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa.

Mattoso, J. 1980. *Portugaliae Monumenta Historica. A saecvlo octavo post Christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita. Nova serie. Volume II: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa.

Mattoso, J. 1982. *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Guimarães & C.ªº editores, Lisboa.

Menéndez Pidal, R. (editor). 1954/56. *Cantar de Mio Cid*, (3ª ed.) Madrid.

Pallares Méndez, Mª. del C. y Portela Silva, Ermelindo. 1993. "Aristocracia y sistema de parentesco en Galicia en los siglos centrales de la Edad Media. El grupo de los Trava", in *Hispania, Revista Española de Historia*, vol LIII/185, págs.823-840.

Pensado Tomé, J. L.1958. *Miragres de Santiago, edición y estudio crítico*, Revista de Filología Española, Anexo LXVIII, C.S.I.C., Madrid.

Pensado Tomé, J. L. 1962. *Fragmento de un «Livro de Tristan» galaico- português*, Anexo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*.

Pensado, J. L. 1985. *El gallego, Galicia y los gallegos a través de los tiempos (Ensayos)*, 'Biblioteca Gallega. Serie Nova', Corunha, Ed. La Voz de Galicia.

Pensado, J. L. 1991. *Galicia en su lengua y sus gentes (ensayos)*, 'Biblioteca Gallega. Serie Nova', Coruña, Ed. La Voz de Galicia.

Piel, J. e Mattoso, J. 1980. *Portugaliae Monumenta Historica. A saecvlo octavo post Christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita. Nova serie. Volume I: Livros velhos de Linhagens*, Lisboa.

Rivas Quintas, Eligio. 1991. *Onomástica persoal do noroeste hispano*, Lugo, ed. Alvarellos.

Serrão, Joaquim Veríssimo. 1976. *História de Portugal, Volume I: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, editorial Verbo, Lisboa.

Synodicon Hispanum. 1981. Dirigido por Antonio García y García, Tomo I (Galicia), tomo II (Portugal), Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid.

Tato Plaza, Fernando R. 1994. *O libro de notas de Álvaro Pérez, notario da terra de Rianxo e Postmarcos (séc. XV)*, Tese de Doutoramento, Microficha, Universidade de Santiago de Compostela.

Reformação ortográfica na Galiza ou, mais uma vez, *a montanha parirá um rato*?

António GIL HERNÁNDEZ
da *Associação de Amizade Galiza-Portugal*

0. LIMIARES

0.1. Recebi o 15 de Outubro o convite para assistir à *Assembleia Geral Extraordinária* da A.Ga.L., que se reunia o 30 do mesmo mês. O único ponto de trabalho enunciava-se «A *Associaçom Galega da Língua* perante o debate recentemente suscitado em torno da reforma da normativa». Acrescente-se: «*imposta às falas galegas pelos órgãos espanhóis quer políticos*, "Junta de Galicia" [*J.Ga*] e outros, *quer académicos*, "Real Academia Gallega de La Coruña" [*R.A.Ga.*] e "Instituto de la Lengua Gallega" [*I.L.Ga.*], da "Universidad de Santiago de Compostela"».

Aliás, Carlos Garrido, enquanto secretário, comenta o objeto da convocatória da *Associaçom Galega da Língua* no artigo «A A.Ga.L. perante a reforma normativa», que publica *A nosa Terra* (Vigo) [*ANT*] no n.º 904, de 14 de Outubro de 1999.

0.2. À partida, assinalo duas realidades, mais do que axiomas, em que baseio o meu parecer:

0.2.1. Considero hoje *Notáveis galeguizadores* os cidadãos, associados ou não, que ativamente se interessam quer no processo normalizador dessa sociedade, quer na extensão dos usos da língua própria da Galiza e, particularmente, na supressão ou, pelo menos, reformação das *Normas I.L.Ga.-R.A.Ga.* [*NIR*], correlativas do bilinguísmo que deve garantir a *J.Ga.*, a teor do disposto na *Constitución española* (1978). O objetivo notabilizador, portanto, consiste em conseguir que o Povo galego recupere a sua identidade nacional e idiomática, ainda não perdida na oralidade e em determinadas tradições.

0.2.2. Dentre os *Notáveis galeguizadores* saliento os membros e simpatizantes de *associações lusofónicas*, de ontem e sobretudo de hoje, como as IRMANDADES DA FALA (portuguesas e espanholas), AMIZADE GALIZA-PORTUGAL, algumas seções do M.D.L., o 'Grupo de Escritores em Língua Portuguesa' e, mesmo, de *associações reintegracionistas*, como a A.Ga.L. ou as M.N.G., para além das pessoas e dos coletivos que usam habitualmente o português da Galiza e inclusivamente o *galego reintegrado*.

Estes constituiriam o ESPAÇO SIMBÓLICO (*Vid.* M. Sánchez Carrión, *Txepext*, «Teoría social de las lenguas y su aplicación a la recuperación del euskara» in *Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, 1987.1990, pp. 673-703) ou o RESTO *[galaico]*, a evocar o dito pelo profeta Isaías, sobretudo o «Segundo», para firmar a fé do Povo de Israel desterrado em Babilónia (*Vid.*, entre outros textos bíblicos, *Is.* 10, 18-22; também os caps. 48-50).

1. FACTOS [*INDISCUTÍVEIS*] E CONSEQUÊNCIAS

Porquanto a *Comunidad Autónoma de Galicia* faz hoje parte do *Reino de España*, cuja língua nacional é a castelhana ou espanhola, deve *toto iure* aplicar-se às falas galegas a *filosofia político-linguística* da Hispanofonia, cujos *traços distintivos* resumo nos dous seguintes:

1.1. O *primeiro* é o consenso (tão fingido quanto respeitado) de tudo o relativo a *la questione della lingua* pertencer em exclusivo à sociedade, por ser dona e senhora da língua.

Portanto, também no relativo ao idioma galego tem de ser a sociedade da Galiza a primeira e última interessada e responsável.

1.2. O *segundo* é o facto de a correção idiomática não se achar submetida aos poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário). Os Notáveis hispanófonos valem-se duplamente desse facto, porque o estimam condição a garantir a unidade de língua, que, por coerência, legitimam mercê do *discurso da homogeneidade hispanófona* (não só da unidade) por sobre quaisquer diferenças e variedades de fala.

Portanto, também a respeito da correção idiomática para as falas galegas, os que podem e devem estabelecê-la são os seus Notáveis, representantes não políticos da sociedade da Galiza, de maneira que por ela procurem a unidade de língua, aquém e além Minho, e a legitimem mercê do congruente *discurso da homogeneidade lusofónica*.

1.3. Do acima exposto infiro que as instituições do *Reino*, quaisquer, carecem de legitimidade e de autoridade para fixar às falas galegas qualquer correção idiomática por serem, quanto à língua, nacionalmente em exclusivo castelhano-espanholas (ou, como muito, regionalmente bilingues).

Com efeito, a *Constitución española* (1978) estabelece a castelhana ou «española» como única oficial do Estado ou da «Nación» una. O facto equivale a declará-la única *língua nacional* do *Reino*, justamente porque «las demás lenguas españolas», que a *Constitución española* (1978) declara «también oficiales» (ou *co-oficiais*), apenas são regionais, cuja validez administrativa se circunscreve a usos territorialmente precisos e, em todo o caso, subsidiários da única nacional e oficial.

2. *LA QUESTIONE DELLA LINGUA* GALEGA E OS *NOTÁVEIS GALEGUIZADORES*

Continuo a inferir que é labor dos *Notáveis galeguizadores responderem* perante a sociedade galega *a questão* academicamente denominada *questione della lingua*. Atingindo *primo et per se* à *Orthographia* (ou formalização gráfica do idioma), de nenhuma maneira fica reduzida a ela, porquanto implica a organização dos *usos da língua*, concordante com a *definição nacional da sociedade* que *notabilizam*.

2.1. Para os Notáveis efetivarem as três definições, de *ortografia*, de *língua* e de *nação*, devem antes delimitar o *território* sobre o qual procurarem exercer a sua hegemonia *notabilizadora*. Nas condições presentes, os limites territoriais remetem às fronteiras sobretudo culturais, secundariamente às económicas e, em último termo, às político-administrativas.

Destarte, *podem notabilizar* a sociedade galega 'sem embargo de fronteiras' estaduais e validar as falas do Povo que *notabilizam* como verificadoras da língua trans-estadual e transcontinental, hoje conhecida pelo nome de português. Apenas lhes resta conduzir-se congruentemente.

> [Dizendo isto, reitero a doutrina original do *galeguismo*, que a A.Ga.L. tem formulado no *Estudo crítico* (1983.1989: 91-92): «A normativa gráfica galega depende do conceito que se tenha do território em que se usa o galego. Admitir que em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique... se falam variedades do galego, conduz a elaborar a *língua-padrom*, para a escrita e para a fala, de modo que seja válida para a Galiza e concorde, no possível, cos padrons linguísticos usados nesses territórios»].

2.2. Para que a tarefa *notabilizadora* se torne efetiva e não apenas virtual, os *Notáveis*, indivíduos e grupos, devem saber, querer e fazer o *fim* que qualquer Notável de qualquer nacionalidade procura, que é *elaborar, estender e organizar* (*vertebrar* ou *construir*, dizem alguns) a *sociedade nacional* que *notabilizam* (insisto) por definição e apesar de tudo.

2.3. Mas, correlativamente, para a *notabilizarem* devem ter plena consciência de ser o que são, saber-se Notáveis e, antes de tirarem qualquer imediato benefício, *notarem* que é o que convém ao seu Povo como sociedade nacional (ou nacionalizável) e *serem notados* por ele.

> [Se for válida a (quase) *alegoria marítima* que X. M.ª Álvarez Cáccamo emprega no artigo «Alegoria marítima sobre a normativa» (também publicado no n.º 904 de *ANT*), os Notáveis que são *notáveis* navegam sempre *nortados* justamente pelos mares que estão a fazer e pelo norte que estão a fixar. Confessar-se desnortado vale tanto como se declarar não-notável ou, no *caso espanhol da Galiza*, «notabiliño» a navegar por mares e com o norte que os Notáveis espanhóis, donos desses mares, lhe fornecem. Insisto: Os Notáveis, se os são, assinalam o norte aos *notabilizados* (e *notabilizandos*) a navegarem com eles o mar da cultura nacional e transnacional que, enquanto Notáveis, criaram e continuam a criar sempre pelo instrumento duma escrita, aliás, concordante com o projeto e processo nacional.
>
> [Decerto X. M.ª Álvarez Cáccamo sabe que o «notabiliño» há muito tempo está

a «notabiliñizar» o Povo quanto à escrita do idioma galego, mesmo dizendo-se *desnortado*, porque age *nortado* pela escrita que *de facto et de iure* guia a «culturiña» que faz. Decerto sabe que, procedendo como até hoje, a gente galega acabará «notabiliñizada» a completo na cultura espanhola, que explicitamente já reconhece como sua].

3. DEBATE ÚLTIMO E NÃO DERRADEIRO, PORQUANTO AINDA O IDIOMA GALEGO VIVE

Quero entender que tencionam *notabilizar*, a respeito de *la questione della lingua* galega, entre outros, quer os Sr.es Casares e Freixanes [*sic*], representativos da «galeguidade regionalista» (assente em órgãos do *Reino da España*, como o *Consejo de la Cultura Gallega*), quer a escritora M.ª Xosé Queizán, quer o Prof. Torres Feijó, provocados pelo comportamento linguístico do Deputado europeu Camilo Nogueira. Atendo às notícias, declarações e artigos que, desde os últimos dias de Setembro, publicou em diferentes datas *La Voz de Galicia* (Corunha) [em adiante *V.G.*].

O contributo de Carlos Garrido sobre o «novo» (enésimo) *debate normativo* mereceria tratamento à parte, que (acho) teria de fazer a Assembleia do 30 de Outubro. É por isso que apenas lhe aponto algumas observações *infra*, no § 8.

4. COMEÇO POR DIFERENÇAR PARA IMEDIATAMENTE DISTINGUIR

4.1. Os primeiros, *notáveis galeguizadores* regionalistas, hão-de ser considerados, do ponto de vista nacional e, em consequência, sobre *la questione della lingua*, Notáveis subsidiários do projeto e processo nacional do *Reino da España*. São *notables españoles* e secundariamente galegos e «galeguizadores».

4.2. M.ª Xosé Queizán e o Prof. Torres Feijó não parecem pertencer à Notabilidade espanhola ou não declararam adesão explícita ao projeto e processo nacional do *Reino*, a diferença de outros que, dizendo-se «independentistas (galegos)» até, reiteram a sua convicção de as já nomeadas instituições do *Reino*, *J.Ga*, *R.A.Ga.* e *I.L.Ga.*, terem dado a «solução [*final?*] gráfica [*só gráfica?*]» a *la questione della lingua* galega, de modo que todos «patrioticamente» devem aceitá-la e obedecê-la.

4.3. Aliás, o comportamento idiomático do Deputado Camilo Nogueira no Parlamento europeu, ocasião deste novo «debate normativo», é coerente com a atitude, proceder e publicações, desde há muito tempo, quer de dirigente partidarista, quer de estudioso da galeguidade, atual e histórica. Cumpre reconhecer-lhe essa coerência, infrequente entre os profissionais da política.

5. PASSO A DISTINGUIR

Acho que as palavras dos Sr.es Casares e Freixanes., mercê das quais parecem propor a mudança gráfica para achegá-la um pouquinho à escrita correta do português, exprimem só desejos à partida inatingíveis: «Seria bom, mas nem é possível, nem convém...»

[Quisera errar, mas os atuais persistentes *discurso e prática grafo-gloto-políticos* que sustentam e promovem as instituições, às quais pertencem, não permitem outra previsão.

[Até ao dia de hoje nenhuma autoridade *institucional* do *Reino* defendeu *efetivamente* a integração das falas galegas na Lusofonia. Ainda mais, pessoas que dantes se declararam «reintegracionistas», enquanto acederam a cargos de responsabilidade *institucional*, começaram de súbito a praticar, acaso sem fé, as *NIR*. Se, como constitucionalmente o assunto é de livre opção, também o fosse nacional e realmente, não apenas continuariam a proceder como «reintegracionistas», mas sobretudo seriam animados a proceder destarte pelos seus superiores partidaristas e funcionarios...].

6. CONTINUO DISTINGUINDO

M.ª Xosé Queizán, no artigo «O galego en Europa», expõe opiniões desde muito tempo sustentadas por *Notáveis galeguizadores*, como M. Murguia, E. Pondal, J. V. Biqueira ou D. R. Castelão. Porém, diz arrancar do facto, aliás, não original, de o Deputado no *Parlamento europeu* Camilo Nogueira «ser fiel á lingua e ao país que representa e expresarse en galego culto, ou sexa en portugués, o idioma recoñecido en Europa e no mundo».

[Digo «facto não original», porque na precedente legislatura o Deputado José Posada já utilizara o galego-português, de que dera alguma informação a imprensa diária. O próprio dia da Assembleia da A.Ga.L. foi-lhe publicada em *V.G.* o testemunho da sua experiência de Deputado e de empresário. Saliento o seguinte trecho: «A evidência, mais uma vez, demostra que as grandes empresas, as pequenas e medianas empresas e, sobretodo, as multinacionais já realizam as etiquetagens em português. [...] A nossa comunicaçom e intercâmbio comercial com os países de expressom galego-portuguesa é imparável e nom há nem governos nem académicos nem escritores que a podam deter».

[Mas sim reter, acrescento, salvo que seja exposta ao mundo a sua chatice não alheia ao benefício imediato e ao domínio sobre o nada.

[Posteriormente, o 5 de Novembro, o jornal herculino publicou-lhe ao também economista Enrique Sáez Ponte a colaboração intitulada «Un activo desaproveitado». Duas advertências saliento nesse artigo:

[1.ª «A demora en adoptarmos a norma ortográfica histórica impide a integración da língua no ámbito galego-portugués, e sitúa ao galego no umbral da desaparición».

[2.ª «Unha lingua pechada facilita a perda do principal activo da sociedade galega. Pero aínda que o galego chegara a esmorecer sobre a terra que o creou, ficará para sempre como a máis sobranceira aportación de Galiza á historia da humanidade: un sistema de comunicación que empregan douscentos millóns de persoas».

[Gratificam e entristecem estas versões «económicas» da proposta de Rodrigues Lapa (1979), que lembrava a castelaniana (1935-1947), que, por sua vez, evocava de modo imperfeito a formulação de J. V. Biqueira (1917-1922), quem podia remeter-se a Murguia (1891 e antes) e a Pondal. Gratificam, porquanto desde a racionalidade económica, que considero a mais concretizada, se firmam a raiz e vocação lusofónicas da Galiza; entristece, porque, apesar de anos e argumentos, a sem-razão política domina os hábitos linguísticos dos galego-utentes].

6.1. Desculpe-se-me que assinale no artigo da escritora uns curiosos *quid-pro-quos*, que julgo imprecisões tanto quanto confusões:

6.1.1. M.ª Xosé Queizán faz duas *observações*, a meu ver, apresentadas distorcidamente.

6.1.1.1. A *primeira* refere-se ao facto de considerar que «dentro da casa, a xente non se ve obrigada a cuestionarse que lingua fala e escribe», enquanto, «ao sairmos a Europa, por exemplo,» é onde «temos de situar [o idioma]».

Decerto a escritora identificará «casa» e «Galiza». Eis a confusão: No contexto político em que coloca o tema, correlativos de *Europa* e *Parlamento europeu* não são Galiza e os inexistentes órgãos galegos, mas *Reino da España* e *instituciones españolas*, tanto as estaduais quanto as autonómicas.

Patentearia chatice grave a acarretar graves consequências o só facto de opor *instituições europeias* a *casa* (quer dizer, o relativo a *Galiza, família galega* e *iniciativa privada*).

6.1.1.2. Acho que a *segunda observação* distorcida é: «Se cando se fixou, hai uns vinte anos [*8 de Julho de 1982*], o pobo galego tivese madurez política e representación europea, houvese adoptado a ortografía propia, a do idioma medieval, que coincide coa portuguesa [...]».

Ponho de parte uma questão, aparentemente marginal, como é a denominação da «ortografía propia», que diz M.ª X. Queizán. Opino que têm plena validez as utilizadas por J. V. Biqueira, *erudita, etimológica, histórica* frente à *popular* ou *fonética*, lá, por volta de 1918-1919.

Além disso, são os Notáveis, e não o Povo, os que devem ter maior madurez política e melhor capacidade formalizadora da sua *língua nacional* sobretudo. Os imaduros foram e são os *Notáveis galeguizadores*, porque, cônscios ou não, mas sem protestos efetivos, têm sido arrastados pelo «acordo gráfico» do *I.L.Ga.* que, desde 1982, açambarcou a *R.A.Ga.*, e pela sedução do poder «normalizador» da *J.Ga.* e de outros órgãos político-administrativos do *Reino de España*.

Ainda mais, também patenteiam grande imadurez quando, enguedelhados em discussões internas colaterais (*máximos, mínimos* ou *concórdias*), a maior parte deles reincidem uma e outra vez nos «argumentos» que desde a Administração espanhola abrolham e enguedelham as falas galegas sob o refúgio das fronteiras estaduais da Espanha. Nem denunciam a sua falsidade. Menos ainda advertem que o fim real do projeto, já processo, nacional espanhol é conseguir, hoje com retóricas floridas, que todos os cidadãos tenham a castelhana, nacional do *Reino*, por língua própria, primeira ou de instalação.

6.1.2. As confusões dos *Notáveis galeguizadores* radicam nesse duplo facto, que, em definitivo, se resolve em atitudes e práticas *não-notabilizadoras* ou, antes, de *notabilização subsidiária*.

Descuidam aspetos importantes e mesmo decisivos, esclarecidamente expostos pelo Prof. Celso Álvarez Cáccamo no seu contributo ao debate «A normativa do galego», intitulado «O galego-português e a lógica social da escrita» (*V.G.* 12 de Outubro de 1999). Apenas resumo os conceitos fulcrais do artigo:

1.º «A escrita codificada é simultaneamente um instrumento prático para a colectividade e um instrumento de poder para uns poucos».

2.º «Este filtro selectivo da palavra escrita [...] funciona igualmente seja qual for a forma específica do padrão escrito».

3.º «A adopção de normas escritas para um idioma está sujeita aos interesses de diversos grupos de poder económico, político e cultural».

> [Contudo, acho que a conclusão é tão jornalisticamente sucinta quanto o é o artigo, que merece maior desenvolvimento. Diz o Prof. Álvarez Cáccamo: «As elites que agora controlam a língua não querem ainda arriscar-se a que na Galiza se utilize a ortografia comum galego-portuguesa, porque é incerto quem a controlará depois. No entanto, a gente não lê».
>
> [Eu diria, digo que os *Notáveis galeguizadores* se acham sentimentalmente eivados para se exprimir em português (mesmo no português da Galiza), porque têm melhor competência em castelhano (idiomática, cultural e outras). Portanto, são coerentes quando não permitem que o Povo «galegófono» conheça a escrita válida (ainda) para a sua fala; assim dominam no saber idiomático «galego», enquanto são dominados pelos poderes e saberes «castelhanos» económico, político, cultural...].

6.1.2.1. Na altura lembro algumas vessantes da escrita, funcionalmente discriminatórias:

6.1.2.1.1. A grafia identifica a língua e, afinal, a sociedade que a emprega. É identificação *nacional* quer relativa ao *território nacional* onde é utilizada *primo et per se*, quer atinente aos outros possíveis *territórios nacionais* onde igualmente se emprega.

6.1.2.1.2. O Povo galego, como qualquer povo, é capaz de conduzir-se pelos caminhos que os seus Notáveis lhe indicam, se estes o motivam e aquele se sente motivado.

6.1.2.2. Tiro consequências de interesse, que vale serem conferidas com as reflexões do Prof. Celso Álvarez Cáccamo:

6.1.2.2.1. Se os Notáveis na Galiza quiserem debater *la questione della lingua* com correção académica, social e política, terão de o fazer sobre os *objetivos e procedimentos* («estratégias» e «táticas») que procurem universalizar o seu uso, e não sobre o *objeto* (a estrita formalização idiomática). Este foi e ainda é bem definido do ponto de vista histórico e pelas Ciências Sociais, sobretudo as relativas à Linguagem, e desde a perspetiva do Direito estadual e interestadual até.

6.1.2.2.2. Não obstante, os *Notáveis galeguizadores* estão a colaborar numa universalização da sua *lengua propia* (já *não nacional*) tão cativa que factualmente demonstram ao Povo galego a inconsistência da sua tarefa *notabilizadora*. Preciso esta minha apreciação:

6.1.2.2.2.1. A formalização (mal dita «oficial») que permitem e mesmo promovem muitos dos *Notáveis galeguizadores* não contribui a estender os usos da *língua galega*, porquanto os utentes naturais nem reconhecem naquela as suas falas, nem as percebem adequadamente universalizadas. É formalização que encerra as falas galegas na língua castelhana (do mesmo modo, aliás, que o *Reino* encerra

Galicia) e, no mesmo tempo, as isola das outras do dito e reconhecido tronco comum, galaico-português ou lusofónico.

6.1.2.2.2.2. Como gentes normais, portanto naturalmente lógicas, as galegas preferem a língua castelhana, entre outros motivos, porque, sendo a nacional do *Reino*, em cujo seio está *Galicia*, também é transnacional e transcontinental. O cidadão galego, quando emprega o castelhano, sente-se fruidor da dupla universalidade dos usos e da extensão geográfica.

6.1.2.2.2.3. Tudo isso já o advertiu e explicou ajeitadamente Castelão, que definiu *o galego* como *idioma extenso e útil*. Veja-se no *Sempre em Galiza* (Buenos Aires, 1961, 2.ª ed.) o § III do *Livro primeiro* (1937); o § XV do *Livro terceiro* (1943); o § III do *Livro quarto* (1947). Na realidade, o político estava a ecoar (e traduzir) a expressão biqueirana: «O galego, não sendo uma língua irmã do português, mas um português, uma forma do português (como o andaluz do castelhano), tem-se de escrever em consequência como português. Viver no seu seio é viver no mundo, é viver sendo nós próprios» (*ANT*, núm. 102, 5 de Outubro de 1919).

> [Não entendo o afã dos *Notáveis galeguizadores* por fugir da universalidade. Enquanto os Notáveis de outros países procuram tanto a extensão quanto a utilidade, universais, da sua língua, os Notáveis da Galiza parecem optar pela redução territorial e a inutilização do seu idioma. Não o entendo].

6.2. Seja como for, M.ª Xosé Queizán alcança a conclusão correta talvez sem paradoxo. Embora não o esclareça, insinua que a adopção da ortografia portuguesa para transliterar as falas galegas teria efeitos beneficiosos. Diz: «Os nosos hábitos lingüísticos [*não*] ían variar. Pero sí a nosa relación e situación no mundo, a nosa seguridade e orgullo idiomático, a nosa venda editorial, a nosa capacidade laboral e intelectual coa competencia de dous idiomas importantes».

7. DISTINGO MAIS

No início do seu artigo, o Prof. Elias J. Torres Feijó lembra dous factos (dizlhes fenómenos) que «tornarom a colocar de actualidade [...] a questom normativa e [...] o assunto da normalizaçom lingüística e cultural»: «o uso lingüístico de Camilo Nogueira no Parlamento Europeu e as declaraçons do presidente do Conselho da Cultura galega».

7.1. No texto o Professor observa: «a norma oficial galega, nutrida de ortografia e morfologia espanholas, manifesta a nossa precariedade lingüística, duramente castelhanizada».

7.1.1. Pondo de parte reflexões acima expressas, mais uma vez tenho de reiterar que no *Reino da España* nem a língua nacional nem as outras línguas denominadas constitucionalmente espanholas têm *norma oficial* ou *ortografia estabelecida por Lei parlamentar ou por Decreto governamental*.

Portanto, não há *normativa oficial* galega. Dizer o contrário é um erro, mais político do que puramente jurídico, em que, paradoxalmente, incidem e reincidem os nacionalistas galeguizadores (militantes ou simpatizantes), mas não outros.

7.1.2. Se na confrontação política ou bélica a estratégia proíbe fornecer ao inimigo armas que nem lhe são permitidas, nem mesmo se concede, também nesse apartado da confrontação política das línguas que é o da correspondência entre as falas e a escrita.

Os *Notáveis galeguizadores*, já o disse, para *notarem*, hão-de saber as suas possibilidades e, por lógica, as do inimigo, as do nacionalismo espanhol. Se este não declarou nenhuma oficialidade gráfica, é um grande erro político (insisto) conceder-lha sobre o idioma galego.

Insisto: *No Reino as ortografias das línguas oficiais não são oficiais.*

Portanto, quando os poderes públicos do *Reino* procuram que os cidadãos redijam os escritos (em quaisquer das línguas ditas espanholas) segundo uma determinada ortografia, sob pena de serem administrativamente não válidos, esses poderes (legislativo, executivo e judiciário) não só infringem o art. 14.º, mas também violentam todo o ordenamento constitucional compendiado no art. 9.º da *Constitución española* (mostrei-o em diferentes lugares); põem-se fora da legalidade e agem arbitrariamente; tal proceder, por ser singelamente ditatorial, não pode nem dar-se nem permitir-se num Estado da democrática *União Europeia*.

Apenas transcrevo o § 3. do art. 9.º: «La Constitución garantiza el principio de legalidad, la jerarquía normativa, la publicidad de las normas, la irretroactividad de las disposiciones sancionadoras no favorables o restrictivas de derechos individuales, la seguridad jurídica, la responsabilidad y la interdicción de la arbitrariedad de los poderes públicos».

Se uma atividade, a gráfica, não foi oficializada, os poderes públicos não podem fingir que o está. Ainda mais, embora aconteça que cidadãos o finjam ou creiam, também os poderes públicos violentam a *Constitución* se permitem que aqueles continuem no erro e não os informam verazmente de que não existe a oficialização da grafia.

7.2. As consequências são, a meu ver, imediatas e decisivas. Exponho-as brevemente:

7.2.1. Desde há muito tempo e desde já, os *Notáveis galeguizadores* e todos os cidadãos podem redigir os seus escritos na grafia que preferirem. O seu comportamento gráfico [*sic*], qualquer que for, é legal, porquanto não é nem *contra legem* nem *secundum legem*, dado que, como disse, não há legalidade que oficialize nenhuma ortografia de nenhuma «lengua española».

> [Temo que, também aqui, os *Notáveis galeguizadores* preferem ser subsidiários e esperar a ser decididos por outros... Com toda a certeza os cidadãos, nem numa hipotética situação normal, nem, menos ainda hoje, mal informados (como são) pelas instituições escolares do *Reino*, são quem de tomar a iniciativa dessa decisão].

7.2.2. A segunda consequência é que os *Notáveis galeguizadores* (escritores, cientistas, professores,...), individualmente e em grupo, têm todo o fundamento, no *Reino da España*, não só legal, mas constitucional, relativo aos direitos humanos, para denunciar publicamente e recorrer judiciariamente os atos de governo que

implicarem o reconhecimento oficial de alguma grafia e, portanto, a discriminação dos cidadãos «por razón de la lengua [*escrita*]».

Segundo é bem conhecido, essa discriminação tornou-se em hábito dos poderes executivo, legislativo e mesmo do judiciário, o qual, sem desculpas para esse proceder arbitrário e ditatorial, também acontece por nua e crua cedência dos *Notáveis galeguizadores*.

Contra qualquer opinião em contrário afirmo que os *Notáveis galeguizadores* transigem e colaboram até, mais ou menos, com a arbitrariedade dos poderes públicos espanhóis. Não é tese que se reduza a simples opinião [*dóxa*], mas, também crua e nuamente, pode provar-se por factos numerosos [objeto da mais estrita *epistéme*, quantificável matematicamente com a precisão das ciências do comportamento social].

8. *A* A.GA.L. *PERANTE A REFORMA NORMATIVA*

Uma observação, última, do Professor transfere-me ao artigo de Carlos Garrido, secretário da A.Ga.L. Diz o Prof. Torres: «Duas áreas devem ser preservadas do debate: o alunado do ensino nom universitário e a Administraçom, mas nom por isso deve deixar-se de se ensinar aos alunos as outras variantes do sistema, para lhes permitirmos o acesso a esses bens culturais».

Matiza o secretário da A.Ga.L.: «No entanto, esta normativa [*de consenso*] —que terá carácter provisório e nom poderá ser considerada oficial porquanto no [...] ordenamento jurídico [*español*] apenas as línguas o podem ser— só deverá declarar-se de obrigada observância em certos âmbitos em que a uniformidade seja considerada imprescindível (p.ex. Administraçom, ensino primário), de modo que para o resto dos processos comunicativos (e nomeadamente, para o ensino superior, imprensa, criaçom e investigaçom) impere plena liberdade de expressom [...]».

8.1. Acho que esse pôr o carro diante dos bois soa a escusa, mais uma vez, para novas cedências.

É boa hipótese (apenas hipótese) estimar que, à partida, nos âmbitos do Ensino e, em geral, da Administração espanhola os cidadãos normais são tratados normalmente por funcionários normais.

Os rapazes, que têm plena capacidade de serem alfabetizados corretamente desde os inícios da sua andaina escolar, são normalmente tratados de acordo com essa capacidade. Nessa hipótese ministram-se-lhes as aulas de língua castelhana ou francesa ou inglesa; mas por que é que os estudantes da *Comunidad Autónoma de Galicia* não podem ser identicamente ministrados na língua do seu país?

De igual jeito, cumpre considerar que os funcionários do *Reino da España* estão normalmente dotados para redigir com correção textos, aliás, sobre modelos recebidos, tanto quanto para os escrever à toa: por que se há-de supor a validez dessa hipótese de normalidade só para os textos que redigem em castelhano ou, mesmo, em inglês, francês, catalão e euskara, e não para os que puderem redigir no idioma da Galiza?

Confronto as cedências dos Prof.[es] Torres e Garrido com as intransigências *ab*

ouo dos Notáveis e Instituições espanhóis e acho que estes executores da «normalización lingüística do galego», hoje vigorada na *Comunidad Autónoma*, põem o seu fundamento e objetivos [deles e da *normalización*] na *anormalidade congénita* da sociedade e na *submissão morbosa* das gentes. Não de outro jeito alcanço a explicar os processos de elaboração e extensão das *NIR*, assim como a cega obediência exigida para o *come-localdismo*.

8.2. O nó górdio dos *Notáveis galeguizadores* está justamente nisso, no facto de ser nó que lhes é proibido desatar e mesmo cortar. Mais cada vez e com maior esclarecimento se acham no dilema, em que há bastantes anos reparara Txillardegi: «*Ou português ou espanhol; ou lusofónicos ou apenas hispanófonos*». Portanto, as normativas gráficas intermédias (*de consenso, de concórdia, de mínimos-máximos ou de máximos-mínimos*) são todas de transição para o espanhol por se afastarem mais ou menos do português.

Aos *Notáveis galeguizadores* resta-lhes uma via: não a de manterem os cidadãos da Galiza, seus *notabilizandos*, na ignorância da sua condição, mas a de os informarem, segundo eles próprios se informam e habituam a proceder como *Notáveis galeguizadores* e aprendem e usam com correção a sua língua nacional, sem escusas, sem reviravoltas falsárias ou sofistas.

9. IRONIA OU «DOENÇA»?

Amostra mórbida de sofismas encadeados (entre si e ao carro da prepotência «xunteira» do *Reino*) é o artigo de X. Antón L. Dobao no n.º 905 de *ANT*.

> [Por que é que determinados meios gostam de castigar os seus leitores com a publicação de textos, extensos, que não publicariam nem aos seus habituais?].

9.1. O artigo parece como redigido em chave irónica (acho, suponho, imagino, mas só isso).

9.1.1. Com efeito, se o texto for irónico, terei de lê-lo invertido; em qualquer caso ficaria enobrecido o autor *ironizante* e degradada a pessoa ou situação *ironizada*. Não acontece assim com o texto de X.A.L.D., já desde o título: «A lingua extravagante» tornar-se-á em «A língua intravagante». Hei de entender que o redator a considera vagabunda através do interior da Galiza?; ou talvez nunca definitivamente fixada pelos «fixadores», tão assisados como o senhor?

É que um *ironizante* pode dizer *ironicamente* tudo isto?: «Eu [*não*] teño formación filolóxica, [*não*] son lingüista de profesión e [*também não*] escritor de tempo [...] dedicado ó traballo asalariado diario e ata hoxe [*sim*] parara moitas mentes na fulcral cuestión da ortografía»; ou: «Aínda que [*não*] exprese plenamente o mundo, [...] derámo[nos] decatado de que [...] foi, [...] é, [...] será lingua de cultura de seu»?; ou: «Meu pai [...] fala unha lingua de cultura [*e não duas!*]».

Acho que X.A.L.D. *dá desconseguido* quer o seu presumível intuito, quer o prazer do leitor. Acho que usa da ironia, quando menos, irregularmente.

9.1.2. Aliás, mesmo desde a ironia, reincide na teima (morbosa) de conceber a nação, como «tribo de [...] mariñeiros e fillos de labregos e do proletariado urbano», que paradoxalmente ficaria enforçado pelo contributo, excepcional [*será iró-*

nico?], de académicos e profesores e escritores. (Omito os nomes dos professores e do escritor que X.A.L.D. escolhe).

É teima. Leia-se, *desironizado*, o trecho final: «Os últimos días do mes de setembro [*não*] pasarán á historia da nosa cultura e da nosa nación. As voces [*menos*] cultas do país [*não*] [nos] ensinaron a recoñecérmonos como extravagantes seres humanos que teiman en manterse apegados a unha lingua que nos perviviu en boca de labregos, mariñeiros, obreiros e algunha alma despistada e cun estraño sentido da nación, da filoloxía e do mundo».

9.1.3. Ponho de lado glosas, pertinentes, sobre «nación», «filoloxía» e «mundo», vocábulos que, ao ver de X.A.L.D., designariam realidades homogéneas e equivalentes.

Aliás, advirto que, quando o [*não*] linguísta e [*não*] escritor diz: *Porque 'me dá a gana' de «escribila* [a sua língua] *como nos dá a gana», de 'a falar como língua diferente', de «estar no mundo coa lingua que falamos na casa», de «non crer que hai linguas de cultura e línguas vernáculas»*, etc. (o itálico é meu), exprime-se como notável, ultrapassa as atitudes e atividades da gente, com a qual, apesar de tudo, se identifica. Como notável, *nota* e reivindica *ser notado*, convoca, dirige e até comina os seus lavregos e marinheiros e proletários a assumirem tanto a «ortografía» de X.A.L.D. quanto a sua concepção de «nación».

9.1.3.1. Em definitivo, estima, como *notable*, que as gentes do Povo são incapazes de adoptarem grafias que estimarem conformes com a própria fala, assim como de elegerem a nacionalidade que preferirem.

9.1.3.2. Mas que sentido e que intuito tem a *notabilización* desse e doutros *notables*?

Se consultamos o *Mapa sociolingüístico* (que elaborou a *R.A.Ga.* e subsidiou a *J.Ga.*, entidades com cuja concepção da «lingua galega» o *ironizante* consentirá), comprovamos que «labregos, mariñeiros e proletários urbanos», apesar de estimarem muito a sua fala, estão a optar não pela «lingua propia», a galega, mas pela «lengua nacional» do *Reino de España*, que é a que sobretudo transmitem a seus filhos, e, igualmente, pela nacionalidade singelamente espanhola.

Portanto, terei de concluir logicamente que X.A.L.D. e todos os X.A.L.D. que na Galiza há, enquanto *notables*, procuram que a Galiza, já *Galicia*, fique ensumida no *Reino de España* e que as falas galegas desapareçam assimiladas ao castelhano, «lengua nacional». Acrescentaria a seguinte prova factual: Porque não põem todos os meios, políticos, administrativos, económicos e culturais, pelo menos, para o evitar.

Direi, em chave literária espanhola, que, como Lázaros de Tormes redivivos, se *arriman al bueno del Estado español* com o fim de o fruirem, ainda que por esse aproveitamento também contribuam a suprimir a [*sua*] «lingua galega».

9.2. Para que a questão levantada não nos arraste longe demais, apenas ofereço a X.A.L.D. esta citação:

> La Real Academia Española ha elevado a la categoría de objetivo prioritario en los estatutos vigentes el de "velar porque [*sic*] los cambios que experimente la

> lengua española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico". Quiere esto decir que nuestro viejo lema fundacional, "limpia, fija y da esplendor", ha de leerse ahora, más cabalmente, como "unifica, limpia y fija" y que esa tarea la compartimos, en mutua colaboración, con las veintiuna Academias de la Lengua Española restantes, las de todos los países donde se habla español como lengua propia.

Considero que o senhor não duvidará da pertinência filológica e linguística da formulação académica, embora provenha da *R.A.E.*, nem da convicção nacional que transparece no texto, embora seja a espanhola. Confio, aliás, em que, ele ou qualquer defensor da «lingua intravagante», chegue a esclarecer as questões, que a seguir, mais uma vez, coloco.

10. FINAL

Algumas das perguntas, singelas e reiteradas, mas nunca respondidas pelos partidários da «enxebreza» gráfica ou do *isolamento idiomático* das falas galegas são:

10.1. Como é que a *R.A.E.*, ao pôr-se como objetivo prioritário a unidade transcontinental da *lengua española*, não contradiz os princípios das ciências da linguagem?

Como é que, assim procedendo, nem arrisca nem nega a existência da «nación española», antes, a firma?

10.2. Como é que os *Notáveis galeguizadores* não podem optar por uma língua de cultura, correspondente com as falas galegas, que lhes procure um objetivo prioritário homólogo ao da *R.A.E.*?

É que, procedendo destarte, não demostrariam ser mais respeitosos com as ciências sociais e, em particular, com as ciências da linguagem?; não enforçariam a nacionalidade da Galiza?

10.3. Se isso for julgado impossível, em virtude de que critérios, filológicos, linguísticos ou, em geral, científicos, aquilo que é válido para a «castellanofonía» europeia não é válido para a «galegofonia» também europeia?

10.4. Por que é que a Hispanofonia, patente na unidade ortográfica, pode acolher falas diversas e até díspares, enquanto a «Galegofonia» tem de ser excluída da Lusofonia porque apenas a podem constituir falas homogéneas, aliás, incluídas todas no *Reino da España*?

Corunha, Outubro-Novembro de 1999

Primeiro *Post Scriptum*:

Talvez não tenha respondido a questão proposta como ponto de trabalho para a Assembleia da A.Ga.L. É bem conhecido o meu posicionamento a respeito de *la questione della lingua* galega:

1. O galego literário está já elaborado no português «acordado» em Lisboa (1990). Basta com incluir, completando os propostos, os galeguismos fónicos, sintáticos e sobretudo léxicos.

1.1. Estabeleça-se a ORTOFONIA galaica.

1.2. Assinalem-se as PECULIARIDADES SINTÁTICAS. Considero que as apresentadas habitualmente como morfológicas são em definitivo fónicas; *v.g.* (grafia) -ão > (pronúncia) -om.

1.3. Elabore-se o *dicionário de galeguismos* a integrar no dicionário lusofónico.

2. O objetivo é estender o conhecimento dessa forma gráfica das falas galegas. Portanto, cumpre assinalar meios ou procedimentos para efetivar, por etapas ou fases, o processo:

2.1. Formem-se, antes de mais, os mestres de Ensino Primário e atualizem-se os Professores de Ensino Secundário. Os Professores Universitários incluam o português entre as suas línguas de cultura.

2.2. No ensino primário pode introduzir-se sem demora o conhecimento da ortografia portuguesa como própria do idioma galego.

2.3. No ensino secundário pode introduzir-se progressivamente, mas em curto prazo.

2.4. Nos meios de comunicação social pode também introduzir-se progressivamente. (De facto está a fazer-se, embora muito pontualmente).

2.5. Nos âmbitos comerciais já está introduzido (quase) maciçamente, mercê do bilinguísmo ou do multilinguísmo, sem graves problemas nem para os vendedores, nem para os compradores.

2.6. Na Administração pode introduzir-se como se introduziu a escrita do castelhano.

Segundo *Post Scriptum*:

O título deste parecer evoca quer a fábula, tão tradicional, quanto elaborada, quer a experiência, já quase tradição, de reformações gráficas para a [trans-]escrita das falas galegas.

1.º A respeito da primeira, *a montanha parirá um rato*, cito de Orlando Neves (*Frases feitas*, 1992):

> «Diz-se de algo que largamente se anunciou como sendo grandioso, mas que, afinal, produz um resultado insignificante.
>
> «A origem está na fábula «A montanha e o rato». Curvo Semedo [1766-1838; «publicou, em 1820, uma *Tradução das melhores fábulas de La Fontaine*, em que há muito de original, de verdadeira recriação» Cf. *Dicionário de Literatura*, editado por Jacinto do Prado Coelho, 1978, Vol. 2 F/M, p. 323] traduziu-a:
>
> *Certa montanha*
> *'stando co'as dores*
> *em mil clamores*
> *se desentranha!*
> *Que espalhafato,*
> *p'ra que à luz dê,*
> *sabem o quê?*
> *Pequeno rato!*
>
> «A frase terá nascido na *Arte Poética*, de Horácio: *Parturiunt montes: nascetur ridiculus mus*.
>
> «Uma outra tradução da fábula de Fedro (que tomara a frase de Horácio) recontada por La Fontaine (1668.1678-1679):
>
> *Uma montanha em trabalhos de parto*
> *fazia tão grande escarcéu*
> *que todos, acudindo ao alarido,*
> *supunham que daria à luz com certeza*
> *uma cidade maior que Paris:*
> *ela deu à luz um rato».

Para dar ocasião a exercícios de literatura comparada, transcrevo também a versão castelhana de Félix María Samaniego (*Fábulas*, 1781.1784):

Con varios ademanes horrorosos
los montes de parir dieron señales:
consintieron los hombres temerosos
ver nacer los abortos más fatales.
Después que con bramidos espantosos
infundieron pavor a los mortales,
estos montes, que al mundo estremecieron,
un ratoncillo fue lo que parieron.
Hay autores que en voces misteriosas,
estilo fanfarrón y campanudo
nos anuncian ideas portentosas;
pero suele a menudo
ser el gran parto de su pensamiento,
después de tanto ruido, solo viento»

Também o Arcipreste de Hita (*Libro de buen amor*, ca. 1343) tratou a fábula no seu *Enxiemplo de quando la tierra bramava*, mas tira a seguinte lição moral:

«E bien ansí acaesçió a muchos e a tu amo:
prometen mucho trigo e dan poca paja, tamo;
çiegan muchos con el viento, vanse perder con mal ramo;
vete, dil que non me quiera, que no-l quiero ni-l amo».

2.° A respeito da experiência de reformações gráficas, as só prometidas, as apenas propostas ou as nunca verificadas, quando lembro as peripécias gráficas a que uns e outros submeteram as falas galegas, observo na Lusofonia tendência à universalidade (*Acordo 1990*), enquanto na «galegofonia espanhola» é intensificado o particularismo (*Normas ortográficas e morfolóxicas del galego de Asturias*, 1990) e, simultaneamente, são acrescentados os «supuestos» de isenção da «lingua galega» (*Decretos 135/1983, de 8 de setiembre*; *253/1990, de 18 de abril* e *247/1995, de 14 de setiembre*) no ensino. Não existem decretos de isenção de «lengua castellana» no ensino «gallego».

Enuncio sumariamente alguns dados [*Vid.* A.Ga.L. (1989), *Estudo crítico*, 2.ª ed.]:

REFORMAÇÕES GRÁFICAS	QUADRO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO
(Galáxia 1950)	
	M.E.C. *Libro blanco* (1968)
R.A.Ga. (1970) *Normas ortográficas*	*Ley 14/1970, General de Educación.*
I.L.Ga. (1971) *Gallego 1*	
R.A.Ga. (1971) *Normas morfolóxicas*	Estabelecimento do I.L.Ga. (1971), Instituto Universitário de Investigação.
I.L.Ga. (1972) *Galego 2*	
I.L.Ga. (1974) *Galego 3*	
	Decreto 1433/1975, de 30 de Mayo, de incorporación de las lenguas nativas a los programas de E.G.B. y Educación Preescolar.
I.L.Ga. (1976-77) *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego.*	1977-1978: Período constituinte no *Reino da España.*
A.C. O Facho (1978), *O galego hoxe. Curso de lingua* publicado en *La Voz de Galicia.*	1978: Constitución española (27 de Dezembro; *B.O.E.* do 29)

REFORMAÇÕES GRÁFICAS	QUADRO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO
AS-PG (1979): *Orientacións para a escrita do noso idioma* (policopiadas). J.M. Montero Santalha (1979), *Directrices, para a reintegración lingüística galego-portuguesa.*	*Decreto 1981/1979, de 20 de Julho*, primeiro de bilinguísmo. *Decreto 43/1979, de 21 de Setembro*, da «Junta Preautonómica», por que é criada a «Comisión de Lingüística», que presidiu o Prof. Carvalho Calero. «Acuerdo de la Comisión Mixta Xunta de Galicia-M.E.C.», de 29 de Setembro de 1979, por que é criada a «Subcomisión de Programación y Textos», que presidiu o Prof. Santamarina e de que fez parte o Sr. Casares.
	1979-1980: Elaboração acidentada do *Estatuto de Autonomía para Galicia*, cujo art. 5.º estabelece quer a oficialidade de castelhano e galego, quer a condição do galego como «lengua propia de Galicia [Comunidad Autónoma]», quer o só direito (e não o dever) de conhecer essa «lengua propia».
«Comisión de Lingüística» (1980), *Normas ortográficas do idioma galego* (*B.O.X.G.* núm. 10, Junho). A.C. O Facho (1980), *O galego hoxe. Curso de língua* publica do en *La Voz de Galicia*, segundo as *Normas ortográficas* da «Comisión de Lingüística». A.S.-P.G. (1980), *Orientacións para a escrita do noso idioma* (impressas). *Ditame* (1980) da «Subcomisión de Programación y Textos» oposto às *Normas ortográficas do dioma galego*, da Comisión de Lingüística. (*B.O.X.G.*, núm. 15).	Apresentação oficial de sessenta e sete «galeguistas históricos», a integrarem *Realidade Galega* (6 de Março de 1980). Conflitos (só?) «linguísticos» de Fojo e Dices-Rois, em que intervém como inspetora a Sra. Lamela Vilariño.
	«Resoluciones de la Comisión Mixta» (15 de Outubro de 1980) para a aprovação de livros de texto (*B.O.X.G.* núm. 16, Fevereiro de 1981). O «Anexo I», relativo à ortografia, remete ao *B.O.X.G.* núm. 10 (e não ao núm. 15).
O art. 5.º declara co-oficial na *Comunidad Autónoma de Galicia* a «lengua gallega». Os arts. 5.º, 31.º e 32.º nem oficializam nem fornecem fundamento jurídico para oficializar nenhuma ortografia.	*Ley Orgánica 1/1981, de 6 de abril, del Estatuto de Autonomía para Galicia.*
A.S.-P.G. (1982), *Orientaçóns para a escrita do noso idioma*, timidamente lusofónicas. (Inicia-se a cissão da A.S.-P.G. promovida desde instâncias próximas à U.P.G.). I.L.Ga.-R.A.Ga. (1982), *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego.*	*Orden de 5 de abril de 1982 por que se crea un grupo de trabajo para la mejora de la enseñanza de la lengua española.* *Decreto 81/1982*, da «Junta de Galicia» segundo de bilinguismo. «Grupo de trabajo» [*criado pela Orden de 5 de abril*] (Julho de 1982), *Informe sobre la enseñanza de las lenguas españolas y bilingüismo.*
A «Disposición adicional» da «Ley de normalización lingüística» contradiz o «Decreto de normativización», que destarte se tornou nulo *a radice* e num Estado de Direito teria sido derrogado, mas não na *Comunidad Autónoma de Galicia.*	*Decreto 171/1982, de 17 de noviembre, de normativización de la lengua gallega* [Decreto Filgueira], publicado no *D.O.Ga.* de 20 de Abril de 1983. *Ley 3/1983, de 15 de junio, de normalización lingüística.* *Decreto 135/1983, de 8 de Setiembre, por el que se desarrolla para la enseñanza la Ley 3/1983.* É o primeiro relativo à isenção da língua galega.
Irmandades da Fala (1984), *Prontuário Ortográfico da Língua Galego-Portuguesa.*	

REFORMAÇÕES GRÁFICAS	QUADRO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO
A.Ga.L. (1985), *Prontuário Ortográfico Galego.*	
Compostela, Abril de 1986:«Manifesto por un acordo necesário», promovido por A.E.L.Ga., A.S.-P.G., Federação de Associações Culturais Galegas e apoiado pela A.Ga.L. Rio de Janeiro, Maio de 1986: Primeiro *Acordo Ortográfico* para a Lusofonia, com presença de observadores da Galiza. H. Monteagudo *et alii* (1986), *Galego coloquial. Curso de Ga lego*, publicado em *La Voz de Galicia.*	
Xoán Xosé Costa Casas *et alii* (1988), *Nova Gramática para a aprendizaxe da língua*, redigido a teor dos «critérios normativos» da «Asemblea da Asociación de Profesores de Língua e Literatura (*A.P.L.L.*)».	
Lisboa, Outubro de 1990: Segundo *Acordo Ortográfico* para a Lusofonia. No «Protocolo» consta que estiveram presentes observadores não governamentais da Galiza. «Mesa prá defensa del Galego de Asturias» (1990), *Normas ortográficas e morfolóxicas del galego de Asturias.*	*Decreto 253/1990, de 18 de abril,* que derroga parcialmente o *Decreto 135/ 1983* para empliar os «supuestos» de isenção de língua galega. É o segundo relativo ao tema.
I.L.Ga.-R.A.Ga. (1995), *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego.* Nova revisão das *Normas 1982*, sem que medeie nenhuma intervenção governamental ou parlamentar.	*Decreto 247/1995, de 14 de setiembre, por el que se desarrolla la Ley 3/ 1983,* etc. Sob pretexto de aplicar a *Ley 1/1990, de 3 de octubre, de Ordenación General del Sistema Educativo*, derroga o *Decreto 135/1983*, mas mantém os «supuestos» de isenção do *Decreto 253/1990.* É o terceiro atinente ao tema.

Terceiro *Post Scriptum*:

Para observar a labilidade, ativa nos *Notáveis* mais ou menos *galeguizadores*, proponho como prova o seguinte facto, evento, caso ou mesmo acontecimento, decerto portentoso, espantoso, assombroso, quase milagre, cedo corrigido, pelos representantes do *Reino de España*, Estado altamente racional e racionalizado:

A primeira, original, *Programación de Lingua e Literatura Galegas pra BUP* «foi preparada polos profesores Víctor F. Freixanes, Xosé M. Enríquez, Xosé L. Grande Grande, Antonio Gil Hernández e Xosé R. Pena» (: convido a ver que é o que foi e onde é que está hoje cada um). Aliás, «[f]oi aprovada pola *Subcomisión de Programación e Textos* da *Comisión Mixta Ministerio de Educación y Ciencia-Xunta de Galicia* o día 24 de Xullo de 1980», cujo Presidente era o Prof. Santamarina Fernández, depois diretor do *I.L.Ga.*; dela era membro o Sr. Casares, hoje Presidente do «Consejo de la Cultura Gallega».

Faço algumas citações da «Introducción» à *Programación* do Terceiro Curso e da própria «Programación», elaboradas pelos Professores ditos. Antes advirto de que o texto fora redigido nas *Normas* [1980] da *Comisión de Lingüística*, única competente em ortografia perante a *Xunta de Galicia.* Porém, foi publicado com "correções" (que dou entre colchetes []), sob a responsabilidade do Presidente dessa *Subcomisión* (também a acentuação foi mudada, mas não a reflito). Eis as citações:

> «[...] concebemos [*concebímo-lo*] o terceiro nivel de B.U.P. como un curso destinado a aprofundarmos [*profundizarmos*] e compreendermos o [*comprendémo-lo*] feito lite-

rário galego e isto desde dous aspectos fundamentais: dunha parte, mediante o comentário de textos, peza imprescindíbel [*imprescidible*], coñecendo os períodos e circunstáncias nas que se desenvolveu e desenvolve a nosa cultura e literatura, e ainda indagando nas figuras máis representativas de cada momento. Doutra parte, tentando conseguir por parte do alunado [*alumnado*] unha actitude crítica e criativa [*creativa*], de xeito que el mesmo se inserte nos contidos que intentamos mostrar, non como mero espectador, senón como protagonista capaz de xerar, à sua vez, novas ideas dentro deste rexistro.

«Finalmente, para [*pra*] completarmos unha visión da literatura galega no ámbito que lle corresponde, cremos necesário que o aluno se achegue aos [*ós*] feitos literários da nosa área lingüística. Isto é: a literatura portuguesa, como complemento adecuado para facilitarmos unha visión universalizadora da nosa cultura».

O «TEMA SETE.- LUIS DE CAMÕES» era desenvolvido nos seguintes pontos: «a) Vida e obra. / b) Poeta lírico. / c) Poeta épico: *Os Lusíadas*. / d) O dramaturgo». Mas desde o 3 de Agosto de 1983 uma *Ordem* da «Consejería de E. y O.U.» eliminou-o, como fez com toda a referência a obras e autores lusófonos, por isso ser «alleo á literatura galega» (*Vid.* pp. 297- 319 do núm. 27 [1991] de *Agália*).

Quarto *Post Scriptum*:

A última intervenção no acima citado «Debate: a normativa do galego», que oportuna ou talvez oportunisticamente tem permitido e promovido *VG*, intitula-se «Consideración sobre a sorte [!!??] do idioma»; é assinada pelos poetas e escritores Xosé M.ª Álvarez Cáccamo, M. Anxo Fernán Vello, María Xosé Queizán, Xabier P. Docampo e Suso de Toro. Nela os seus autores salientam, em negrito, os trechos, que transcrevo:

[...] **os números de enquisas** [inquéritos] **recentes cantan despiadados un canto fúnebre para o noso idioma**.

A normalización social do galego só será posíbel se forma [faz] **parte dun plan** [plano] **de modernización e progreso**.

–Por que non habemos escoller unha [uma] **ortografía que nos achegue na vez dunha** [de uma] **que nos afaste** [do português escrito]**?**

Da leitura dessas citações e do artigo completo (publicado em 23 de Novembro de 1999) infiro duas opiniões ou talvez simples factos, aliás, tão fortes que ninguém nega, nem sequer a propaganda do governo «normalizador» do Sr. Fraga:

1.ª O primeiro é o facto de os utentes de idioma galego diminuirem em progressão (quase) geométrica, atingido de vez um nível mínimo de cidadãos que, conscientemente, têm ou transmitem esse idioma como língua primeira.

2.ª O segundo é o facto de os escritores em idioma galego serem lidos na língua original menos do que em tradução castelhana, inclusivamente na própria Galiza. É por isso que os contrários à desfeita ou esfarelamento da sociedade «galegófona», que procuram continuar a produzir obras literárias nalgum tipo de galego para serem nalguma maneira lidas, entendem que apenas lhes resta, como beco com alguma saída, aproximar-se da grafia portuguesa. Mas ainda destarte, sob o mascaramento de quase português, cumpre perguntar: serão mais lidos na Galiza?; seriam lidos em Portugal?

Acho, pela minha parte, como já tenho redito, que nem cabem vias médias, nem *la questione della lingua* é só questão filológica ou linguística ou mesmo sociológica, mas intensamente política, nacional. Enquanto a sociedade galega, incluídos os seus Notáveis, se identifiquem, também nacionalmente, com a Hispanofonia e não com a Lusofonia, o seu futuro está na definitiva inclusão naquela. Releia-se o meu parecer deste ponto de vista.

6-8 de Dezembro de 1999, tríduo da *Constitución-Inmaculada* (para os *Post Scripta*).

O deslouvor das damas no *Cancioneiro Geral*

M.ª Isabel MORÁN CABANAS
(Universidade de Santiago de Compostela)

Graças à boa disposição e ao temperamento maleável e conciliatório do seu compilador, o eborense Garcia de Resende, na Lisboa de 1516 veio a lume o *Cancioneiro Geral*, dedicado ao Príncipe de Portugal, o futuro D. João III, e recolhendo ao longo das suas páginas quase um milhar de composições da autoria de perto de trezentos autores. As profundas alterações experimentadas pela sociedade portuguesa de Quatrocentos e o exemplo das cortes estrangeiras com as quais o país mantinha estreitas relações —com especial relevo para Espanha, Nápoles, França e Bolonha— determinaram a introdução em Portugal de certos requintes de atitudes, de linguagem, de vestuário e de entretenimentos ou formas de convívio. Uma delas —decerto das mais praticadas— consistia em tomar parte activamente na composição de trovas, cantigas ou glosas no decorrer dos fastuosos serões palacianos celebrados durante os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I.

E, na verdade, para além de uma série de poemas de maiores inspirações, e de carácter moralizante ou proto-épico, a grande quantidade dos versos recolhidos no *Cancioneiro Geral* obedece a essa finalidade lúdica ou mundana. Precisamente daí deriva um importante aspecto, já assinalado por André Cabbré Rocha [1]: tais textos apresentam um alcance imediato, já que dizem ou informam respeito a personagens e circunstâncias histórica ou quotidianamente situadas. Por outro lado, tendo como objectivo amenizar ou repreender, o interesse do público recai tanto no autor que fez gala dos seus passatempos amorosos ou satíricos como na própria mensagem literária, pelo que o compilador põe particular atenção em assinalar na rubrica, sempre que possível, o facto que envolvera o nascimento dos ver-

(1) *Aspectos do «Cancioneiro geral»*, Coimbra Editora, Coimbra, 1950, p. 18.

sos e o responsável ou responsáveis por eles, por vezes até com os seus títulos e cargos públicos.

Salvo nos casos do lirismo mais apaixonado, as mulheres inspiradoras (e destinatárias) dos textos, quando fidalgas e até pertencentes à mais alta nobreza, aparecem identificadas, o que evidencia a importância da presença feminina na vida palaciana, para além de confirmar a utilização desta poesia como mais um hábito de sociabilidade. Assim, põem-se em destaque no *Cancioneiro Geral algumas* damas que se tornaram «divas» naquele espaço cortesão a quem rendiam homenagem os seus «pretendentes» (D. Helena, D. Hilária, D. Leonor de Silva, D. Joana de Mendonça, D. Beatriz ou D. Brites de Vilhena, D. Filipa de Abreu, Vitória, Antónia Vieira, Guiomar, Dona Violante, D. Maria, D. Esperança...), elogiando em verso a sua beleza física e perfeição moral, por meio de sugestivas hipérboles em virtude da emulação natural entre rivais [2]. Nestas composições emerge em geral uma imagem sublimada da mulher, de derivação neoplatónica e, às vezes, de reformulação *stilnuovistica,* que se vem exprimir de acordo com os estereótipos do elogio cortês, baseado na equiparação das qualidades físicas e morais e no emprego de sintagmas que definem a superioridade da própria dama, o seu «merecimento».

De facto, na poesia cancioneiril de Quatrocentos até encontramos formulado o *topos* do elogio impossível que, a partir de uns famosos versos de Juan de Mena («Presumir de vos loar / segun es vuestro valer / meresce querer contar / las arenas de la mar»), Fernão Brandão introduz em Portugal, não demorando em gozar de um grande êxito e proliferação na colectânea de 1516 [3]:

Presumir de vos louvar
nam merecem meus sentidos
pois que tendes dos nascidos
os louvores escolhidos
sen nenhum ficar por dar.
E o que cuida que sabe
nam vos gabe,
creamos-vos simprezmente,
que louvor d'humana gente
nam vos cabe!

(vol. II, nº 444)

Assim, do *topos* em questão lançam mão aqueles poetas que no momento de participarem nos certames celebrados em louvor das damas pretendem mostrar,

(2) E ainda noutras ocasiões, em lugar de se apresentarem as damas nos textos com identidades francamente reveladas, os seus nomes aparecem escondidos sob diversos jogos poéticos (acrósticos, anagramas, trocadilhos ou rimas), os quais testemunham o engenho dos seus autores, acabando por gozar de enorme sucesso na literatura barroca.

(3) Para a transcrição dos textos compilados por Resende que se transcrevem neste trabalho seguimos a edição *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.* Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993, 4 vols. Tanto as referências às rubricas como os próprios poemas figuram acompanhados dos correspondentes números de volume e composição.

quanto possível, o seu talento e engenhosidade. Por exemplo, quando Fernão da Silveira oferece um rico tecido de brocado para um gibão a quem compuser a melhor trova como elogio de D. Filipa de Vilhena, os aspirantes a tal prémio expressam-se em termos semelhantes aos de Diogo de Miranda ou João Fogaça, cujos versos a seguir transcrevemos:

Diogo de Miranda.

Quem convosco se presume
igualar, erra, segundo
estaa craro que sois cume
e o lume
de todalas deste mundo.
Nem vos pode ninguem ver
que lhe lembre mais senhora
que ja foi nem pode ser,
nem destas que sam agora
a fora!

Joham Fogaça.

Quem haa-d'ousar de gabar
fermosura tam sobida,
pois nam ha naquesta vida
vosso par?
Tirando a que sigo
e porque m'hei-de perder,
ainda que o nam digo
nem espero de dizer.

(vol. III, nº 567)

Ora, nem tudo é graça amável nem expressão constante de lisonjeiras hipérboles nos poemas dirigidos às senhoras do paço. Como mais à frente veremos, estas podem ser também censuradas pela sua soberba e desdém, ou tomadas como alvo de aparente crítica ou, simplesmente, como meros objectos de riso e zombaria, dado o seu comportamento perante certas circunstâncias que a linguagem desbragada dos poetas carrega de humorismo e que até pode atingir boas doses de obscenidade. Precisamente, a fim de analisarmos de maneira sistemática este grupo de textos do *Cancioneiro Geral,* susceptíveis de se qualificarem como «realistas», cabe submeter os mesmos a uma classificação segundo diversas linhas temáticas, que aqui ilustraremos com os exemplos mais significativos:

1. ATAQUES À MULHER POR DESPEITO PESSOAL, QUER A NÍVEL INDIVIDUAL, QUER GERAL

Um tema presente na literatura universal é a imprecação amorosa —o *invicem flebis* horaciano— que condena a dama a sofrer tudo o que o amante tem padeci-

do, fazendo mesmo invocação à justiça divina. E, com efeito, embora na compilação de Resende a maioria dos mártires de Cúpido aceitem de forma masoquista os sintomas da coita de amor, outros revelam-se com veemência perante a crueldade feminina, perante as damas «sans merci», sobretudo quando estas, a darem preferência a um rival ou casarem com ele, traem os seus servidores, transformando-os em inimigos apenas dominados por sentimentos de vingança. Assim acontece, por exemplo, nos seguintes versos de D. João Manuel, cuja comicidade resulta do desenvolvimento, quase pueril, de um plano de vingança que se traduz num avolumar de pragas:

Quem se lho eu merecer
me mandou mal tam crecido
nunca deos lhe de prazer
nem marido
todo seu segredo seja
descuberto
nunca seu desejo veja
comprido com fim onesto.

Deos lle mande tristes fadas
seos suspiros e gemidos
sejam dele respondidos
con rinchadas.
Mais que ela seja formosa
seja dela tam raivosa
a terceira
seja dela tam raivosa
que se torne feiticeira.

(vol. I, nº 134)

E também Nuno Pereira, o iniciador em honra de D. Leonor da Silva daquele vasto debate entre o *Cuidar e o Suspirar* que abre o *Cancioneiro Geral,* é autor de uma longa lista de virulentos e rancorosos desejos, provocados pelo casamento desta senhora com um fidalgo da Beira considerado, à maneira de troça, pouco culto e educado por viver longe do paço -lembremos que a região da Beira é tida já nos séculos XV e XVI como símbolo de lugar rústico e primitivo, aparecendo mencionada também neste sentido numas trovas de João Rodrigues de Castel Branco recolhidas por Garcia de Resende (vol. II, nº 393). O «servidor» abandonado pinta à mal-maridada o prosaísmo da vida matrimonial lá na serra, projectado para ela todo o tipo de infelicidades, já desde a primeira estrofe:

Pois que dama tam perfeita
consentio de a casarem
e quis ser d´outrem sogeita,
os servidores qu´engeita
têm rezam de praguejarem.

Oo crueza tam sobeja,
se for doona tal donzela
quanto lhe desejo seja:
praza a Deos que tal se veja
como m´eu vejo por ela.

(vol. I, nº 87)

Na verdade, o poeta vai submetendo progressivamente à dama ao que podemos chamar um processo de «beirificação». Ela ia viver «entre os soutos da Beira», tornando-se assim uma verdadeira ama de cria, cuja imagem nos traz à memória o retrato da mulher amada por Joam Soarez Coelho aquando da sua caracterização humorística pelos trovadores galego-portugueses [4]. Com efeito, eis as prendas domésticas que lhe são vaticinadas a Leonor da Silva:

Pois se pôs em tal afronta
de querer saber de rocas,
de meados tome conta,
e saiba quanto se monta
aa noite nas maçarocas.
Ainda a vejam coçar
seu marido na cabeça,
ainda a vejam criar
galinhas e a lançar
po[r]que mais doona pareça.

(...)

Eu vivirei padecendo,
nunca mais servirei dama,
mas por s´ir arrependendo
ele com ela jazendo
lhe vir as costas na cama.
E quando se lhe virar,
diga-lhe: Quero dormir!
Pola mais desnamorar
comece logo a roncar
e ela nom ouse bolir.

(vol. I, nº 87)

(4) Lembre-se que é o trovador Dom Fernam Garcia Esgaravunha quem descreve melhor que ninguém todas as virtudes culinárias, de higiene e mesmo divinatórias da *ama*, todas elas antíteses das supostas na verdadeira *senhor:* «Que boa ama, esta de Soárez Coelho! Sabe fiar e tecer, talha bem umas calças ou uma camisa e nunca vistes pessoa da sua condição `que mais limpa vida´ saiba ter. É mulher de respeito, lava bem e faz boas queijadas, sabe moer e amassar e tem muito boa leiteira. O marido castra porcos e não tem igual entre Burgos e Carrión. Ela capa franganetes que é uma limpeza! E sabe fazer encantamentos. Em toda a Castela, graças a Deus, não há melhor enchido nem melhor morcela `do que a ama com sa mão faz´. Faz chouriço gostoso, lava bem um morto e sabe deitar uma galinha choca», eis como glosa Mário Martins as qualidades desta mulher do povo (*A Sátira Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa, 1977, p. 62).

Igualmente, Nuno Pereira pede em forma de praga à mal-maridada um rude comportamento por parte do seu marido quanto à alimentação («por alcala vinho beba») e aos seus deveres como cônjuge. Deseja que o esposo em questão tenha consigo manceba, enquanto à própria Leonor «lhe vir as costas na cama», que «tenha candea d´azeite / e lenções gordos na cama» e que ela crie os seus filhos a leite, não semelhando mais do que uma peculiar «mãe e ama». Com respeito à maneira em que ela deve trajar na Beira para se adaptar a tal *habitat* natural e na qualidade de cônjuge de um homem tão afastado da galantaria, quase nada diz o autor despojado nestes versos vingadores. Limita-se simplesmente a lançar como praga àquela que o abandonou «que chaves na cinta traga / com ceitis em gram bolsam», elemento com utilidade prática e não ornamental que nunca uma dama refinada usaria no espaço palaciano. Aliás, tal praga faz referência mais do que ao aspecto físico ou ao trajar da mulher, ao austero *modus vivendi* a que esta será condenada pelo avaro marido, se se cumprirem os desejos do poeta:

Pois que leixa com tal chaga
o meu triste coraçam,
eu lhe lanço mais por praga
que chaves na cinta traga
com ceitis em gram bolsam.
Pois se nam doe do marteiro
que me daa e nam lhe pesa,
ainda conte dinheiro,
e saib'eu qu'oo despenseiro
toma a conta da despesa.

(vol. I, nº. 87)

Portanto, o mesmo esposo da dama cruel e ingrata com o seu antigo «servidor» tornar-se-á um óptimo instrumento de vingança, sem deixá-la viver em paz nem um só momento: nem de dia, nem de noite, nem na casa, nem na cama... quer dizer, «que vestido e desvestido / ha de ter poder sobr´ela». Por seu turno, Francisco de Silveira e o seu irmão Jorge, poetas defensores do «suspirar» na célebre porfia mencionada, passaram de antagonistas a ajudadores de Nuno Pereira nas pragas contra a mulher traidora. Concretamente o primeiro, a partir das pragas lançadas contra Leonor da Silva, lembra-se doutra senhora que a ele muito o fez sofrer e que, portanto, torna-se também merecedora das mais duras vinganças («mas pois vós, senhor cunhado, / fostes lebre levantar, / quero-m´eu d´outra vengar»). Como no caso da anterior mal-maridada, este autor serve-se do infeliz esposo para desabafar os seus rancores, esperando que ele seja o mais imperfeito ser que nunca sobre a terra se tem visto. Deseja em particular que ele possua as mais vergonhosas qualidades morais, as mais desajeitadas feições faciais e corporais e, sobretudo, os trajos mais alheios à moda que em qualquer guarda-roupa se podem encontrar. Para além da impotência sexual, da caracterização como «beijador mortal» ou de um estado de constantes doenças físicas, ainda se chegam a reservar para ele mil maravilhas de fedor bucal que enveredam pelo campo da escatologia:

Na boca tenha tal cheiro,
que à legua nam s'aguarde,
e por lhe dar mor marteiro,
sempre lh'estê no poleiro
sem fazer cousa qu'alarde.
As gengivas tenha taes,
qu'arrevesse[5] quem lhes vir,
por inda ver penar mais
quem minhas dores mortaes
fez sobir.

(vol. I, nº 87)

E ainda, entre muitas outras pragas, Francisco da Silveira pede de modo bem significativo que o seu rival escolha a cor azul para trajar e que, a tocar de novo no terreno da escatologia, até a sua própria baba lhe sirva de ornamento:

Ande vestido d' azul,
babe-se por mais arreo,
seja sem conto taful,
do bem parecer o sul,
e dos feos o mais feo.
Tenha tortalas queixadas,
cervees de cote traga,
camisas nunca lavadas,
da terra mal espulgadas
por moor praga.

(vol. I , nº 87)

Com vistas a uma interpretação o mais completa possível de tal estrofe, convém reflectir sobre o valor ou os valores inerentes ao primeiro dos maliciosos desejos nela expostos. Tal como assinala J. Huizinga, a tonalidade azul não foi uma cor levada com frequência na indumentária ao longo da Idade Média e de Quatrocentos já que, segundo o insigne estudioso, o seu valor simbólico parecia tão evidente que a roupa assim tingida resultava logo comprometedora ou reveladora de certos sentimentos pessoais: "Entre los colores tenían el azul y el verde una especial importancia simbólica y esa significación era tan peculiar que les hacía casi inutilizables como colores para vestir"[6]. E, com efeito, é tal valor que logo se

(5) Quer dizer, «que aborreça, que enoje».

(6) *El otoño en la Edad Media. Estudios sobre la forma de la vida y del espíritu durante los siglos XIV y XV en Francia y en los Países Bajos* [Trad.], ed. Alianza, Madrid, 1978, p. 123. E, de facto, também Sebastián de Covarrubias assinala no seu dicionário com respeito ao termo "azul" e à sua utilização no discurso literário que "metaforicamente se toma por los Zelos, y en lo poético es muy frecuente", fornecendo certos exemplos tirados de obras castelhanas datadas precisamente no século XV (*Tesoro de la lengua castellana o española*, ed. Martín Riquier, Barcelona, 1943, p. 122). E, quanto ao *Cancioneiro Geral*, parece que é também por causa desta opinião que se tinha da cor azul que João Rodriguez de Saa, pouco elegante em se vestir, espera as trovas que dois amigos lhe prepararam por usar um "chapeo azul de seda", com respeito ao qual se diz em modo de aviso: "guardai de fazê-lo azul, / qu'estaa mui adevinhado" (vol. II, nº 474).

vem descobrir no trajo proposto por Francisco da Silveira para o seu rival em amores, já que nuns versos desta mesma composição situados mais à frente encontramos as seguintes declarações: "seja mais tam namorado / qu´haja ceumes do vento, / por qualquer olho lançado", insistindo na ideia dos ciúmes de forma já bem explícita e até hiperbólica. Aliás, parece imprescindível não esquecer aqui que tal comportamento ou atitude do esposo constitui mesmo um dos motivos mais presentes em toda a ficção literária da mal-maridada[7].

Por outra lado, Jorge de Aguiar, desde o próprio despeito pessoal, envolve no ataque todas as mulheres e adverte o seu coração para o perigo que elas representam, transformando pelo alargamento do particular implícito ao geral explicitado, o ressentimento em misoginia. Contudo, a crítica dirigida neste texto às mulheres perde força ao se descobrir nos seus versos a divisão da personalidade do sujeito lírico: o homem que pensa face ao homem que sente, já desde o mote ("Esforça, meu coração, / nam te mates, se quiseres: / lembrete que são mulheres").

"Lembre-te que são mulheres!", este conselho vai-se repetindo ao final de cada estrofe até ao fim do poema:

Lembre-te qu´ee por nascer
nenh a que nam errasse,
lembre-te que seu prazer,
por bondade e merecer,
nam vi quem dele gostasse.
Pois não te des à paixão
toma prazer, se poderes,
lembre-te que sam mulheres.

(vol. II, nº 207)

Ora, tal aviso contra as maldades femininas acaba por se converter no elogio das mesmas quando, no *Cabo*, aparece referida uma série de *exempla* com que se ilustra e denuncia o poder ilimitado que possuem: por causa de uma mulher (Letabla) perdeu-se Espanha, por causa doutra (Helena) foi Tróia destruída, e,

(7) Lembremos, com efeito, a única cantiga que desta modalidade temática se conserva no *corpus* lírico dos trovadores galego-portugueses. Trata-se de um texto composto pelo rei trovador, D. Dinis, a ilustrar a ira que os ciúmes provocam no marido já desde os primeiros versos:

Quisera vosco falar de grado
ay meu amigu´e meu namorado!
mays non ous´o oj´eu convosc´o a falar,
ca ey muy grande medo do hirado.
Hirad´aja Deus quem me lhi foy dar.

(Nunes, J. J., *Cantigas d´Amigo dos trovadores galego-portugueses*, vol. I. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variante e glossário por-, Centro do Livro Brasileiro, Lisboa, p. 88)
Amiúde o sentimento e a manifestação dos ciúmes —pense-se nos termos *gilos, jalous, geloso, celoso* ou *envious*, utilizados para designar o esposo— aparecem como o principal defeito deste personagem na canção da mal-maridada. Precisamente por tal carácter, nos antípodas do ideal masculino da época, ele tem de se ver submetido a um forte processo de degradação social. (Cfr. Lorenzo Gradín, P., *La canción de mujer en la lírica medieval,* Servicio de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela, 1990, pp. 164-169 e *idem*, "La malcasada de Don Denis: la adaptación como renovación", *Revista de Literatura Medieval*, III, 1991, pp. 117-128).

enfim, quem fez pecar Adão foi a mãe destas mulheres. O seu amor/desamor conduziu mesmo à destruição de reinos e até do próprio Homem, com consequências inextinguíveis para todos os tempos.

Embora no século XV a controvérsia entre a misoginia e o profeminismo seja um lugar comum da literatura a nível peninsular, o texto de Jorge de Aguiar não encontrou infelizmente réplica na compilação de Resende. Além das fronteiras portuguesas, o debate configurou-se em verso sobretudo através das *Coplas de las calidades de las donas* (ou *Mal Dezir de Mujeres),* do poeta catalão-aragonês Pere Torroella. Em tal composição apresenta-se uma longa diatriba contra a condição da mulher, acusada aqui dos mesmos defeitos que o poeta luso assinala: as mulheres são fingidoras, malignas, instáveis, mentirosas, etc., convertendo-se assim num lendário paradigma do antifeminismo literário. E, de facto, não demorou em ser respondida por Suero de Ribero em *Repuesta en defensión de las donas;* por Antón de Montoro em *Contra Torrellas porque fizo contra las donas;* por Gómez Manrique; pelo autor aragonês Hugo de Urriés; e ainda por Juan de la Encina nas suas coplas *Contra los que dizen mal de las mujeres,* incluídas no seu *Cancionero* de 1496[8].

2. *DESCRIPTIO PUELLAE* EM NEGATIVO

Como já se disse acima, as composições que no *Cancioneiro Geral* celebram as qualidades físicas e psíquicas das damas seguem em geral os cânones da velhas lírica galego-portuguesa. À semelhança desta poesia, também nos textos amorosos de Quatrocentos a atenção dos cortesãos volta-se para as donzelas e não para as damas casadas, oferecendo-nos tão-só uma visão ideal da amada como obra perfeita de Deus: «Tam moça dama, tam linda, / por mão de Deos soo foi feita, / em bondades é infinda, / a este mundo foi vinda / por ser dele a mais perfeita» (vol. II, nº 308). Na sua imagem observa-se o cume de todas as virtudes, a sua beleza é sem par, fazendo com que o amante se sinta irremediavelmente enamorado e mesmo proclame a sua vontade de dar a vida por ela.

E se na lírica amorosa apenas surgem, muito esporadicamente, alusões às partes altas ou nobres do corpo, cuja fronteira inferior é a cintura, nas trovas compostas «em deslouvor» também aparecem referências às baixas, facto que se vem interpretando desde Mikhail Bakhtin[9], como uma influência da cultura cómica popular de inspiração carnavalesca. Tal como aponta José Luís Rodríguez[10] no seu trabalho sobre o anti-retrato descortês da mulher nos *Cancioneiros* galego-portu-

---

(8) Para o tratamento destas questões, *vid.*, por exemplo, Pérez Priego, M. Á., *Poesía femenina en los Cancioneros.* Edición, introducción y notas de -, ed. Castalia, Madrid, 1990, pp. 135-208; Ornstein, J., "La misoginia y el profeminismo en la literatura castellana", *Revista de Filología Hispánica,* 3 (1941), pp. 219-232; Gerli, E. M., "La `religión del amor´y el antifeminismo en las letras castellanas dels siglo XV", *Hispanic Rewiev,* 49 (1981), pp. 65-86.

(9) *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento. O Contexto de François Rabelais* [Trad.], ed. Hucitec-Universidade de Brasília, São Paulo-(Brasília), 1987.

(10) "A mulher nos Cancioneiros. Notas para um anti-retrato descortês", *Simpósio Internacional Mulher e Cultura* -Compostela, 27-29 de Fevereiro de 1992 [coord. Aurora Marco], Universidade de Santiago de Compostela, 1993, pp. 43-67.

gueses, a sua simples presença na literatura escrita implica contra-texto. No concernente a este tipo de sátira nos poemas recolhidos por Garcia de Resende, cabe salientar uma cantiga em que Diogo Fogaça arrenega de certa dama que caíra sobre ele e cujo excesso anatómico lhe resultara repulsivo. O poeta chega mesmo a conduzir o seu discurso até uma elevada ferocidade verbal, pondo ao final de cada estrofe um sarcástico fecho que diz «ca tudo é cu e mamas e barriga»:

As mamas dam polo ventre,
o ventre polos joelhos
e do cu at´oos artelhos
gordura sobressalente.
Arrenego de tais damas,
é forçado que o diga,
ca tudo é cu e mamas
e barriga.

(vol. I, nº 184)

A sublinhar a deformidade do seu corpo, a dama é submetida a um processo de cousificação, comparando-a com um barca a meter água pelo fundo e com a quilha podre e remendada inutilmente com um odre, tudo na tentativa de fazer passar tal corpo por certa «correcção»[11] ou cirurgia estética, em termos actuais:

Corregeram-lh'o costado,
mas a quilha ficou podre,
ramendaram-lha com odre
do avesso trosquiado
e com tres peles de gamas,
muita estopa d'estriga,
ca todo é cu e mamas
e barriga.

(vol. I, nº 184)

Muito longe de tal desbragamento fica já a cantiga que ironicamente dirige Álvaro Fernández de Almeida a " a dama gorda como louvor", em que alude de forma explícita ao desvio cometido pela senhora em questão com respeito às normas estéticas que vigoravam na época:

Levais donas e donzelas,
todo mundo precedeis
no serão e nas janelas,
onde quer que pareceis.

(11) Lembre-se que já o trovador Pero Garcia Burgalês, com o pretexto da sua senhor não se saber colocar a touca, aconselhava-lhe a procura dalguma solução nos seguintes termos «buscade quem vos entouque melhor / e vos correga, polo meu amor / as feituras e o cos que avedes» (Lapa, J. M. Rodrigues, *Cantigas d´escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Edição crítica pelo prof.-, ed. Galaxia, Vigo, 1970 [2ª ed. revista e acrescentada], nº 375).

E mais sois bem desviada
das damas qu´agora sam,
porque sois mui carregada
qu´ee sinal de presunçam.
Logo pareceis antr'elas
daqueles a que recendeis
nas pousadas, nas janelas,
onde quer que pareceis.

(vol. IV, nº 708)

Aliás, as referências à velhice como traço característico da isotopia da fealdade no seu duplo sentido físico e moral, seguindo assim mesmo a tradição satírica das velhas cantigas de escárnio e mal-dizer [12], também não faltam no *Cancioneiro geral* —tal como a dama trovadoresca, a senhora participante dos serões da Corte e inspiradora dos versos palacianos em Quatrocentos pressupõe-se jovem, embora raramente se explicite tal traço. Concretamente em nenhuma composição recolhida por Resende aparece focado de maneira tão especial o estereótipo da idade como numas trovas em que Francisco da Silveira, dirigindo-se a uma mulher, insiste na sua excessiva magreza, lembrando-lhe as consequências devastadoras da passagem dos anos sobre o seu visual e comparando a sua ossatura com a de um cadáver:

Dama, que o fostes jaa
e que nam soes ò presente,
velha que mil anos haa,
saam que parece doente.
Mantedes mal a menajem,
hetega de mil maneiras
gargantas, mãos e trincheiras
dos que sô a terra jazem.

(vol. II, nº 304)

Aliás, tal série de deslouvores é seguida por outra de impropérios morais elevados à hipérbole (mentirosa, invejosa, danosa, sem vergonha), assim como pelo conselho de abandonar o paço, lugar de galanteria, onde é considerada como um elemento pernicioso da sociedade, pelo convento, esconderijo de olhares:

Ossos de qu´hei piadade
qu´a todo paço avorrece,
tam imiga de verdade
como de quem bem parece.

(12) *Vid.* Corral Díaz, E., "A figura da *velha* nos cancioneiros profanos galego-portugueses", *O Cantar dos trobadores* (Santiago de Compostela, 26-29 de Abril, 1993), Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1993, pp. 403-414.

Sobre todas envejosa,
conhecê-vos eeramaa,
qu´inda que fosseis fermosa
vosso tempo passou jaa.

(...)

Tomai ora este conselho
em que seja d´homem moço:
lançai-vos ante n poço
que curardes mais d´espelho.
Mais isto, senhora, ouvi:
casai-vos co salvador
e servi Nosso Senhor
que nam soes jaa para aqui.

(vol. II, nº 304)

Apresentando um verdadeiro prisma deformador da personagem em foco, tais expressões que se arvoram de forma explícita em deslouvor não deixam de constituir por vezes flechadas com boas doses de veneno...

Por outro lado, inventando um novo divertimento palaciano ao associar o jogo de cartas, tão em moda na época e no circuito fechado da Corte, à arte de galantear e zombar em verso, o próprio Garcia de Resende compôs a pedido de D. João II, quarenta e oito trovas que inclui no seu *Cancioneiro* sob a rubrica «Estas quarenta e oito trovas fez Garcia de Resende, por mandado d´el-Rei Nosso Senhor, para jogo de cartas se jugar no seram desta maneira: em cada carta sua trova escrita e sam vinte e quatro de damas e vinte e quatro d´homeens, s.: doze de louvor e doze de deslouvor. E baralhadas todas, ham-de tirar a carta em nome de Foãa ou Foão e entam lê-la alto. E quem acertar o louvor iraa bem, e quem tomar a de mal riram dele (...)». Estamos perante um jogo de alternâncias: texto/contra-texto, retrato/contra-retrato, quer dizer, louvor/deslouvor. As características que conduzem ao segundo membro do binómio são diametralmente opostas àquelas que merecem ser elogiadas. A dama cuja perfeição ultrapassa a de qualquer outro ser humano, converte-se logo na mais feia das senhoras: a sobeja formosura, a gentileza, a graça na fala e no riso, as boas manhas e desenvolturas, o saber, a discrição... tornam-se sob o epígrafe «De deslouvor das damas» em torpeza no dançar, frialdade, sem sabor, corpo mal feito, presunção injustificada, soberba, raiva... Tudo se desenvolve no quadro da linguagem e conceitos da lírica amorosa, focalizando-se sempre os dados referidos a estas mulheres nobres sob o ponto de vista dos valores corteses e mantendo amiúde co-presente a associação fealdade-velhice até substituir a categoria de dama pela de abadessa a quem pegasse numa carta como esta:

Pois que por galantaria
nunca haveis de ser condessa,
o meu conselho seria

trabalhar por abadessa:
servireis Nosso Senhor
tereis certo de comer,
se quiserdes servidor
nam haa laa de falecer.

(vol. IV, nº 880)

E entre os predicamentos antitéticos que figuram nos baralhos, não podia faltar a alusão explícita ao se saber vestir com elegância para se poder pavonear na janela e no serão:

Pareceis mal em janela,
em serãao muito pior,
sois mais fria e sem sabor
do que nunca vi donzela.
Vós fareis bem d´ensinar
as damas moças a ler,
nam a vestir nem falar,
pois o nam sabeis fazer.

(vol. III, nº 880)

Eis mais uma vez o modo de trajar como elemento consubstancial à etiqueta e cujas infracções se tornam logo objecto de riso. No reverso da estética da beleza, figura a estética da fealdade, completando-se mutuamente ambas as duas, ora com um espírito de marcado teor satírico, ora apenas para preencher as necessidades lúdicas do espaço cortesão —tal como acontece nas doze cartas de deslouvor feminino que se retirariam no jogo de Resende, depois de muito baralhadas, em nome desta ou daquela senhora.

3. VISÃO JOCOSA OU LÚDICA DO FEMININO LIGADA AO SEXO

As mulheres também aparecem no *Cancioneiro Geral* como objecto e sujeito das mais diversas obscenidades, e mesmo pintam-se por vezes ilimitadas sexualmente. Sublinha-se a sua insaciabilidade e contínua disponibilidade quando, por exemplo, Diogo Fogaça pede a uma delas andar «co rabo quedo» já que vê no seu reboleio um sinal inefável da leviandade feminina (vol. I, nº 85). Na verdade, tudo poderia servir de pretextos ao gracejo da rima e todo o cuidado seria necessário para evitar que a inspiração irrompesse de modo súbito e se exprimisse com a menor das reverências. Assim aconteceu com certa dama que em público se atreveu a acariciar e beijar uma outra, sua ama, de nome Guiomar de Castro, provocando os seguintes versos:

Senhora, eu vos nam acho
rezam para rafiar
e beijar tam sem empacho
Dona Guiomar,
salvante se vós sois macho.

Se o sois e nam sois dama,
é mui bem que o digais
e tambem deve sua ama
nam querer que vós jaçais
soo com ela em a cama.
Confessai-nos que sois macho
ou que folgais de beijar,
que doutra guisa nam acho
rezam de antrepernar
tal dama tam sem empacho.

(vol. III, nº 586)

O autor de tal gracejo é um fidalgo de alta estirpe, D. João de Meneses, da família dos condes de Castanheda, e a ele se uniram outros cortesãos em comentários de semelhante expressão. Todos se interessam pela diversidade dos gostos da dama em questão com respeito ao sexo, propondo mesmo levantar-lhe as saias para descobrir o mistério e resolver as suas dúvidas: "mas com mui gentil despacho / vos hei de ir arregaçar / e olhar / se sois fémea ou macho", eis a determinação de D. Pedro da Silva. Até no *Cabo* aparece implicado o nome doutra senhora, insistindo Fernão da Silveira em que a inspiradora de tais textos corte ou tape os seus órgãos e evite assim tanta contradição nos rumores:

a a mui estranha cousa
se ruge caa antre nós,
porque laa convosco pousa
Dona Joana de Sousa,
dizem qu'ee prenhe de vós!
Tambem diz c mochacho
vos foi nam sei quem topar!
Havei eramaa empacho,
mandai deles cortar
ou tapar,
e ficar femea ou macho.

(vol. III, nº 586)

Do mesmo modo, num curioso diálogo entre Francisco da Silveira e D. Rodrigo de Castro conta-se como certa dama beijou com excessiva força o segundo: meteu-lhe a língua na boca, escalavrou-lhe a campainha, fez-lhe tão grandes mágoas nos queixais como um molho de urtigas e quase o fez morrer até que pôde bradar:

Eu disse-lhe: —Tate, perra[13],
nam metais assi de ponta
a lingua que tanto monta
com'oos da boca em terra!
Fazei conta!
Dizia: —Mano, deixai-me
enquanto tenho lugar!
E eu bradava: —Soltai-me,
deixai-me resfolegar,
que me quereis afogar!

(vol. III, nº 604)

As composições de Rui Moniz no *Cancioneiro Geral* vêm constituir uma boa testemunha da falta de moderação na linguagem e no tom que por vezes dominava nos serões. Ele é o autor, por exemplo, de certa cantiga em que relembra com grosseria a uma dama as experiências vividas por ambos, salientando a libidinagem feminina através de certas expressões eufemísticas e disfeumísticas que gozam já nesta altura de certa tradição literária no campo da sátira, como o próprio verbo «cavalgar»:

Dama do jentil despacho,
que pouco dais por ninguem,
eu sei que vós sabeis bem
se sam femea, se macho.

Eu vos nam avorrecia,
eu sei bem que vos coçava
e que quando m'aprazia,
em osso vos cavalgava.
Pois sequer havei empacho,
vós molher de pouco bem,
de quem vos em Santarem
cavalgou sem barbicacho.

(vol. II, nº 203)

Precisamente na visão deste poeta, a mulher, no que respeita à sua pratica sexual, tão-só tinha dois caminhos a seguir: casar ou cimbrar, quer dizer, bambolear os quadris quando caminhavam para chamar a atenção e desfiar os homens. Parodiando em certo modo o *topos* do *carpe diem,* Rui Moniz atreve-se a aconse-

(13) Convém lembrar que tal vocábulo na sua forma gramatical feminina funciona sempre no *Cancioneiro Geral* como veículo de conotações sexuais (cfr. vol. II, nº 394 e vol. IV, nº 797) e, de facto, até o vocábulo *perro,* exclusivo do castelhano, encontrou grande resistência para se impor neste idioma pelos seus matizes pejorativos, permanecendo o seu uso restringido em qualidade de insulto ou chacota face ao tradicional *can* até ao século XV, pelo menos no campo da literatura.

lhar as damas que, se não casarem cedo, aproveitem os lugares escuros e gozem despreocupadamente dos prazeres da vida, porque para o matrimónio «ja se nam costuma / pedir virgindade» e a sua falta nem sequer garantiria que já tivessem tido relações sexuais:

Já se nam costuma
pedir virgindade
e que se presuma
nam há i verdade.
Com mão ou com dedo
podês-vos furar
sem arrecear
nem disso haver medo.

(vol. II, nº 201)

O autor de tais oitavas recomenda às senhoras decidirem-se depressa, enquanto novas, a fim de não se arrependerem no futuro de ter saboreado a doce vida e mesmo lembra-lhes parodicamente o mandamento bíblico: «E nam é mentira / que Deos disse a Adam: / -Fazei geraçam»[14]. Porém, mais interessantes e, segundo Margarida Vieira Mendes «do melhor que existe no *Cancioneiro Geral* quanto á originalidade, ousadia e ingénua vivacidade»[15], são as coplas em que João de Barbato conta um sonho erótico à própria dama que o protagoniza, Violante de Meira —mulher que, se não era senhora do paço, era serventuária da rainha, pois quando ela se lhe deparou na fantasia, saia "de cas da rainha", ou seja da zona dos aposentos que a esta pertenciam. Narração e diálogo exprimem de modo directo e sem pejo a realização do desejo sexual, numa atmosfera ao mesmo tempo lúbrica e folgazã, espalhando aqui e além pormenores muito concretos. Entre eles figura, como era de esperar, o facto de os protagonistas tirarem com prontidão e ansiedade a roupa interior (calças e camisa) para descobrir os seus corpos, assim como a acção consequente de se tornarem a vestir após a consumação do acto sexual. Trocadas algumas palavras entre ambos os dois, ela querendo esquivar-se, ele procurando retê-la, o poeta descalçou logo as bragas, decidindo aproveitar-se da conquista que o acaso lhe tinha colocado nas mãos:

Estas rezões acabadas,
por delas nam fazer custa
nem despender mais palavras
descalcei logo as bragas
e aparelhei-me de justa.
Eu vos posso afirmar
e dar de mim esta fee

(14) Ora, tais propostas contrastam radicalmente com os preceitos que Gonçalo Mendes Sacoto redige a certa dama que iria viver na corte e e desejava conhecer os costumes que ali se seguiam: "Para muito mais louvada, / estimada por tal via, / quer livre quer namorada, / seja muito mesurada, / sofrida com cortesia (vol. III, nº 550).

(15) *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa.* Organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, ed. Caminho, Lisboa, 1993, p. 122

que nam tivemos vagar
pera nos irmos lançar
e começámos em pee.

(vol. I, nº 183)

Lembrou-se então Violante que estava comprometida com Rui de Sousa, talvez o poeta do mesmo nome que participa no *Cancioneiro,* e que ele não gostaria de ter conhecimento do que estava ali a passar-se. Mas nada parece minorar o desejo e, tirada também a camisa dela, a libidinosa aventura onírica continua (Quando vi o mais do jogo, / eu ardia em tal fogo / que nam cabia na pele!) até que, no final, a dama pede ao poeta para casar consigo "pois levaes a virgindade". Aliás, as referências aos casamentos servem por vezes de excelentes pretextos para estas brincadeiras versificadas e suscitadas pela anedota. Assim, por exemplo, o Coudel-Moor dirige-se às damas à volta de um presente oferecido a uma noiva "porque deram a a que casou a melhor peça que cada a tinha pera o casamento, antre as quaes lhe derão o sexo de dona Lucrecia» (vol. I, nº 30), instrumento erótico que já tinha aparecido nos antigos *Cancioneiros*[16], e acerca do qual o motejador pergunta diversas detalhes sobre o tamanho e as características.

Contudo, algumas vezes, mais do que apontar para a libidinagem feminina, os textos tratam de explorar sobretudo a comicidade que se desprende da insuficiência masculina ou de uma situação não airosa para os homens, como na longa série de trovas compostas à braguilha recheada de D. Goterre e endereçadas às damas, que terminam com a defensa do próprio alvejado: "Senhoras, por meu repairo, / a quem nisto dovidar / eu lhe espero de mostrar / o contrairo (vol. III, nº 587). E também a marcar a cumplicidade das damas nestes quadros poéticos brincalhões, atrevidos e por vezes grosseiros, no *Cancioneiro Geral* aparecem recolhidas outras trovas em que, segundo se diz na rubrica, João Rodriguez de Saa lembra como certa senhora lhe falou de um sonho em que ele e outro homem se mostravam completamente indiferentes perante três damas despidas:

Nom o posso porem crer,
ainda que mo jureis,
pois perdi jaa o comer
d'ouvir somente dizer
como estaveis todas tres!

(vol. II, nº 477)

Com efeito, ao comentar as cenas vivas dos serões que se patenteiam ao leitor do *Cancioneiro Geral,* Rómulo de Carvalho expressa-se nos seguintes termos:

«A desenvoltura de atitudes e de expressões, ilustradas pelos excessos das trovas que transcrevemos, surpreendem quem tenha sido educado na leitura de

(16) Lembrem-se os objectos de origem francesa oferecidos por Fernand´Esquio à abadessa e prioressa de um convento num texto de marcado registo obsceno (Lapa, J. M. Rodrigues, *op. cit.*, nº 147)

compêndios escolares e de romances de capa e espada, em que se visionam os homens dos séculos XV e XVI como modelos de galantaria, de comportamento cavalheiresco perante as damas, curvando-se e desbarretando-se com largo gesto circular, um pé atrás, outro pé adiante, reverenciando-se. As má-criações e grosserias, essas seriam comuns na plebe, gente sem polimento social, mas nunca entre a nobreza. Os documentos discordam de tal imagem. Quando os fidalgos «serviam» as damas, no sentido trovadoresco de servir, de ser serviçal, de prestar serviços por amor, as atitudes e expressões usadas são puramente convencionais e temporais. Erro grave será visionar esses homens segundo tal modelo. Até mesmo em circunstâncias dessas, referindo-se o poeta à dama a quem servia, não se inibia de ser indelicado se algum momento a isso se prestasse»[17].

Literariamente, estas composições valem sobretudo como exercício de estilo, subtileza e *engenho,* fazendo parte do quadro estético que o próprio Garcia de Resende traça mais tarde na sua *Miscelânea e Variedade de Histórias, costumes casos e coisas:* «Vimos rir , vimos folgar / vimos cousas de prazer/ vimos zombar e apodar / motejar, vimos trovar». O alcance das mesmas pode não ser extraordinário, mas a vitalidade que demonstram é-o certamente e até parecem raiz para uma corrente poética que a partir daqui se prolonga na história da literatura -ainda que em geral de uma forma muito mais subterrânea, encontrando, por exemplo, em Bocage, um seu lídimo representante. Por último, cabe assinalar que quando os textos compilados por Garcia Resende escapam da zombaria para uma bem definida e superior intenção crítica, as damas aparecem em geral referidas como mais um grupo da sociedade. Não adquirem protagonismo, figuram tão só como elementos de uma enumeração, e, portanto, não cabe falar quanto a tais peças do deslouvor em questão.

(17) *O texto poético como documento social*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995, p. 69. Cfr. também Maleval, Mª do A. Tavares, "Participação feminina e erotismo no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende", *Rastros de Eva no Imaginário Ibérico*, ed. Laiovento, Santiago de Compostela, pp. 171-182.

NOTAS

A estandardizaçom reintegracionista em Ricardo Carvalho Calero (1981-1990)

José Manuel OUTEIRO G.
(Madrid)

O objecto deste contributo é esboçar umha aproximaçom genérica sobre a estandardizaçom reintegracionista tal como foi concebida e exposta na sua obra por Ricardo Carvalho Calero.

Nesse sentido, por **estandardizaçom** entendemos *«a codificaçom e aceitaçom, na comunidade de utentes, de um conjunto formal de normas que definem o uso "correcto"»* (Stewart, 1968: 534). Em conseqüência, quando este processo for projectado ou implementado coerentemente coa pertença dos falares galegos ao sistema lingüístico galego-luso-brasileiro, encontraremo-nos perante um processo de estandardizaçom reintegracionista.

É preciso sinalar, também como questom prévia, que Ricardo Carvalho Calero professava umha concepçom dinámica da língua, de acordo co facto de estas constituírem *«realidades vivas que se mantém em estado de perpétua fluência»* (1979: 45), o qual implica nom se esgotar ou completar o seu conhecimento num momento dado, devendo portanto ser objecto de contínuo estudo e atençom e cabendo a sua fixaçom definitiva unicamente *«quando deixam de ser faladas, quer dizer, quando se convertêrom em línguas mortas»* (ib.). Destarte, o pensamento lingüístico de Carvalho Calero evoluirá de forma constante e coerente, de jeito que constitui um *continuum* que foi desenvolvendo *«em funçom das possibilidades existentes, possibilidades que nom som outras que as circunstáncias e situaçom política na Galiza e o processo de normalizaçom lingüística e cultural»* (Henríquez Salido,

1991: 42)[1]. Deve, pois, entender-se como parte desse processo evolutivo a sua adscriçom ao reintegracionismo.

O período que abrange este estudo é aquele em que Carvalho Calero propugna, defende e pom em prática a aproximaçom do sistema ortográfico galego ao das outras realizações formais da língua galego-portuguesa (padrões português e brasileiro). Este período estende-se aproximadamente desde o ano 1981, em que o autor dá a lume o seu livro *Problemas da língua galega,* até 1990, ano da sua morte, posteriormente à qual apareceriam os seus títulos póstumos *Do Galego e da Galiza e Reticências...,* bem como a antologia da sua produçom jornalística *Umha voz na Galiza.*

Ainda que Carvalho Calero nom publicasse um volume em ortografia histórico-etimológica até 1981, e mesmo que seja possível encontrar nédias declarações a favor da unidade lingüística galego-portuguesa na sua obra anterior a 1975 (Henríquez Salido, 1991), poderia estabelecer-se nesse ano a sua assunçom teórica do reintegracionismo se, como parece, foi no artigo *A ortografia galega,* publicado no jornal *La Voz de Galicia*, o dia 27 de julho de 1975, onde pola primeira vez o escritor ferrolano propujo de forma clara umha aproximaçom da ortografia galega à luso-brasileira:

> (...) históricamente non habería outra ortografía que a inspirada no portugués. É indubidábel que unha nivelación realista coa práctica escrita deste idioma está de acordo coas orixes e pode abrir un campo de expansión moi necesario ás nosas letras. Estamos se cadra no intre en que compra xa unha revisión da normativa à luz deses feitos (...).
>
> A ortografía galega non pode estabelecerse de nova planta. Ten que endereitarse cara a coincidencia e non cara a discrepancia co modelo histórico no que naturalmente se inserta. (1992: 40-42).

É importante destacar o conteúdo deste artigo, tendo em conta as interpretações manipuladas que posteriormente fôrom dadas desde o isolacionismo à assunçom do reintegracionismo por parte de Carvalho Calero, como aquela segundo a qual teria sido a ressentida contestaçom por nom ter sido designado Presidente da Real Academia Galega no ano 1977 (dous depois da publicaçom do artigo antes citado), quando ocupou o cargo Domingos Garcia-Sabell, sucedendo a Sebastiám Martínez-Risco[2]. Este tipo de manipulações parte do suposto isolacionismo do nosso autor nos anos anteriores aos que nos vimos referindo, o que em grande parte se fundamentaria na seguinte frase do seu estudo *Modalidades do Galego* (1971: 215):

---

(1) O próprio Carvalho afirma que a evoluçom que experimenta o texto da sua *Gramática Elemental del Gallego Común,* nas sucessivas edições de que foi objecto, *«segue unha liña absolutamente recta. Conforme avanzan os tempos e conforme se debilita o réxime imperante, vai acrescentando-se a liberdade con que un profesor pode expresar a sua doutrina a propósito da língua galega»* (Fernán-Vello e Pillado, 1986: 175).

(2) Sobre este assunto, Carvalho Calero explica que *«no regulamento da Académia Galega, redactado cando a sua fundazón, estabelece-se que os membros da Xunta de Governo daquela corporazón teñen que residir na Coruña, de maneira que, regulamentariamente, era imposível que eu ocupase o cargo»* (Fernán-Vello e Pillado, 1986: 213), acrescentando que mesmo que nom se tivesse produzido esse impedimento a sua atitude *«teria sido a de refugar toda nominazón para este posto, polas razóns que temos indicado anteriormente; polas mesmas razóns que eu refuguei unha nominazón ao Reitorado da Universidade, ao Decanato da Faculdade, à presidéncia do Instituto Padre Sarmiento (...)»* (p. 214).

máis importantes son as diferencias fonéticas, que supoñen un obstáculo infranqueabre para os que soñan unha unificación total da ortografía dos dous idiomas.

A este respeito, Montero Santalha (1990: 37 n. 24) sinala a importáncia que tem o contexto em que Carvalho Calero escreve essas linhas para umha leitura adequada das mesmas. O carácter de língua proscrita, mal tolerada, sem reconhecimento oficial nem presença no ensino, que naquela altura descreve a situaçom do Galego-Português da Galiza, aclararia o seu verdadeiro sentido. De por parte, a consideraçom do contexto sócio-político é umha constante no nosso autor, como acabamos de ver no artigo A ortografia galega, em que a proposta de aproximar a *ortografía galega* à luso-brasileira é introduzida polas palavras *«estamos se cadra no intre...»* [3]. Para além disso, no mesmo trabalho donde procede esta pretensa declaraçom de isolacionismo, o seu autor argumenta que desde um ponto de vista *«propriamente filolóxico, inda hoxe debemos falar de galego-portugués»* (1971: 215), nada indicando, portanto, que nom se conte ele próprio entre os que sonham a unificaçom ortográfica galego-portuguesa.

Umha vez assumido de forma plena o reintegracionismo, Carvalho Calero desenvolverá a sua proposta de estandardizaçom para o Galego-Português da Galiza, que se baseará em dous princípios basilares, sendo o primeiro o próprio *reintegracionismo* como princípio para a codificaçom, complementado co princípio de *receptividade social,* que atinge à estandardizaçom em sentido estrito [4].

O primeiro deles, o **princípio de reintegracionismo,** é oposto ao isolacionismo, que constitui para Carvalho Calero (1990: 16) *«o perigo da satelizaçom castelhana»* [5] umha vez que *«anula as forças de resistência contra a alheaçom já naturalizada co nome de autenticidade no interior do próprio sistema».* Em definitivo, e por outras palavras, Carvalho Calero entendia que optando polo isolacionismo estaríamos a introduzir o inimigo na própria casa.

Nom se pode negar, logicamente, a possibilidade de defender o reintegracionismo através dum texto escrito em ortografia isolacionista, mas tendo em conta que aquilo que o define e caracteriza face ao isolacionismo é o emprego do sistema ortográfico comum galego-luso-brasileiro, se bem pudéssemos designar tal texto como reintegracionista desde um ponto de vista ideológico, nom deixaria por isso de ser isolacionista desde umha perspectiva estritamente ortográfica ou normativa.

---

(3) Vid. também a nota 1.

(4) Seguindo a Lamuela (1991), que propom a conveniência de usar os termos *estandardizaçom* e *codificaçom* partindo da distinçom entre *«la feina de despatx –elaboració d'ortografies, propostes de modernització lexical– i la feina de difusió de les formes proposades»* (p. 111) a estandardizaçom *strictu senso* seria *«el procés d'introjecció en els parlants de normes lingüístiques supradialectals, procés que es devenvolupa seguint certes característiques de les societats modernitzades: és un procés generalitzat i té a veure amb l'expansió de les relacions socials secundàries. En rigor, no hi ha estandardització si no hi ha difusió de la varietat lingüística pròpria de l'administració pública, de l'escola obligatòria i, en una fase més recent, dels mitjans de comunicasió de massa»* (p. 114).

(5) Vemos aqui, com outras palavras, a consideraçom do galego isolacionista como *galego satelitizado,* que posteriormente seria decalcada por Antón Santamarina (1995) para referir-se ao reintegracionismo. Vid. também nota 8.

Partindo desta base, deveremos considerar normas reintegracionistas somente aquelas que empreguem a ortografia comum galego-luso-brasileira, e de nengum modo as que adaptam a ortografia espanhola para a escrita do Galego. Por outra parte, ainda que os chamados *mínimos* fôrom apelidados num princípio como *reintegracionistas,* na realidade servírom mais como achegamento ao isolacionismo que ao reintegracionismo, como mostra o facto de a ASPG, umha das organizações promotoras dos mesmos, ter adoptado há tempo a normativa ILG-RAG, enquanto que muitas das pessoas e organizações que os seguem parecem conceituá-los como norma alheia a ambas as escolas, apresentando-a inclusive como a "normativa de concórdia", malgrado a sua semelhança na prática coa actualmente imposta. De facto, alguns dos principais representantes do isolacionismo, como Antón Santamarina (1995: 78-79), tém destacado essa semelhança, classificando ambas as normas dentro dumha mesma corrente geral, oposta à reintegracionista. Neste contexto, pensamos que a única leitura dos *mínimos* que se pode considerar compatível co reintegracionismo é a que se propunha no prólogo do *Prontuário ortográfico galego* da Comissom Lingüística da AGAL (1985: 16):

> Quando falamos de «mínimos» estamo-nos a referir, como *mínimo,* às propostas ortográficas das *Normas ortográficas do idioma galego* da Comisión Lingüística da «Xunta de Galicia» (1980), segundo a leitura mais convergente possível com a deste texto. Ainda mais, qualquer poderia reduzir os «máximos» aos «mínimos»; bastaria reconverter a ortografia aqui propugnada, que *consideramos a ideal,* no modelo gráfico espanholizante, bem conhecido.

Considerando, segundo dixemos, normas reintegracionistas exclusivamente aquelas que empregam a ortografia comum galego-luso-brasileira, observa-se na Galiza, já desde o nascimento das primeiras organizações reintegracionistas, a começos da década de 80, a existência de duas propostas diferentes. Mui pouca tem sido, porém, a atençom prestada a esta diferença, com certeza devido à necessidade de uniom dos reintegracionistas face à comum adversidade. Mas por outra parte é óbvio por demais que se trata de duas propostas com diferentes implicações, que inclusive ultrapassam o ámbito da codificaçom e da estandardizaçom do Galego-Português da Galiza.

Estas duas correntes do reintegracionismo diferenciam-se à hora de propor o padrom galego reintegracionista. Numha delas propom-se adoptar para a escrita do Galego-Português da Galiza o padrom português. Esta concepçom do reintegracionismo vemo-la, entre outros, em Rodrigues Lapa (1979: 74) quando afirma que *«o padrom literário do galego deverá ser necessariamente o português».* No entanto, a corrente maioritária propom um padrom galego próprio, baseado na essencial unidade da língua galego-portuguesa, para cujo estabelecimento se tomariam como referência, juntamente coa tradiçom escrita galego-portuguesa, os actuais padrões português e brasileiro [6]. Nesta corrente, cuja exposiçom teórica

(6) Acaso seria conveniente diferenciar conceptualmente estas duas correntes, o que em princípio nom julgamos necessário para os objectivos deste trabalho. Em qualquer caso, umha possibilidade a ter em conta cremos que seria a de restringir o nome de *reintegracionismo* à maioritária, denominando a que propom o padrom português como *integracionismo,* designaçom que já conta com algum uso entre os seus partidários, cabendo também a diferenciaçom entre um *reintegracionismo galeguista* e um *reintegracionismo portuguesista,* terminologia esta que, podendo resultar polémica, nom seria contodo difícil de defender.

mais acabada talvez continue a ser o *Estudo crítico* da AGAL, inscreve-se o reintegracionismo de Carvalho Calero.

Portanto, o nosso autor entende o reintegracionismo como aspiraçom a umha norma galega reintegrada no sistema lingüístico galego-luso-brasileiro, quer dizer, baseada na ortografia comum, mas sem menoscabo das peculiaridades propriamente galegas:

> Tendo o galego personalidade própria dentro deste sistema, nom se lhe pode negar o direito a reflectir na escrita os traços peculiares que nom o som da norma comum ou mais prestigiosa da área. (1990: 36).

Essas peculiaridades galegas contribuem para a riqueza da língua galego-portuguesa e oferecem novas possibilidades às outras normas do sistema comum:

> Singelamente, o reintegracionismo supom o razoável reingresso na comunidade lingüística à que realmente pertence o galego, único jeito de evitar a absorçom polo hispánico central. Isto implica, desde logo, umha ósmose entre os distintos representantes do antigo romanço ocidental, ósmose na que, segundo o meu sentir, o galego nom só pode manter as suas normas dentro do sistema senom que pode propagá-las além das suas fronteiras políticas (...) O que nom parece lógico é dar as costas às normativas irmás, em troca de aproveitar o que delas nos convenha e mesmo aspirar a aportarmos-lhes o que talvez poda convirlhes, sequer como variante estilística. (1983: 27).

Deste modo, Carvalho Calero contempla inclusive a possibilidade de que outras zonas da nossa comunidade lingüística internacional assumam algumhas das soluções adoptadas pola norma galega, pois concretamente *«em todo o Norte de Portugal as soluçons (...) as falas populares, as falas rurais, respondem mais bem à normativa galega que à normativa portuguesa»* (1983: 50).

Afirmará assi que o recurso ao luso-brasileiro tanto no caso dos neologismos como na recuperaçom de formas deturpadas no Galego-Português da Galiza polo Espanhol deverá realizar-se *«sem submeter-se cegamente às normas colaterais»* (1984: 32).

Em resumo, Carvalho Calero propunha *«umha reintegraçom ortográfica que restituísse, sem míngua das peculiaridades do galego, a cooperaçom entre as diversas formas do galego-português, corrigindo a desviaçom que ao desorbitar a deriva do idioma o constitui em satélite de um centro de gravitaçom distinto do seu âmbito natural»*[7] (1990: 32). Umha reintegraçom, enfim, mercê da qual o Galego-Português da Galiza se reincorporaria *«ao sistema de que foi protótipo e que hoje tem como arquétipo a norma lisboeta, sem deixar de ser galego, conservando a sua fonética, a sua morfologia e o seu léxico peculiares no que tenhem de genuínos, mesmo aportando ao sistema o que puder enriquecê-lo e, decerto, admitindo todo o que, proveniente das outras formas do galego-português, ressultasse rendível para o codialecto»* (1989b: 106-107).

No período que tomamos em conta, e em coerência co princípio de reintegracionismo no ámbito da codificaçom, Carvalho Calero emprega de forma predomi-

(7) Repare-se na consideraçom do galego isolacionista como *galego satelitizado,* comentada em nota 5.

nante a ortografia histórico-etimológica. Nom se limita, porém, a seguir a normativa reintegracionista proposta naquela altura por diferentes associações, primeiramente pola Associaçom Sócio-Pedagógica Galega (1982) e posteriormente polas Irmandades da Fala (1984) e a Associaçom Galega da Língua (1985), senom que realiza os seus próprios contributos, propondo soluções divergentes co uso geral do reintegracionismo nos momentos em que ele escreve.

Estas propostas, nuns casos mantém-se ao longo de toda esta época, mas noutros som emendadas posteriormente por outras opções, quer coincidentes co uso geral do reintegracionismo, quer também originais, de jeito que seria possível elaborar um estudo sobre as modificações ou a evoluçom que experimenta o padrom galego proposto por Carvalho Calero, segundo este o delineia nos seus escritos, mas como esse estudo evidentemente ultrapassa as possibilidades desta breve comunicaçom, limitaremo-nos a assinalar alguns exemplos.

O primeiro livro que Carvalho Calero publica seguindo a ortografia reintegracionista é *Problemas da língua galega,* editado em Portugal, razom por que a normativa que o autor escolhe procurou, segundo explica no prólogo, *«nom provocar dificuldades de imprensa e de leitura na terra em que sai do prelo»* (1981: 2). Encontramo-nos assi com soluções ortográficas ou morfológicas como a preferência por *qual* e *qualquer* face a *cal* e *calquer* ou a forma adverbial *assim,* com *-m* final, que darám passo em posteriores livros à preferência por *cal* e *calquer* e à forma *assi* (sem -m), respectivamente. Algumha outra opçom, como o emprego do ponto de interrogaçom inicial (¿) igual que em Espanhol, que nom responde ao desejo de evitar as dificuldades a que se referia o autor no prólogo, também seria abandonada nos seguintes livros.

Em qualquer caso, e como estamos a comprovar, destaca o carácter flexível e vacilante da norma empregada por Carvalho Calero, chegando a ser nalguns casos mesmo incoerente, sobretodo nos primeiros livros desta etapa plenamente reintegracionista. Nom é difícil, assi, encontrar no mesmo escrito o uso de *cal* combinado co de *qualquer,* ou o emprego indistinto dos morfemas verbais *-ste* e *-che* para a segunda pessoa do singular do pretérito perfeito de indicativo: *foche* e *foste.* Caso ilustrativo é o da terminaçom nominal *-ência,* que em *Problemas da língua galega* grafa com acento circunflexo, no seguinte livro, *Da fala e da escrita,* muda para agudo (*-éncia*), tal como naquela altura fazia a Comissom Lingüística da AGAL (1983), regressando nos livros posteriores à forma inicial, novamente com acento circunflexo, que também acabaria adoptado a própria AGAL (1985).

Vemos, logo, que Carvalho Calero realiza contínuos ensaios, sem dúvida procurando aperfeiçoar a sua proposta de codificaçom reintegracionista do Galego, pois segundo as suas próprias palavras *«a escrita do galego reflecte a imagem que do mesmo se professa, o ideal que se aspira a promover»* (1990: 77).

O segundo princípio fundamental da estandardizaçom reintegracionista proposta por Carvalho Calero, **o princípio de receptividade social,** tivo como contraste e oposiçom até a morte do autor, e infelizmente até hoje, o autoritarismo oficial.

Do mesmo jeito que o isolacionismo se expressa nas normas ILG-RAG, o autoritarismo oficial tem a sua principal expressom na imposiçom dessas normas, leva-

da a cabo pola Junta da Galiza desde a promulgaçom do chamado Decreto Filgueira.

A receptividade social, como princípio para a estandardizaçom do Galego, aparece já nas primeiras obras reintegracionistas do nosso autor. Destarte, em *Da fala e da escrita,* ao advogar pola aproximaçom do léxico galego ao português dirá que *«essa é umha meta à que hai que achegar-se passo a passo, e a receptividade social em cada caso tem que ser considerada»* (1983: 42).

Este princípio apresenta-se como complemento do anterior, constituindo o seu único limite:

> a única limitaçom que haverá que opor a esta ósmose é a que em cada momento marque a receptividade social. (1983: 110).

Ainda que esta limitaçom nom deve ser sublimada:

> A receptividade social é um factor que nom pode desprezar-se, mas no sentido de que toda educaçom é progressiva, quer dizer, vai de menos a mais, nom no sentido de que marque os límites dos nossos propósitos a mentalidade de feito de um momento determinado (...). (1984: 32).

Tendo em conta esse carácter progressivo de toda a aprendizagem ou educaçom, a receptividade social do reintegracionismo será maior à medida que se vaiam avançando passos no processo de socializaçom do mesmo. Carvalho Calero propom a este respeito um plano pedagógico, umha parte fundamental do qual consistiria na convivência do que entom eram denominados como *mínimos* e *máximos* (constituindo estes, em essência, o padrom galego proposto pola AGAL), juntamente co que ele chama *médios* reintegracionistas (caracterizados, face aos *mínimos,* polo uso das letras *g* e *j*), que seriam empregados coa aspiraçom de chegar ao reintegracionismo, entendido propriamente como os *máximos.*

> os máximos, médios e mínimos usos reintegracionistas deveriam, pois, conviver, para maior eficácia da obra (...) durante o tempo que fosse preciso. (1990: 36).

Os *médios* e *mínimos,* sempre que empregados como meio para alcançar o fim ou horizonte do reintegracionismo, formarám parte deste plano pedagógico, que o próprio Carvalho Calero pom em prática na sua obra. Um exemplo vemo-lo no seu livro *Estudos e ensaios sobre literatura galega,* onde som coligidos vários estudos e artigos, em Espanhol e em Galego, conforme tinham visto a luz nas diversas publicações que os acolheram originariamente, encontrando-se assi, entre os publicados em Galego, textos redigidos com diferentes critérios normativos. O mesmo se comprova na antologia póstuma da sua obra jornalística, *Umha voz na Galiza,* preparada por Carme Blanco com tam escrupuloso como incomum respeito pola opçom normativa em que foram inicialmente publicados na imprensa, e onde figuram um bom número de artigos redigidos no que constituiriam os *médios* reintegracionistas.

Entre os factores que influem na receptividade social do padrom galego reintegracionista, o polígrafo ferrolano destaca a **consciência histórica** da língua Galego-Portuguesa por parte dos próprios falantes:

> (...) confluem no nosso razoamento, como nom podia menos de ocorrer, o problema da normalizaçom e o problema das relaçons do galego co português. E, doutra banda, os princípios de reintegracionismo e da receptividade social. (...) Segundo o ambiente no que operemos, espacial ou temporalmente, tropeçaremos com maiores ou menores resisténcias.
>
> O reintegracionismo é umha restauraçom, e canto maior seja a conciéncia histórica, mais receptividade atopará. A um povo privado durante muitos séculos do ensino da sua própria língua, é doado apresentar-lhe como alheio o que é próprio e como próprio o que é alheio. Se eu escrevo *próprio*, como, por outra parte, aparece em Rosalia seria fácil dizer que escrevo em português. Se eu escrevo *dizer,* como ainda se di por alguns galego-falantes espontáneos, e como diziam os nossos avós em muitos sítios, será doado acusar-me de lusismo. (1983: 133).

Um ponto fulcral do princípio de receptividade social constitui-no a chamada *liberdade normativa,* entendida a nível individual, que como arma em contra do autoritarismo oficial receberá umha crescente atençom por parte de Carvalho Calero, até o ponto de que ao final da sua vida parece julgar de maior importáncia, desde a própria perspectiva reintegracionista, a oposiçom entre autoritarismo e liberdade normativa que o enfrentamento entre reintegracionismo e isolacionismo como princípios para a codificaçom do Galego-Português da Galiza:

> Estám realmente em jogo, nom duas normativas, a dos separatistas ou enxebristas e a dos historiadoricistas ou reintegracionistas —para empregar, com todo respeito, as designaçons que eles mesmos se dam—, mas duas posturas perante a língua do escritor, a autoritária e a liberal. Cremos que aquela é imprópria destes tempos, propugne-se por quem se propugnar. (1990: 78).

Finalmente, e em consonáncia coa postura liberal antes expressada, acrescentará a sua absoluta oposiçom a qualquer intento futuro de imposiçom do reintegracionismo, no sentido de impedimento da liberdade normativa individual:

> penso que em nengum caso a ortografia reintegrada –mesmo se a doutrina que a sustenta adquirisse a aquiescência do poder político– deveria ser imposta por umha pressom oficial que levasse consigo umha inspecçom policíaca, a sançom administrativa ou judicial ou a repressom social do disidente. (1990: 36).

BIBLIOGRAFIA

AA.VV. 1991. *Ricardo Carvalho Calero: a razón da esperanza.* Promocións Culturais Galegas. Vigo.

ASPG (Associaçom Sócio-Pedagógica Galega). 1982. *Orientaçóns para a escrita do nosso idioma.* Galiza editora. Ourense.

Comissom Lingüística da AGAL. 1983. *Estudo crítico das Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego.* AGAL. Corunha.

Comissom Lingüística da AGAL. 1985. *Prontuário ortográfico galego.* AGAL. Corunha.

CARBALLO CALERO, Ricardo. 1971. *Sobre lingua e literatura galega.* Galaxia. Vigo.

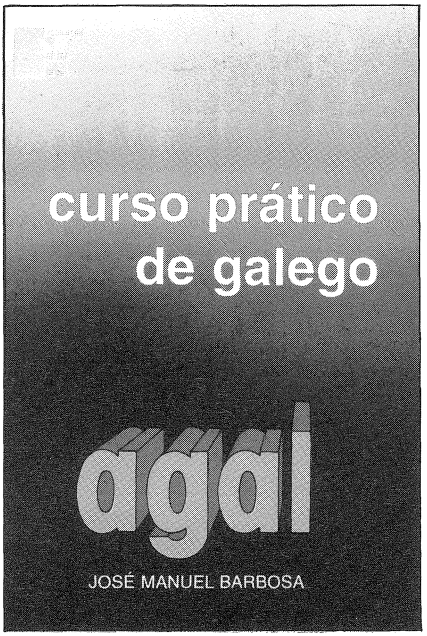
CARVALHO CALERO, Ricardo. 1981. *Problemas da língua galega.* Sá da Costa. Lisboa.

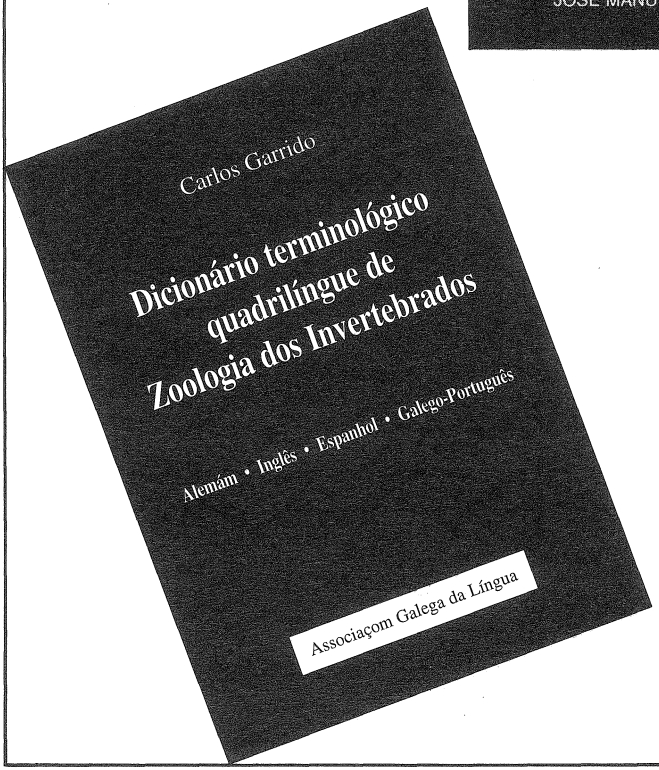
CARVALHO CALERO, Ricardo. 1983. *Da fala e da escrita.* Galiza editora. Ourense.

CARVALHO CALERO, Ricardo. 1984. *Letras galegas.* AGAL. Corunha.

CARVALHO CALERO, Ricardo. 1989a. *Estudos e ensaios sobre literatura galega.* Ed. do Castro. Sada.

CARVALHO CALERO, Ricardo. 1989b. *Escritos sobre Castelao.* Sotelo Blanco. Barcelona.
CARVALHO CALERO, Ricardo. 1990. *Do Galego e da Galiza.* Sotelo Blanco. Barcelona.
CARVALHO CALERO, Ricardo. 1992. *Umha voz na Galiza.* Sotelo Blanco. Barcelona.
FERNÁN-VELLO, Miguel Anxo e Francisco PILLADO MAYOR. 1986. *Conversas en Compostela con Carballo Calero.* Sotelo Blanco. Barcelona.
HENRÍQUEZ SALIDO, Maria do Carmo. 1991. «A aplicaçom sucessiva da doutrina lingüística em textos de Carvalho Calero». Em AA.VV (1991: 41-46).
IRMANDADES DA FALA. 1984. *Prontuário ortográfico da língua galego-portuguesa, Temas de O Ensino,* Revista galaico-portuguesa de sócio-pedagogia e sócio-lingüística, núm. 2/3. Ponte-Vedra.
LAMUELA, Xavier. 1994. *Estandardització i establiment de les llengües.* Edicions 62. Barcelona.
MONTERO SANTALHA, José Martinho. 1991. «Carvalho Calero e a língua portuguesa da Galiza». Em AA.VV. (1991: 32-40)
RODRIGUES LAPA, Manuel. 1979. *Estudos galego-portugueses.* Sá da Costa. Lisboa.
SANTAMARINA, Antón. 1995. «Norma e estándar». Em Monteagudo, Henrique (ed.), *Estudios de sociolingüística galega. Sobre a norma do Galego culto.* Galaxia. Vigo.
STEWART, William A. 1968. «A sociolingüistic typology for describing national multilingualism». Em Fishman, Joshua (ed.) *Reading in the sociology of language.* De Haag. Mouton. pp. 531-545. Citado em Lamuela (1994: 111).


curso prático
de galego
agal
JOSÉ MANUEL BARBOSA


Carlos Garrido
Dicionário terminológico
quadrilíngue de
Zoologia dos Invertebrados
Alemám • Inglês • Espanhol • Galego-Português
Associaçom Galega da Língua

«Este povo é porco, é estúpido e é velhaco», Aluísio Azevedo, vice-cônsul em Vigo (*)

Fernando VÁZQUEZ CORREDOIRA
(Corunha)

Recebi a tua bela carta que me veio surpreender, muito agradavelmente, nesta terra por onde Deus nunca andou e para onde o meu destino, que se apraz em contrariar-me, me atirou ultimamente, obrigando-me a suportar de perto este animal não classificado que se chama —Galego, e que é feito de uma estranha composição combinada de velhacaria, estupidez e porcaria (...) [1].

Assim, em carta datada em Vigo, a 23 de Dezembro de 1896, nos retrata o flamante vice-cônsul da República dos Estados Unidos do Brasil e agente de imigração daquele país, pintor frustrado, homem de letras, o Zola brasileiro que quis ser e mas não foi, Aluísio Tancredo Gonçalves Azevedo (1857-1913).

(*) Uma tarde de Maio de 1998, em Goiânia, folheando a *História da Inteligência Brasileira* do crítico literário e historiador Wilson Martins topei com umas linhas que me prenderam a atenção. Em referência a um Aluísio Azevedo, então tão desconhecido para mim quanto o será para o comum dos que me lêem, eis que bato com umas "cobras e lagartos" arremessados, seica, contra os galegos pelo tal, na altura vice-cônsul da República do Brasil em Vigo. Curioso, visto ser invulgar existirmos para a consideração do mundo, mesmo insultuosa, decidi explorar a personagem e tentar indagar a causa do seu ataque.

Antes de vos oferecer o resultado da minha curiosidade, não me parece fora de lugar acrescentar uma notícia biográfica sobre o nosso homem.

Aluísio Tancredo Gonçalves Azevedo (ou de Azevedo), rezará qualquer manual, celebrizou-se por ter sido o romancista brasileiro que introduziu o Naturalismo no Brasil. Nasce em São Luís, capital do nordestino Maranhão, 37 anos antes da abolição da escravatura, da qual dependia a vida económica da província. Em 1876, aos 19 anos, emigrou para o Rio de Janeiro, onde colabora como caricaturista no jornal *O Figaro*. Em 1879 publica o seu primeiro romance *Uma lágrima de mulher*. No ano seguinte, de regresso ao Maranhão, lança com amigos o jornal anticlerical *O Pensador* e funda ainda A Pacotilha. Malquisto com os seus provinciais, retorna ao Rio, publicando *O Mulato* (1881), que escandaliza. Entrega-se intensamente à literatura, da qual, antes mal

A atribuição do Vice-Consulado em Vigo (esse "canto insuportável da Espanha", dirá depois) parecia que viria, por fim, dar-lhe a segurança que um emprego público garante. Era Aluísio Azevedo na altura um homem beira dos quarenta que, até então, fora vivendo aos trancos e barrancos do que escrevia e a quem, uma carreira ingrata e incerta como jornaleiro das letras e a consciência da sua madura esterilidade literária foram tornando um homem amargurado, ressentido e irritadiço[2].

Nascido na provinciana São Luís do Maranhão, vocacionado para a pintura[3], a oposição paterna primeiro, a estreiteza económica depois, goraram uma viagem de estudos a Roma; caricaturista de sucesso nos jornais satíricos e anticlericais fluminenses, acabou por fazer da subliteratura folhetinesca o seu ganha-pão. E, contudo, entre um monte de maravalha melodramática, uns quantos romances naturalistas de mérito[4] dão-lhe um lugar de certo relevo no cânone literário brasileiro.

Por volta de 1890, o futuro vice-cônsul está, há tempos, definitivamente farto e amaldiçoa o dia em que decidiu abrir-se caminho no mundo das letras[5]. O seu maior desejo é um emprego público, tanto faz qual, que o liberte "do demónio desta vida de escrevinhador" [6]. Assim, "pedinchão" (o adjectivo é seu), nos aparece o futuro diplomata em carta a um amigo político:

> *(...) venho a pedir a tua protecção. Há certos lugares, certos cargos, certos empregos, dos quais só os próprios políticos têm notícia quando eles se acham vagos (...). Ora, dessa forma só fazendo como neste momento faço: vindo a ti pedindo-te que, logo que te passe pelos olhos um desses cargos, lhe ponhas a mão encima e me atires com ele (...). Repito: seja lá o que for —tudo serve (...)* [7].

E tê-lo-á: inopinadamente, seu amigo, Coelho Neto, protegido do Governador do Estado do Rio, é nomeado secretário do Governo. Apadrinhado pelo Coelho, Azevedo entra (31.6.91) como oficial maior da Secretaria de Negócios do Governo, em Niterói. Pouco lhe durou o abeiro. Não bem assentara no cargo, a convulsa vida política da recém instaurada Republica arrasta-o na queda do Governo, do Governador e do Coelho (31.1.92).

---

que bem, faz o seu ganha-pão. Em 1891, recomendado, foi nomeado oficial maior da Secretaria de Negócios do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Após ter abandonado a actividade literária, ingressa na carreira diplomática, desempenhando funções consulares em Vigo, Iocoiama... e Buenos Aires, onde morre em 1913.

(1) O Touro Negro", *Obras Completas,* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1961, p. 193.

(2) Não são afirmações gratuitas. Tanto da sua correspondência pessoal, publicada em *O Touro Negro* (cf. 1n) como na sua biografia, de título hiperbólico (Raimundo de Menezes, *Aluísio Azevedo. Uma Vida de Romance,* São Paulo, Livraria Martins Editora, 1958) e nas breves mas esclarecedoras referências biográficas de Wilson Martins *(História da Inteligência Brasileira,* vol. IV, São Paulo, Cultrix, 1979), Aluísio Azevedo aparece tal como o descrevo.

(3) "Fiz-me, não por pendor, mas por me haver convencido da impossibilidade de seguir a minha vocação, que era a pintura." Em conversa com Coelho Neto (Raimundo de Menezes, *op. cit.,* p. 183).

(4) Nomeadamente: *O Mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884) e *O Cortiço* (1890).

(5) Há numerosos testemunhos (cf. 1n), ao longo dos anos, a mostrarem-nos um Aluísio Azevedo sempre queixoso das amarguras do ofício.

(6) Em carta a Eduardo Ribeiro (Rio, 1.1.96), a anunciar-lhe a atribuição do Vice-Consulado ("O Touro Negro", pp. 118-9).

(7) Carta a Afonso Celso (25.11.84), ("O Touro Negro", pp. 191-2). Na mesma carta fala da "maldita existência de boémio que já se me vai tornando insuportável".

Na rua novamente, outra vez sujeito à "obrigação de escrever" [8], acolhe com cepticismo a sugestão de Graça Aranha. Não, que formação tinha ele como diplomata para aspirar a superar as provas de acesso ao corpo consular? O amigo encoraja-o, há-de lhe ajudar na preparação.

Nos derradeiros de 1895, "Aluísio realiza o seu supremo ideal de homem que atinge os quarenta anos (...). Agora sim, está contente" [9].

Não escapará à atenção do/a leitor/a que estou a orientar esta lacunar nota biográfica, bem pouco carinhosa, aliás, de forma a explicar ou entender o *por que* da sanha do nosso homem para com os galegos. Um homem irritável, cansado, um autor consciente do seu malogro e da sua impotência criadora, arriba, logo de atingido "o seu supremo ideal" à Galiza e logo, mal chega, começa a insultar brutal e universalmente todos os naturais desse "canto da Espanha". Parece existir alguma relação causal. Veremos.

E, todavia, se de algo somos abastados os galegos é de insultos. Somos, historicamente, junto com mouros, judeus e ciganos, o povo peninsular mais apedrejado verbalmente. Castelhanos e portugueses tesouraram secularmente um rico cabedal, em forma de "ditos, cantares e anedotas, e reflectida na literatura que apõe à Galiza e aos Galegos os atributos mais sórdidos e míseros" [10]. Vestiu-se-nos com o "fatelo da ignomínia" —e custou, ainda custa, despirmo-lo.

Não parece plausível que o vice-cônsul chegasse a Vigo ignorante dessa rica tradição ignominiosa. Filho, de parte materna e paterna, de lisboetas instalados numa cidade onde a colónia lusitana era bem numerosa, bom conhecedor da literatura portuguesa, Aluísio Azevedo, deveria, com certeza, ter ouvido algum desses ditos, cantares e anedotas, deveria ter topado nas suas leituras com algum galego, aguadeiro, moço de fretes, criado ou segador. Partia, pois, mais ou menos contaminado, com o tipo, sórdido, do galego na cabeça [11].

E, no entanto, na correspondência prévia à viagem, nenhuma prevenção, nenhum desagrado em relação ao destino se manifesta. Ao contrário, Europa (com tudo o que isso evocava para um brasileiro: cultura, requinte, tradição, ordem, progresso... Paris ao longe), abre-lhe as portas de uma *vida nova.* Pouco antes da ida, escreve (Rio, 1.1.96) ao seu amigo Eduardo Ribeiro: "Eu poderia ter obtido um mau consulado em alguma das bibocas republicanas da América do Sul, mas fiz questão de vir a Europa (...) porque é minha intenção desenvolver os meus magros cabedais literários e fazer em boas condições a reimpressão de todos os

---

(8) Cf. Raimundo de Menezes, *op. cit.* p. 253.

(9) *Ibidem.*

(10) Fernando Vázquez Corredoira, *A Construção do Português frente ao Castelhano. O Galego como Exemplo,* a contrario, Noia, Laiovento, 1998, p. 156. Para um estudo rigoroso sobre o assunto vid. Xesús Caramés García (*A imaxe dos galegos na literatura castelá*, Vigo, Galáxia, 1993).

(11) De facto, no mesmo Brasil "Galego" era usado, desligado da sua origem étnica, para se referir depreciativamente aos portugueses. N'*O Cortiço,* Azevedo reflecte este uso em várias ocasiões. No mais recente (e completo, dizem os editores) Dicionário da língua portuguesa editado no Brasil *(Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa,* São Paulo, Melhoramentos, 1998), entre outras acepções de **Galego**, lê-se: "(...) pop. Homem incivil, de condição baixa".

meus livros" [12]. Aluísio Azevedo não partia para a Galiza, nem sequer para Espanha—ia para Europa.

Decepção? Sem dúvida. Mas, seja qual for a grandeza da sua decepção com esse Vigo de fim de século (que, de certo, não seria muito semelhante a Paris), acho que não é por aí, unicamente por aí, que devamos indagar. Tão-pouco "o choque cultural que aflige todos os expatriados" [13] me parece explicação suficiente.

> *Este povo, ao contrário do nosso, é porco, é estúpido e é velhaco. A estupidez e a brutalidade andam por aqui aos coices pelo ar e são respiradas por todos os poros. Bestianizo-me aqui de modo fantástico, meu amigo; sinto brotarem-me ferraduras por todo o corpo e até na alma já me repontam as orelhas de burro* [14].

Donde, então, essa sanha, essa brutalidade? Que o vice-cônsul era um sujeito de mau carácter, inclinado ao insulto e depreciativo, isso não tem dúvida: atente-se não mais em como adjectivou as Repúblicas da América do Sul: *bibocas* (isto é, "tugúrios, baiucas"). Que esses eram traços perenes do seu temperamento e que lhe vinham de longe, também parece demonstrado. Assim, ao Maranhão, sua terra natal, que, segundo o seu biógrafo, abandonou (1881) cheio de "ressentimento" [15] tratará com sumo desprezo público num artigo (*Folha Nova,* Rio de Janeiro, 24.2.83) que acaba: "(...) para esse agregado de nulidades pretensiosas, que constitui a ilha miserável em que nascemos —todo o nosso desprezo e todo o nosso esquecimento". Já em Vigo, em carta a Florindo de Andrade (29.5.96), manifesta que, ainda que a cidade seja "um horror", "consola-me a ideia de que não encontrarei no meu caminho nenhuma das muitas caras de imbecis que aí por últimos me revoltavam o espírito" [16]. O nosso homem, bem se vê, parecia ter sempre nos lábios um insulto.

Como já apontei, se Aluísio Azevedo merece hoje um lugar nas letras brasileiras é como cultor da escola naturalista. Propôs-se, como Zola com a francesa ou Eça de Queirós com a portuguesa, estudar a realidade social brasileira nos seus aspectos mais mórbidos [17]. Como romancista social escreveu páginas notáveis, mostrando "preferência pelos tipos vulgares e grosseiros, pelos ambientes sórdidos e situações deprimentes (...)" [18].

Assim, nos seus romances naturalistas encontramos, de acordo com as fórmulas da escola, descrições repugnantes, como esta, tirada d'*O Cortiço:* "(...) ao lado dele a crioula roncava, de papo para o ar, gorda, estrompada de trabalho, tresandando a uma mistura de cebola crua e gordura podre".

---

(12) Escreve, recorrendo, além disso, aos bons ofícios dessa "velha e boa amizade" (na altura governador do Amazonas) a fim de que lhe arranjasse, "lá naquela terra", uma agência de imigração (para "disfarçar pecuniariamente a precariedade do meu cargo"). O governador fez valer a sua influência e Aluísio Azevedo, além de exercer as suas funções consulares, despachava emigrantes galegos para a Amazónia e o Pará (cf. 7n).

(13) Como sugere Wilson Martins, *op. cit.* p. 543.

(14) Em carta a Pedro Freire (Vigo, 24.6.96)

(15) *Op. cit.,* p. 131.

(16) *Ibidem* 196.

(17) Se bem esta afirmação é inexacta para a obra de Eça no seu conjunto, não assim para o *Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio.*

(18) Celso Pedro Luft, *Dicionário de Literatura Portuguesa e Brasileira*[3], Rio de Janeiro, globo, 1987, p. 33.

Agora, note o leitor como na sua correspondência pessoal de tema galego se servirá de idênticos recursos expressivos:

> *E parece que este povo compreende bem o papel importante da comida entre os prazeres ao seu alcance, porque vive para comer, beber e gozar... Nunca vi tanta sensualidade em minha vida! E, note-se, a sensualidade aqui não é simples, é um pouco à Marquês de Sade, porque nisso encontro eu a explicação da loucura pelas touradas em que haja bastante sangue e bastante tripa de fora. O galego não encontra o menor prazer em cousa que lhe fale ao espírito. A música só lhe serve para dançar, o verso para dançar também acompanhado a música e de leituras não lhe falem, e o seu teatro é a Tourada. Comem e bebem por sensualidade, arrotando forte e esfregando as barbas no molho e derramando vinho nos cabelos. Não vão a festa alguma sem levar a bota de vinho e a canastra da papança, e de lá voltam aos trambalhões, entre "Conhos" e "Carazis". Mas não são só os homens e as mulheres do povo —são todos, todos. Uma senhorita de quinze anos bebe durante uma festa de arraial mais de seis copos de vinhos espesso e come por três poetas brasileiros (...). E come-se três vezes por dia: almoço às 8 e meia, jantar à 1 da tarde e ceia às 8 ou 9 da noite; sendo esta última refeição tão forte como a da tarde. Ora, dize-me tu em que horas pode essa gente trabalhar. O Viguês às 2 da tarde está inutilizado e às 10 da noite atira-se à cama com o bandulho cheio. Creio que é isso que faz ao galego tão humilde e tão besta*[19].

Enfim, nada bonito, nada simpático, nada digno de elogio (a não ser o peixe e o vinho)[20], nem sequer nada pitoresco, achou digno de ser notado. Tudo é porcaria, animalidade, sordidez...

> *Tu, que és químico e conheces todos os segredos das retortas, não me dirás qual é o princípio científico que determina a formação satânica do preparado de que te falei primeiro, a respeito do animal ainda não classificado? Se o conheces, manda-me dizer, para que eu me defenda profilacticamente contra a intoxicação que me ameaça*[21].

Cuido que, passado mais de um século, tenho resposta para a pergunta, se não "científica", pelo menos verosímil.

Pode admitir-se que Vigo, e a Galiza toda, fosse um destino decepcionante para alguém a pensar numa Europa cosmopolita e citadina (onde "a alma cresce e o coração se alarga")[22], e mesmo que o choque entre o esperado e a realidade fosse bem brutal. Porém, chegará isso só para explicar reacção tão descomedida?

Não parece. Aluísio Azevedo, romancista naturalista por autoimposição, digamos, estética e moral[23], e, mais ainda, autor de "obras bastardas", por necessidade; nunca definitivamente consagrado na República das letras brasileira, diplomata sem vocação ia a Europa para "desenvolver os [seus] magros cabedais literários",

---

(19) Carta a Domingos Perdigão (Vigo, 18.7.96), em "O Touro Negro", pp. 196-8

(20) "O peixe aqui é magnifico e vai bem com o vinho do país, que é bom porque é puro. Também se não fosse isso, o que nos restaria?"

(21) Cf. 1n.

(22) Carta a Florindo de Andrade (Vigo, 20.4.96), em referência a Lisboa.

(23) Cf. Wilson Martins, *op. cit.*, pp. 119.

livre, por fim, de pressões, disposto a escrever a vasta obra que sempre quisera escrever[24] —E não foi capaz. A consciência de ser literariamente um "uomo finito" [25], já sem álibis, levou-o a, num exercício de racionalização, atribuir a sua esterilidade criadora ao meio: "A estupidez e a brutalidade andam por todos os poros: "Bestianizo-me de modo fantástico...", "... a intoxicação que me ameaça...".

Um escritor formado literariamente na leitura de Zola, ou ainda, um escritor para quem a boa literatura, a literatura que se sentia obrigado a produzir era a filiada ao naturalismo, no momento de descrever uma realidade que o desagradava profundamente, devia recorrer a todos os temas e marcas de estilo que caracterizam a escola: lubricidade, embriaguez, falta de higiene, instintos desbragados, preguiça... —Aluísio Azevedo, também na sua correspondência, está a fazer literatura[26].

E veio, então, no seu socorro a tradição luso-castelhana anti-galega. Activou-se-lhe, então, o cabedal de preconceitos herdados. E assim, combinando ressentimento, decepção, naturalismo e clichés ignominiosos, escreveu contra nós, galegos, algumas das páginas mais nojentas e infamantes nunca escritas.

Acrescentarei, para acabar, que a impressão da sua estada galega foi longa dura no espírito do nosso vice-cônsul. Quase uma década mais tarde, em carta datada em Cardiff (5.7.1905), onde as sua funções o levaram, entre apreciações sobre a Inglaterra, não muito mais benignas das que já lhe conhecemos, lembrar-se-á novamente de nós: "não terá dúvida de que inglês do povo é tão porco quanto o galego (falo da Galiza) e mais que o napolitano". Incorrigível.

---

(24) Na realidade, em contra dos seus projectos de cansaço, Aluísio Azevedo pareceu abrigar sempre uma atitude contraditória a respeito da literatura e se acabou por desistir do seu projecto literário de fôlego e intenções zolaescas (cinco romances, sob o título genérico de *Brasileiros Antigos e Modernos*) foi por esgotamento criador, não por própria vontade. Prova de que nunca abandonou totalmente o desejo de escrever é que, após a sua estadia em Vigo, destinado a Iokoiama, se lançará com "todo o ardor" (diz em carta a Figueiredo Pimentel, em Raimundo de Menezes, *op. cit.* p. 276) a escrever uma obra sobre o Japão, que, embora concluída, nunca conseguiu publicar.

(25) A descrição é de Wilson Martins, *op. cit.*, p. 543.

(26) Noutra carta (cf. 22n), a contar a sua viagem a Lisboa (breve oásis de civilização na bruteza galega), narrará, entre lascivo, castrense e romântico o seu idílio com uma senhora portuguesa. Estou por afirmar que a carta beira o ridículo da fatuidade máscula. Não me resisto a transcrever algumas linhas: (a cena passa-se numa caleche, em Lisboa) "Com um arranco, sem transição na conversa chamei-a para o meu peito e tomei-lhe a boca, empolgando-a, e, sobrepujando-a, fi-la desmaiar de prazer (...). Tive-a inteira e morta de gozo na acção vitoriosa daquela luta que pôs em confusão os seus cabelos louros com a negrura dos meus cabelos que não apanham o sol (...). E entre agradecida e queixosa murmurou ainda com um beijo: —Selvagem. E ouvi em torno da vitória do nosso amor toda a natureza cantar também vitoriosa".

ANTOLOGIA

Livro da memória

Paulo SOUTELO
(Santiago de Compostela)

à dona do tempo antigo

PRÓLOGO

Um pensamento elevado:
"A Poesia é a mais grande história de Amor".
Três palavras singelas:
AR
MAR
AMAR.
Cinco olhadas penetrantes,
três galantes
e umha insinuante.
Um cigarro compartido,
um café nas trevas e a m o d i n h o,
um dedo que percorra o espinhaço no passeo.
Quinhentos gramos de vento,
quatro litros de orvalho,
quinze quilos de frio,
trescentos gramos do misticismo que dá a soidade.
Deixe-se repousar meia hora.
Misture-se depois cum sorriso por surpresa
e verta-se no ventre d'Ela com
TERNURA
SILÊNCIO
E FORÇA.
Nom esquecer a receita.

I

"Pode acaba-lo amor, mais ti n'acabas
Mamoria que recorda-las ofensas"
ROSALIA DE CASTRO

Ti eras para mim daquela
como umha manhá de laranja
mais bonita que umha nai.

Ti eras um leito de lenço, um ninho,
a Fátria ou a casa randeeira
onde jogar e rachar sandálias
fartas de tripar caminho.

O País do mais puro cantar:

"Quem aqui venha morar
Nom traia mesa nem cama
Que venha nua e descalça
Com gaivotas nas suas mans
Com dous peixes na cara
Cos seus lábios e cos meus
Faremos umha chalana
Para navegar as Rias
Para conhecer as Ilhas
De Nome Santo e area clara
Como as praias que por frente
Serám solar da cabana
Construída cada noite
Com bicos de vento e cana".

E calei.
E liscache
Que era Outono
E ti sabias voar.

II

"Amiga alba e delgada,
estás lonxe e non hai nada"
UXÍO NOVONEYRA

Torna-se em pau a mimosa, o Mar em Pedra,
e o fim do caminho imemorável
onde se perde a razom e a dignidade
dá na noite que ensina fachendosa o enxoval
que in-vejo no exílio.

O leito é cal; os sinos marteladas chamam por ti
e a peste trai um ano de defuntos
em que apenas som um mais.

Hai cravos decapitados na campa dos avôs
e nom sei como podo clandestino chorar tanto,
e nom sei se os olhos som primeiro ou som as
báguas.

Hai Guernica e eu sozinho. Eu
—a palavra marteirada na cidade/bombardeo—
deserto busco amiga com que encher noites fanadas.

III

"Y entrando na sombra,
Vin á noite que nunca s'acaba
N'a miña alma soya"

ROSALIA DE CASTRO

Além da noite só se vem os grossos códices, inçados das lembranças do único que quigem, do que sempre quigem.
Estuda co cabelo proendo-lhe na cara aquele anciám que imaginei hai tempo. O velho sábio de tabaco e livros, numha sala gris e quadros moucos de peixes e pam trigo, sonea coa Memória, moquenea co sentido, dorme o teu nome como um punhal que fere, que se fende e se retorce na entranha seca e murcha.
Nom pudo regressar-te e conseguiu ser pobre de abondo para nom chorar nada do deixado porque nada era de seu.
No inverno infernal enxergado aquém da noite ceivo para ti as únicas palavras santas que pronunciei em vida:
Mea Carmen est, digo.
E apago para sempre.

IV

"Tres palabras, tres fuegos has heredado:
vida, muerte, amor. Ahí quedan
escritas sobre tus labios"

MIGUEL HERNÁNDEZ

O trevom do mar da tua paisagem
deixou gamelas afundidas e umha nau desfeita.

Deixou sem berço
o lume que sonea no colo
esluído entre escumas.

Deixou um lusco-fusco
de estrelas madurecidas
e albatros agromados;
gaivotas sem compango
e um Robinsom esquerdo
a seguir as suas pegadas na area.

O bagaço do naufrágio ...
Eros e mais Thanatos dançam mergulhados.
Sísifo senta na sua pena a descansar.

V

"¡Oh memoria, enemiga mortal de mi descanso!"

MIGUEL DE CERVANTES

Tento descrever o sentimento
que me produz o recordo do teu corpo,
mas por muito que porfie só percebo
a sombra do teu nome nos meus olhos,
o sabor do teu pelo nos meus dedos,
o ecoar do teu iris no escuro
e a tua alma entrando no meu peito.
Na capital do inferno.
Aquela tarde.

VI

"En Compostela estamos moitos
xa para sempre derrotados"
Xosé Luís Méndez Ferrín

O exílio nasce com cada passo que dá pola Cidade Das Grandes Lajes. O céu cega as estrelas e verte a sua cinza em borboletas de pó que húmidas repousam no pensamento ou escacham contra o cham.
Em cada relanço procura primavera o moucho agouchado nas poutas do silêncio. Dous olhos velhos para a noite espreitam o calor e o mel dos leitos mentres o andar blasfema na arquitectura divina e justiceira.
Na profundidade as moradas som encoros e o passado é impossível.
Um exército de Mouros guarda a trave do Uni-Verso enquanto um sonámbulo poeta lê poemas de outros na mesma praça onde milheiros de vezes milhares de vozes aguardarom resposta.
Aqui houvo noutro tempo um bosque, talhado no cerne pola machada de Amor. Aqui onde só fica horizonte, Mar em Pedra, conheceu-se onte a sombra do Melro; conheceu-se a curva viva e nom a linha derrotada, valado fossilizado em concha —estrema entre o infinito e o nada— onde um Grifom gris e moribundo busca umha Quintana quando a soidade se arrastra pola Cidade Das Grandes Lajes.

VII

"Si no te conozco no he vivido;
si muero sin conocerte, no muero,
porque no he vivido"

LUÍS CERNUDA

Nom distingo as tuas mans entre tantos punhos feros
nem vejo como as uvas enfeitam o teu pelo
nos dias de pam e sumo de laranja.
Mas sei que te conheço.

Sei que me procuras cada noite
no leite do teu leito de linho e de batalha.
E sei que te conheço.

Os caminhos que hoje andas com alento circunciso
dam nesta praça aberta onde te aguardo
rodeado polo entruido, mais bem hipocresia.

E ti virás sem máscara; viva a navegar
por cima desta tona de mortos e viúvos.

Se nom acodes hoje nom te inquietes, volto a casa
nom seja que a morte vaia e nom me encontre
e enfadada nesta ausência
busque em ti o que si me mata.

VIII

"El mundo cambia pero no mi mano
Ni aunque dios olvide / olvidaremos"
MARIO BENEDETTI

Oxalá voltassem os cavalos
baixar sedentos da montanha
a cavalgar erguidos cavalgados
polas ánimas deitadas nos caminhos
ou congostras ou cómaros ou estremas
ou estradas ou montes ou searas
da abortada *República da Búrbida.*

Oxalá os lobos que hoje guardam
a deusa assassina dos que cantam
apodreçam na Praça Dos Abutres
entre dores de morte com vingança
e o passado diferente que buscamos
se faga realidade em cada fouce
em cada mam em cada beijo em cada estrela
em cada peito ou pomba marteirada.

Oxalá essa lágrima aguardada
rode dos teus olhos —quase pedra—
e escache no terreiro da alameda
em cem vidros azuis ou borboletas
para que nasça a fonte em que beba
o cavalo que cavalga este que canta
água-em-pena que galhopa
e se perde
no poço.

IX

"Alma minha gentil que te partiste"

LUÍS DE CAMÕES

As armas e os homes todos
por sempre e por ti derrotados,
nas redes do teu olhar apreijados
choram o fim dos seus povos.
E rendem-se ante a tua sombra.

Chove por todos os tempos,
desde as Terras da Búrbida a Compostela;
é chúvia de ferro, é de pedra,
cai nas gargantas dos homes
afogando o seu canto.
E rende-se ante a tua sombra.

'Alma minha gentil que te partiste'
saberás que de corpo espido,
só co lume do teu nome como espada,
venço a chúvia e os armados homes ...
E rendo-me ante a tua sombra.

X

"Já gastamos as palavras pela rua, meu amor"

EUGÉNIO DE ANDRADE

As palavras ditas até agora,
indignas,
imperfeitas,
inocentes.
som o espelho que reflecte esta vergonha.

Que fujam os cavalos dos seus curros monte aberto.
Parir de éguas no Courel.
A noite que é Cíclope saberá!

Que resistam as choupanas os ventres violentos.
Mil castelos por outeiro.
Carmen Fratesque Gallaeciae!

Coa pólvora esquecida no caminho
voarás cadeiras perigosas.
De ferro um caravel em cada oco
florirá em discurso de Revolta,

inacabada
imaculada...

e impossível.

EPÍLOGO

"... Llévame al viaducto.
te invito a regenerarte con un vuelo"
Max Estrella

Tomei já muitíssimo veneno. Bendita a tua ausência que me trouxo a este inferno. Nom sinto os braços nem o peito, arrastro os pés por milheiros de cadáveres; tenho sede, muita sede. Aperta a forca o meu pescoço, cuspo o lume todo na face dum defunto. Aquelarre de bruxas e de demos, sempre em volta e riso apodrecido. Obrigado Satám polo inferno, polas faíscas que me caim em pingas pola boca, polo fim de Jesus crucificado. Eu som a verdade e a vida; estou em possessom do segredo; tenho a memória do salgueiro, das mimosas e do rio, da fonte e da mulher. Tenho trinta talentos para comprar umha morte. Abafa-me a sede. Mais veneno! Quero empeçonhar-me e condenar-me. Quero assi salvar-me para sempre. Nascem lapas dos meus pés, som fachos estes olhos e o que fito paga os meus pecados. Perdeu-se a esperança no caminho. Ah! como se consome o penado presente na enorme cacharela desta noite. Morte! Reclamo umha morte que vengue o meu passado.
Tenho saudade das marés ...
Emborco-me nas brasas, foço como um porco entre toda a humanidade. Cheiro torrado, alento quente e fedorento, docíssimo arrecendo calcina o meu focinho. Devoram as chamas a torre dumha igreja, come-a o fogo e espira com dous laios. É o sinal. Eu estivem no céu e sei bem o caminho para a ponte que dá a felicidade.
Afogo. Estou canso. Pesa-me a Alma nas entranhas.
Por fim a ponte nesse alto.
Nom sentides acaso, ananos, o febril respirar de Lucifer. Nom vedes em mim a perfeiçom, raio de cegos! ignorantes! Nom vedes como ardem mudos os poetas. Nom escuitades a música das liras, os pínfanos, a voz de quem canta a justiça além da lembrança. Em verdade nom hai ninguém que acorde???

Vou recuperar a dignidade e o orgulho, o teu tacto à sombra do carvalho.

Só um passo. Um passo para voar eterna/mente por riba deste inferno e nom alimentar ja/mais o lume condenado.

"Le vent se lève. Il faut tenter
de vivre ..."
PAUL VALERY

Em Compostela
Em Inverno
Em 95.

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

O DEBATE SOBRE A LÍNGUA DA GALIZA

Nos últimos meses do ano 1999 assistimos a um debate inusitado na imprensa galega dos últimos tempos: o da normativa lingüística. Desde Setembro de 1999 e até Janeiro de 2000 publicárom-se em diversos jornais, nomeadamente em *A Nosa Terra* e *La Voz de Galicia,* diversas opinions sobre a necessidade de chegarmos a um consenso normativo na linha da aproximaçom da variante portuguesa do nosso idioma. O debate surgiu de forma espontánea a partir de dous factos relevantes: o dia 20 de Setembro a imprensa galega informa que Camilo Nogueira utiliza o português nas suas intervençons nas comissons e plenos do parlamento europeu, e o dia 25 dá notícia das jornadas de escritores galegos "Trasatlántico: Encontro no Finisterra", em que se debate sobre o código do galego e da necessidade de aproximar-se do português.

O primeiro deles provocou as iras e insultos de alguns políticos de partidos de obediência madrilenha, os quais proclamando-se "nacionalistas espanhóis" (Faro de Vigo, 22-9-99, pág.23) consideravam que o deputado galego devia falar em espanhol. Na defesa do representante galego em Estrasburgo publicárom-se umha série de artigos felicitando-o e aderindo à sua opçom lingüística, por ser a única coerente num nacionalista galego na Europa.

O segundo dos acontecimetos acirrou o debate já começado depois das intervençons de Camilo Nogueira na Europa, ao produzirem-se várias declaraçons, por parte dos assistentes às citadas jornadas de escritores, a favor da reforma da normativa do Instituto da Língua Galega e da aproximaçom do portugûes, tendo especial importáncia pola sua relevância institucional as emitidas por Carlos Casares, presidente do Conselho da Cultura Galega, organismo vinculado à oficialidade, quem qualificou de extravagante a ortografia promovida polas instituiçons oficiais, e considerou conveniente a aceitaçom de grafias como o lh e o nh, para substituir o ll e o ñ. Desta maneira insistia numha opiniom já declarada a princípio desse mesmo mês de Setembro, quando, numha conferência em Ponte Vedra, reclamara umha ortografia mais sensata para o galego que a isolacionista defendida pola oficialidade.

Durante o período citado sucedêrom-se as intervençons na imprensa de intelectuais de diversos ámbitos opinando sobre o conflito normativo, predominando a daqueles que, sem se pronunciarem por umha normativa concreta, concordavam em que sendo o galego e o português umha mesma língua, a ortografia do primeiro devia achegar-se da do segundo, propondo umha reforma da normativa do ILG que mudasse a sua tendência satelizadora a respeito do espanhol. Entre os opositores a qualquer mudança e achegamento das outras

variantes do nosso idioma nom se oferecêrom argumentos sólidos, caindo às vezes em discursos falazes e tergiversadores *(a confusom de fala e escrita que exprime a negativa a que nos imponham "falar português", a falsa maior galeguidade da norma do ILG, a ideia absurda de que se o galego é o mesmo idioma que o português entom os galegos já non temos idioma próprio,* etc.), ou na ambigüidade vácua *(todos tenhem as suas razons mas ninguém tem razom, o importante é utilizar o galego e luitar pola sua normalizaçom e nom perderse em debates esterilizantes,* etc.). Houvo mesmo quem, como o professor Jesus Alonso Montero, afirmou preferir que o galego se escrevesse com a ortografia do inglês antes do que com a etimológica do galego-português; ou quem, como o escritor Alfredo Conde, chegou a afirmar que no caso de que algum dia houver que escrever em "português" (entenda-se: que se chegar a um acordo ortográfico favorável às teses reintegracionsitas), el deixaria de escrever ou faria-o em espanhol "que xa o domino e non teño que aprendelo". Como todos sabemos, el já escreve em espanhol.

A Asociaçom Galega da Língua também participou no debate representada polos artigos da sua presidenta e do seu secretário, pronunciando-se a favor de umha normativa de consenso que aproxime o galego das outras variantes do seu sistema lingüístico, mas sem que esta hipotética normativa devesse ser considerada como definitiva nem de obrigada observância mais que nos ámbitos em que a uniformidade se considerar imprescindível, como a administraçom e o ensino primário, imperando no resto das funçons comunicativas plena liberdade de expressom, a qual, pola livre concorrência de opçons em presença suscitará com o tempo um definitivo consenso social.

Igualmente, dirigentes do Bloco Nacionalista Galego manifestárom-se a favor de abrir um processo de diálogo, com o fim de chegar a umha normativa de consenso máis próxima da portuguesa.

Há que salientar o facto de que pola primeira vez se aceitasse publicar em *La Voz de Galicia* artigos escritos na normativa da AGAL, como os da autoria de Elias J. Torres Feijó, Elvira Souto ou João Guisan Seixas, levantando a censura que o citado jornal exerce contra esta normativa.

O debate desapareceu repentina e "misteriosamente" em Janeiro de 2000, mas serviu para verificar como a normativa do ILG, promovida polos poderes políticos actuais, nom conta com o apoio de um grande número de utentes e estudiosos qualificados do idioma, mesmo apesar de alguns deles publicarem os seus livros nessa normativa, onde se intuem as pressons editoriais que todos padecemos; polo qual a elaboraçom dumha nova normativa de consenso, mais científica e coerente com a nossa história e ámbito cultural, será algo inevitável quando se superarem os actuais constrangimentos políticos que o estám a impedir.

Seguiremos informando sobre este debate nos próximos números de *Agália.*

«Unha ducia de autores actuais teñen unha obra superior á de Castelao, Otero Pedrayo ou Risco», aseguró

Casares afirma que la literatura gallega está en su nivel más alto

«Nunca houbo unha literatura galega mellor que a actual». Así de contundente se mostró el presidente del Consello da Cultura Galega, Carlos Casares, en la conferencia inaugural del ciclo dedicado a las literaturas peninsulares que se desarrollará todos los jueves de septiembre en Pontevedra. En su intervención, el autor ourensano hizo un repaso sobre su concepción de la literatura, reivindicó el regreso a la tertulia literaria y ahondó en la necesidad de estrechar los lazos con los autores portugueses.

PONTEVEDRA. SERXIO BARRAL
Redacción

En un encuentro informal con los medios de comunicación, Carlos Casares pidió que «dunha vez por todas» se erradique la idea de que un escritor tiene que ser forzosamente un intelectual. «Un escritor —explicó— ten que saber do que escribe, e pouco máis. Pero cada vez falamos menos de literatura e máis de política e outros temas, cuestións sobre as que non temos máis fundamento que un cidadán da rúa».

Así, Casares llegó a Pontevedra para hablar de literatura, que al fin y al cabo es lo suyo. Y habló maravillas del momento que viven las letras gallegas en la actualidad, tanto que no se recató al afirmar que «si nos esquencemos do que significan os nomes, eu creo que hoxe hai unha ducia de autores galegos que teñen unha obra infinitamente superior, no plano narrativo, que a de Castelao, Otero Pedrayo ou Vicente Risco». «O que ocurre —continuó— é que a veces os nomes teñen unha connotación mítica e é difícil obxetivalos. Pero creo que nunca houbo mellor literatura galega que a actual».

Ese momento dulce de la literatura gallega debe de aprovecharse, en opinión de Carlos Casares, para abrir las fronteras y mantener las conexiones ya existentes con otros movimientos culturales.

Objetivo

Precisamente, ese es uno de los objetivos de los *Encontros arredor das literaturas peninsulares* que dirige Víctor Freixanes y que organiza la Universidad Internacional Menéndez Pelayo dentro de sus cursos de otoño, que se celebran este mes en Pontevedra.

Carlos Casares fue ayer el primer invitado, pero los próximos jueves de septiembre le seguirán, por este orden, el portugués Joao de Melo; el último premio Nadal, Gustavo Martín Garzo; la mallorquina Carmen Riera, ganadora en 1995 del Premio Nacional de Literatura con una obra en catalán; y el escritor vasco Ángel Lertxundi. Cada uno, representante de una de las cinco lenguas en que se escribe en el ámbito de la Península Ibérica.

Casares recordó ayer que esta cita pontevedresa tiene su antecedente en los encuentros literarios que hace catorce años empezó a convocar el actual director de la Real Academia Española, Víctor García de la Concha, en Asturias entre autores en gallego, castellano, catalán y vasco.

Lazos de amistad

«Gracias a estes encontros— señaló Casares— as literaturas chamadas *periféricas* recibiron un forte pulo». Según el escritor, hay pocos autores «de menos de sesenta anos» que no hayan pasado en alguna ocasión por estos encuentros que se celebran anualmente en Asturias. «Serviron para que se estableceran lazos de amistade e colaboración entre persoas que nin siquera coñecían o traballo que se facía fora dos seus entornos», afirmó.

El ciclo de conferencias que se inició ayer en la ciudad de Pontevedra pretende asimilar buena parte del espíritu de los encuentros asturianos, aunque en este caso se incorporará también el acercamiento a Portugual para completar el quinteto de todas las literaturas peninsulares.

Una «ortografía sensata» que nos una a Portugal

Casares y Víctor Freixanes coincidieron ayer en Pontevedra al señalar que la necesaria vinculación entre la literatura gallega y la portuguesa parece que sólo se concibe desde éste lado del Miño. «Existe un grande interese por parte dos autores galegos por establecer esa ponte —señaló Casares— ainda que non é recíproco pola parte dos portugueses». Al parecer, las obras de autores gallegos sólo llegan a sus homólogos lusos «cando sae ao mercado á tradución ó castelán, e seino por experiencia propia». Ese rechazo a leer en gallego se debe, según Casares, a las diferencias de escritura, «ó que eles denominan a extravagancia ortográfica do galego». Por ello el presidente del Consello da Cultura Galega es partidario de buscar una ortográfica «máis sensata» que permita acercar la literatura que se hace en Galicia y la que se hace en el país vecino.

LA VOZ DE GALICIA, 3-IX-1999, pág. 31

Os escritores apoian a proposta de Carlos Casares de reforma da normativa

Os autores reunidos no foro *Trasatlántico* debaten a necesidade de achegamento ao portugués

CARME VIDAL

O debate semellaba hibernado nos últimos anos. Volve agora á superfície con voces sosegadas que reclaman unha reforma da normativa. O presidente do Consello da Cultura, Carlos Casares volveu a insistir na necesidade de achegar á nosa ortografía á portuguesa e abrir de novo un proceso que materialice os cámbios. Foi no encontro *Trasatlántico* celebrado a pasada semana en Corcubión, no que os escritores asistentes coincidiron na necesidade dun achegamento ao portugués.

Dezaoito autores reuníronse no foro *Trasatlántico: Encontro no Finisterre* que, por segunda vez, se ia converter nunha posta en comun arredor do ofício de escreber. Desta volta en Corcubión abordaban a relación dos literatos coa língua. Nas conversas xurdiu o debate arredor da necesidade dunha reforma ortográfica da nosa língua, esquecendo as "feridas" que a imposición da norma xenerou. Cunha cordialidade que os próprios escritores participantes calificaron de "inusual", defensores de distintas normativas coincidiron en que os novos tempos están a reclamar unha reforma á que, por vez primeira, se poderia chegar por acordo. E os escritores defenderon que, como profisionais da língua, tiñan moito que dicer ao respeito. Cuestionouse no encontro os perxuizos do isolamento da língua e a consisténcia dunha norma aprobada "con urxéncia" hai case vinte anos.

Foi na última xornada na que a participación de Carlos Casares fixo máis patente o debate. O presidente do Consello da Cultura Galega afirmou que a ortografía galega era "extravagante" e reafirmouse nas manifestacións que dias atrás fixera na Universidade Internacional Menéndez Pelayo en Pontevedra defendendo unha reforma da normativa. Casares puxo exemplos como a aceitación do "nh" e "lh" no canto de "ñ" e "ll" como alguns dos cámbios convenientes. As palabras de Casares mudaron o sentido do debate; boa parte dos escritores ali asistentes apoiaron a sua proposta e, mesmo os que levan tempo escrebindo coma el en normativa oficial, aprobaron a necesidade de mudanzas. No último momento, Casares manifestouse desexoso de encetar o proceso de reforma –para o que se propuxo interlocutor– e en todos os escritores planeaba a necesidade de poñer todas as vontades para non abortar a proposta.

Os escritores e a língua

Que os parlamentos galegos de Camilo Nogueira en Bruxelas se transcriban en ortografía portuguesa foi bon exemplo para ilustrar o sentido do debate. Tamén a entrada –cativa pero progresiva– de escritores galegos no mercado editorial portugués conducia a un achegamento que se veria facilitado por unha reforma normativa. Foi relevante, ao dicer de Suso de Toro, coordenador das xornadas, que "desde determinadas posicións que sustentaron a normativa oficial se fixese balance e se pulase pola mudanza. A entrada na UE, a caida das fronteiras e a aproximación a Portugal –tamén do mundo empresarial– está a abrir unha realidade nova que non se daba hai dez anos. É paradóxico que as teses reintegracionistas pareza máis aceitadas cando esa postura semella máis debilitada. Houbo torpezas polas duas bandas e moita intransixéncia e sectarismo. Agora cómpre facer abstracción das feridas anteriores e encetar o debate con cordialidade". O reintegracionismo, ao dicer do coordinador do encontro, está á marxe de posicións políticas independentistas ou nacionalistas, "é útil e por iso pode ser defendido por calquer".

Para o poeta e profesor de Filoloxia portuguesa, Carlos Quiroga, defensor das teses reintegracionistas, non se pode tratar dunha "mudanza só cosmética senón tamén cultural, un achegamento propício para nós sen que por iso estemos a defender o imperialismo portugués". Membro da organización do foro, Quiroga agradeceu que "por fin o debate se celebrase con cordialidade. Cando se escolleu a norma pechouse de golpe e agora estamos de acordo en que o proceso debe abrirse de novo. Concordamos tamén no básico que é a preocupación polo futuro da língua. Saudamos por iso serena e calurosamente a orientación que ten o presidente do Consello da Cultura nese sentido e imos tratar de facilitar un diálogo aberto co espíritu de Corcubión".

"Alguns dos asistentes mostraban inseguranza, vários tiñan escrito xa en diferentes normas. Primou o argumento de que nos podemos abrir a un campo lingüístico enorme. Neste sentido, seriamos, dentro da Península, os mellores situados" sinala de Toro. Quiroga comparte tamén que os escritores "poden contribuir a mudar a norma porque son participantes dela. É evidente que, en especial para o ensino, precisamos unha norma, ás veces tamén para rebentala e rompela na literatura, pero está claro que o proceso continua aberto".

"Case todos os escritores somos lusistas desde o ponto de vista da persisténcia da língua" anota Xavier Queipo, outro dos participantes no encontro e que ven empregando na sua narrativa a normativa oficial. "Estou de acordo con Carlos Casares cando di que temos unha norma extravagante porque non se corresponde co ámbito lingüístico no que estamos. É unha esquizofrénia permanente e por iso defendo unha reforma consensuada e pausada e que os interlocutores traballen sen ningun tipo de urxéncias". Maria Xosé Queizán, que tamén asistiu aos debates de Corcubión, fixo asimesmo pública a sua postura na que se posicionou con claridade a favor de encetar unha discusión arredor da normativa para inserir á língua no vizoso tronco idiomático ao que pertence.♦

A NOSA TERRA, 30-IX-1999, pág. 25 - Nº 902

FARO DE VIGO
Luns, 4 de octubre de 1999 Pág. 57

Manifesto da AGAL sobre a reforma ortográfica

Assistimos ultimamente a diversas manifestaçons por parte de certos sectores culturais do nosso país em favor da reforma ortográfica e da aproximaçom definitiva do galego ao seu codialecto, o portugués. Estas declaraçons forom precedidas e acompanhadas pola constataçom realizada polo eurodeputado do BNG, Camilo Nogueira, de que adoptando umha forma culta de aproximaçom e identificaçom o portugués, o galego pode desfrutar do prestigio e beneficios de umha grande língua de projecçom internacional. Ainda que Camilo Nogueira nom foi o primeiro a empregar o galego na sua forma internacional no Parlamento Europeu, abriu sem dúvida um caminho demonstrando a muitas pessoas que os argumentos defendidos polos reintegracionistas durante todos estes anos som os correctos e mais apropriados para a nossa língua.

Nom pretende no entanto a AGAL, como associaçom legalmente constituída de pessoas comprometidas com a língua galego-portuguesa, arrogar para si nem para a causa reintegracionista o mérito de ter "chegado antes" nem ostentar qualquer tipo de preponderância ou direccionamento nas acçons encaminhadas a levar a cabo as reformas ortográficas necessárias para permitir a representaçom escrito do nosso idioma mediante a sua ortografía histórica, idealmente conservada polo portugués. Muito polo contrário, a Associaçom Galega da Língua, sempre olhando para o futuro e comprometida com a nossa fala e a nossa cultura, coloca a disposiçom do povo galego a sua experiência de todos estes anos tanto na codificaçom autónoma como no ensino das grafías próprias no nosso idioma, abrindo os braços a todos os que vejam a necessidade de avançar polo mesmo caminho passando por cima de velhas rivalidades e conflictos. Desde a AGAL consideramos que o realmente importante é a sobrevivência do galego como veículo da nossa cultura.

É vontade da associaçom contribuir em pé de igualdade com quantas entidades ou pessoas qualificadas participarem do desenho de umha possível reforma ortográfica, mesmo que seja por fases, ao tempo que expressa a sua vontade de que esta seja levada a cabo por consenso entre todas as partes implicadas, o que, no entanto, nunca deve acarretar o amordaçamento ou a censura dos seguidores doutras opçons.

A ortografía galego-portugués, tanto na codificaçom proposta pola AGAL em 1983 como noutras possíveis interpretaçons é mais adequada para dar representaçom ao nosso idioma que a do castelhano porque é a escrita que lhe é própria por tradiçom, porque permite dar representaçom gráfica uniforme a todas as modalidades dialectais do galego (ocidentais, centrais e orientais), porque dota o galego dumha dimenson internacional e porque apresenta um rápido aprendizado e assimilaçom por parte dos seus usuários, como se demonstra tanto nos manuais publicados pola AGAL como nos cursos levados a cabo por várias organizaçons por todo o nosso país.

É o momento de avançar, de tirar proveito de todas as potencialidades da nossa língua, mas, sobretudo, de aunar vontades na ilusionante tarefa de recuperar a dignidade no nosso povo.

María do Carmo Henríquez.
Presidenta da AGAL

ELIAS J. TORRES FEIJÓ

O FUTURO DO GALEGO

Dous fenómenos significativos tornárom a colocar de actualidade nos meios culturais e políticos da Galiza um problema que, aliás, nunca o deixou de ser: a questom normativa e, a ela directamente ligado, o assunto da normalizaçom lingüística e cultural. Fôrom esses fenómenos: o uso lingüístico de Camilo Nogueira no Parlamento Europeu e as declaraçons do presidente do Conselho da Cultura Galega, Carlos Casares, criticando a «extravagância» da norma oficial do galego a respeito do intersistema cultural galego-português (ou, se preferirem galego-luso-afro-brasileiro-timorense). Os dous fenómenos tenhem a ver com a dimensom internacional da nossa língua e com as suas possibilidades comunicativas: dos galegos e galegas co mundo e do mundo com galegos e galegas; mas nem por isso deixan de colocar o problema interno: os modos comunicativos entre os cidadaos e cidadás da Galiza em galego.

Nogueira, desejoso sem dúvida de usar como galego a língua galega no Parlamento Europeu, nom tem problema em fazê-lo oralmente, ao ser o português língua de trabalho da UE: basta polir de castelhanismos a prosódia, a fonética, o léxico...: usar o galego genuíno, ainda vivo na Galiza, quanto mais genuíno mais próximo da variante lusa, mantendo as nossas variantes legítimas. A dificultade surge com a norma galega por escrito: nom podia utilizar a oficial: o Governo Galego nom reconhece a sua língua como língua da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que é como é conhecida internacionalmente o que nós denominamos galego; **a norma oficial galega, nutrida da ortografia e morfologia espanholas, manifesta a nossa precariedade lingüística, duramente castelhanizada.** Nogueira, impossibilitado, tem que se acolher à norma mais próxima: a portuguesa, que, paradoxalmente, reflecte maior genuinidade galega do que a nossa oficial actual.

As declaraçons do presidente do Conselho da Cultura Galega, espelham precisamente essas precariedades da nossa ortografia e, em parte, da nossa cultura actual, porque, nom o esqueçamos, a norma é umha maneira de nos situarmos no mundo, umha orientaçom. Reflecte igualmente a insolidariedade em que o galego se acha a respeito das outras variantes do nosso sistema lingüístico, insolidariedade também co próprio povo galego, a quem som negadas as suas possibilidades culturais, como utente e produtor de cultura; e nom só culturais: também o acesso na própria língua às instruçons dumha máquina de lavar, ou ao manejo dum computador.

Estes episódios, a que se une o debate interessantemente suscitado desde o Foro de Escritores Trasatlántico reunido em Corcubiom, e acompanhado desde diferentes meios de comunicaçom por escritores e intelectuais, significam um repto para todas as pessoas empenhadas na soberania cultural da Galiza, no desfrute da cultura e dos seus produtos, na defensa dumha posiçom universalista e feliz. Som umha fase do processo normalizador que, pensamos, deve conduzir o galego à reintegraçom lingüística e cultural no espaço que lhe é próprio: o único em que pode desenvolver-se com garantias de futuro e enxebreza. Nom é hora de que cada quem exiba agravos ou pedigrees. É tempo de generosidade. **É tempo de as formaçons políticas tomarem posiçom e laborarem para explicitar um novo compromisso social neste sentido. Também é tempo de as instituiçons implicadas serem receptivas ao proceso, de as organizaçons sociais e culturais contribuirem para a reflexom serena:** nem a normalizaçom nem a normativizaçom lingüísticas e culturais da Galiza som umha batalha de vencedores e vencidos: mais devem ser expressom dum processo de recuperaçom de identidades e dignidades, de encontros solidários e, sobretodo, de acesso ao desfrute com prazer de todos esses bens culturais, para assi, também, dialogar melhor com o resto das culturas do mundo, a começar polas mais próximas. Como tal proceso, a RAG deveria ser receptiva ao que aqui está a acontecer e abrir livremente um diálogo sem exclusons. O Governo, determinadas instituiçons, organizaçons de prémios, etcétera, cessar na prática da censura, deixando liberdade de opçom a escritores/as, editoras, leitores/as (muitos galegos nunca deixárom de aderir, apesar da repressom, ao caminho reintegracionista, expresso na dissidência do uso da norma oficial nas suas máximas possibilidades até ao uso do padrom português, passando por mínimos e máximos reintegracionistas), para ser a cidadania quem defina. Duas áreas devem ser preservadas do debate: o alunado do ensino nom universitário e a Administraçom, mas nom por isso deve deixar-se de se ensinar aos alunos as outras variantes do sistema, para lhes permitirmos o acesso a esses bens culturais de que falávamos.

E é tempo também de tentar um forte intercámbio, a todos os níveis, com os Países da área lusófona: desde a TV à música, do livro ao teatro... O galego, felizmente, tem futuro.

NEM A NORMALIZAÇOM NEM A NORMATIVIZAÇOM LINGÜÍSTICAS E CULTURAIS SOM UMHA BATALHA DE VENCEDORES E VENCIDOS: DEVEM SER EXPRESSOM DUN PROCESO DE RECUPERAÇOM DE IDENTIDADES

ELIAS J. TORRES FEIJÓ é profesor do Departamento de Filología Galega da Universidade de Santiago

HENRIQUE MONTEAGUDO

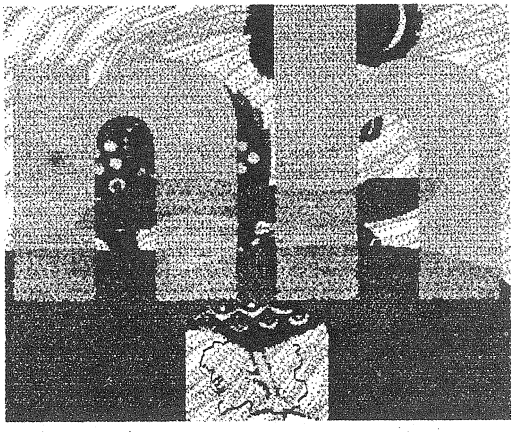
GALEGO E PORTUGUÉS, OU GALEGOS E GALEGOS

Esta tempada volve saltar ás cabeceiras dos xornais unha cuestión que, se nunca morta, si parecía bastante apagada nos últimos tempos: a problemática *da normativa*, singularmente a ortográfica, do galego culto. Sen ánimo de encirrar o debate, senón de achegar ideas constructivas, anímome outra volta a entrar na cuestión. E vou ó gran: sobre o que eu quería chamar a atención é sobre a confusión que se está a operar neste debate entre dous niveis, que obviamente están interconectados, pero que non convén identificar sen máis. Un deles é o da proxección *cara ó exterior* da cultura galega, ou, doutra maneira, sobre o idioma ou idiomas de comunicación internacional que nos convén usar nuns e outros ámbitos. Outro, distinto, é o da problemática *interna*, das discusións acerca da norma da lingua galega. No que atinxe ó primeiro aspecto, Camilo Nogueira puxo o dedo na chaga ó empregar o portugués nas súas intervencións no Parlamento Europeo. Dado que as linguas de traballo das institucións internacionais (entre elas as europeas) son limitadas, por razóns operativas doadamente comprensibles, non podemos aspirar a utilizar nelas unha lingua menor coma o galego. A solución tradicional era o uso exclusivo do castelán. Nogueira ofrece agora unha alternativa moi razoable, cal é a utilización do portugués, idioma este que nos resulta (ou, en boa lóxica, nos debera resultar) ós galegos máis próximo e familiar ca aquel.

Endebén esperar que da adopción do portugués (en forma máis ou menos adaptada) como lingua *interior* de Galicia se van derivar inmensos beneficios para a normalización sociolingüística do país (isto é, o incremento do uso do idioma en tódolos ámbitos e funcións que tivo historicamente vedados) é, como mínimo, unha ilusión, e quizais unha miraxe (un espellismo). A *forma* ortográfica da lingua é bastante pouco relevante cando se trata de promocionar o seu *uso*, só se pode asegurar con certeza que canto máis doada sexa aquela de aprender, máis facilitará a súa aprendizaxe masiva, pero nin sequera este criterio se pode tomar como absolutamente determinante. O que si é decisivo cara á normalización de uso do idioma é que exista unha forma (*variedade*) de referencia que reciba unha aceptación xeral como padrón para a aprendizaxe e os usos cultos. De toda esta problemática da normativa do galego, o que resulta dañino para a normalización social deste non é que a norma oficial sexa mellor ou peor, senón que é contestada, e non por un grupo coherente que propón unha alternativa clara, senón por unha maraña de opcións que van dos mínimos ós máximos reintegracionistas, pasando por infinidade de posibles combinacións. Cando digo que é *contestada* non me refiro a que se discuta con toda a liberdade sobre o asunto (en tódolos idiomas, tamén no castelán, existen controversias sobre a necesidade de reformas ortográficas), senón a que hai algunha xente que leva a súa disidencia ás aulas, a que existen persoas que combaten o adversario ortográfico como se este fose o seu peor inimigo, e mesmo que, en nome do reintegracionismo, prefiren utilizar o castelán antes ca o que eles chaman *o castrapo da Xunta*. En fin, refírome a que rexistran asociacións que consideran (ou actúan coma se considerasen) que a grande batalla para o futuro do galego e a ortografía e non a do uso social.

Debe ser, efectivamente, o tempo de esquecer aldraxes e enfrontamentos estériles e procurar unha saída a esta cuestión. Pero, ¿en que consiste esa saída? Na miña opinión, en que cheguemos a un consenso o suficientemente amplo como para que as escasas disidencias resulten tan pouco significativas que se sintan deslexitimadas á hora de impugnalo na práctica. Ese consenso non pode deixar contento a todo o mundo, máis ben, para ser auténtico, ten que deixar parcialmente insatisfeitos a todos, pero todos deben sentirse igualmente comprometidos coa súa observancia real. De portas adentro no noso país (onde, non nos enganemos, é que se xoga crucialmente o futuro do idioma), este é o grande desafío. Non quero soar a augafestas, pero a experiencia histórica que temos neste senso convida como mínimo a cautela, unha cautela veciña ó escepticismo. Noutras ocasións que houbo para o encontro, primou a defensa exclusivista e pechada das propias posicións, e a preferencia tacticista por arrincarlle algunha vantaxe ó adversario, antes cá xenerosidade, a apertura e a visión a longo prazo. Dito en prata de certo, os autonomistas ou rexeneracionistas non poden (non podemos) pretender porlle valados ó campo e considerar que o acordo ortográfico-morfolóxico que se alcanzou no pasado ou que eventualmente se consiga no futuro, se converta nun punto de chegada definitivo, pero tampouco os reintegracionistas poden pretender gañar un pouco de terreo en cada ocasión, para o día seguinte de conseguir un acordo, erguer de novo a bandeira do irredentismo lingüístico, desestabilizar a situación e voltar a comezar ata chegar ó seu obxectivo irrenunciable (a disolución do galego no portugués).

UNS E OUTROS TEMOS QUE SUPERAR, EN BEN DO NOSO IDIOMA, DO NOSO POBO E DO NOSO PAÍS, DIVISIÓNS QUE CASE SEMPRE SON MENOS IRREDUCTIBLES DO QUE POIDA SEMELLAR A PRIMEIRA VISTA



Uns e outros temos que superar, en ben do noso idioma, do noso pobo e do noso país, divisións que case sempre son menos irreductibles do que poida semellar a primeira vista, deixar de obsesionarnos con metas últimas e mentalizarnos de que o importante nesta viaxe é a viaxe mesma.

Á derradeira, a historia non se detén máis que para quen se pon á marxe dela.

H. MONTEAGUDO é profesor de Filoloxía Galega na Universidade de Santiago

DEBATE: A NORMATIVA DO GALEGO

CELSO A LVAREZ CÁCCAMO

O GALEGO-PORTUGUÊS E A LÓGICA SOCIAL DA ESCRITA

Quixera contribuir a este debate sobre, basicamente, as relações entre a fala e a escrita no nosso país. São reflexões gerais aplicáveis às sociedades alfabetizadas, que ilustro com o nosso caso.

Em primeiro lugar, eu penso que é necessário entender que o problema da língua escrita é pouco importante em comparança com sangrantes realidades como um nível de desemprego dos mais altos de Europa (um 40% entre as mulheres galegas), a desfeita económica e ecológica, ou a cleptocracia galopante. Mas a questão do controlo da língua não está desligada destes problemas, claro, e prova disto é que são os mesmos poderes os que, desde há já várias décadas, são parcialmente responsáveis tanto da desfeita económica quanto da provincialização crescente das culturas galegas, nas aras duma modernidade que só mostra o seu rosto mais cruel.

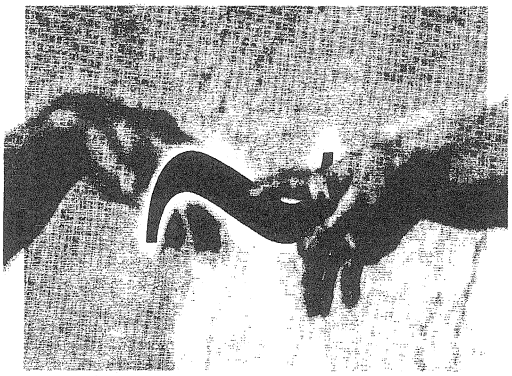
Está claro que uma forma escrita codificada dum idioma é simultaneamente um instrumento prático para a colectividade e um instrumento de poder para uns poucos. Em todas as sociedades alfabetizadas a língua escrita tem a função de distinguir os que «sabem» dos que «não sabem», e os que podem falar publicamente da língua dos que não podem. Isto acontece, naturalmente, também com o espanhol, mas as consignas democráticas da «escolarização universal» e do «acesso igualitário à cultura» estão tão fortemente enraizadas que já nem percebemos a função selectiva do espanhol oral e escrito na vida diária.

O segundo princípio geral é que, em todas as sociedades de classes, este filtro selectivo da palavra escrita para distinguir os que «sabem» dos que «não sabem» funciona igualmente seja qual for a forma específica do padrão escrito. Quer dizer: qualquer meninho pode aprender qualquer grafia para o seu idioma. Mas, for qual for esta grafia, na escola os meninhos e meninhas vão sair classificados em detalhadíssimos rankings de saber que levarão depois na sua vida como uma carga social de difícil antídoto. Quero salientar isto para questionar os argumentos sobre a suposta «facilidade» ou «dificuldade» duma ortografia sobre outra. Não é essa a questão, nem na Galiza, nem no Alentejo ou os Açores para a aprendizagem da ortografia comum para as suas falas respectivas, nem em Puerto Rico ou Huelva com a aprendizagem da ortografia espanhola comum para as suas falas respectivas.

A terceira constante social é que a adopção de normas escritas para um idioma está sujeita aos interesses de diversos grupos de poder económico, político e cultural. Estes interesses são variados. As elites económicas preferem uma norma escrita que lhes dê vantagens nos mercados. As elites políticas, uma que simbolize e defenda os seus princípios programáticos (por exemplo, a «unidade da pátria», a «diferença», a «identidade nacional»). É aqui que as letras funcionam como símbolos ideológicos, e um ñ, um lh ou um ã com tilde são muito mais do que traços arbitrários. As elites culturais, pola sua parte, querem uma norma controlável, cujo domínio lhes permita acumular prestígio e capital simbólico (e também material, na forma de prémios e subvenções). Aqui, de novo, o mecanismo de desigualdade social através da palavra escrita está baseado num jogo duplo: por uma parte, supostamente «toda a sociedade» conheceria a norma, «democraticamente»; mas, por outra, só umas poucas pessoas a dominam de maneira que extraem dela benefícios, ora porque «trabalharam» sobre ela toda a sua vida, ora porque «têm mais iniciativa», etc. Reparemos em que são exactamente estes mecanismos que sustentam a desigualdade económica inerente ao capitalismo de livre mercado: como todos temos as «mesmas oportunidades», as diferenças de classe devem-se a factores «individuais» como a «iniciativa própria», a «dedicação ao trabalho», a «criatividade», etc.

Em resumo: A representação escrita do idioma galego responde à lógica social exposta. Não há nada mágico nem espectacular nesta situação. Usar uma ortografia espanhola para o galego está ligado a um mercado linguístico e cultural interno, sempre dentro do âmbito cultural de Espanha, onde «o galego» não deixa de ser definido constitucionalmente como uma «lengua española». Por contra, utilizar a ortografia vigente em Portugal e outros países inscreve-nos num mercado cultural e económico amplo, que abarca, significativamente, outros estados. Isto último poderá ser bom para as elites económicas (mais mercado), mau para as elites políticas nacionalistas de todos os signos (perda de «identidade»), e arriscado para as elites culturais. O problema é que dentro deste novo âmbito a competitividade cultural será muito maior. O valor de mercado dos produtos escritos galegos, por exemplo, cobrará uma outra dimensão. Algumas mediocridades culturais afundirão-se definitivamente, alguns valores hoje desconhecidos sairão à luz. Alguns trabalhadores da língua perderão o seu trabalho, outros por fim o conseguirão.

Mas o resultado concreto é pouco predizível. As elites que agora controlam a língua não querem ainda arriscar-se a que na Galiza se utilize a ortografia comum galego-portuguesa, porque é incerto quem a controlará depois. No entanto, a gente não lê.



XOÁN G.

CELSO ALVAREZ CÁCCAMO é sociolinguista e professor da Universidade da Coruña

DEBATE: A NORMATIVA DO GALEGO

ELVIRA SOUTO

APRENDER DA HISTORIA

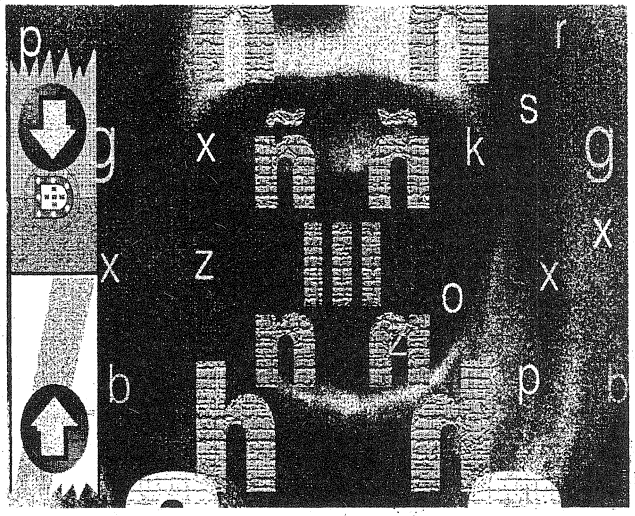
Lembraremos antes de mais nada um feito bastante esquecido: o 25 de Fevereiro de 1980, umha comissom de especialistas presidida por don Ricardo Carvalho Calero (primeiro catedrático de Lingua e Literatura Galega) e designada pola «Xunta de Galicia» (sic) para sentar as bases operativas da normalizaçom lingüística e gráfica da lingua galega, «a partir de critérios que puderan merecer xeral aceitación», logrou depois de várias sessons de trabalho o pleno acordo sobre o que denominarom as «Normas ortográficas do idioma galego». Tratava-se de um padrom ortográfico e morfológico flexível que deixava aberta a possibilidade de futuras modificaçons no sentido de se conseguir umha «ortografia mais histórica, ou mais económica, ou mais solidária de outras formas do románico hispánico ao que o galego pertence».

Vinte anos passados desde aquele histórico, ainda que mui tímido, acordo, que chegou a ser publicado mas nunca distribuido, encontramo-nos —quase— no ponto de partida. Só que entretanto a história nom se detivo e nós nom podemos ignorar a liçom que esses vinte anos nos ensinam. A simples observaçom da acelerada perda de falantes que sofre a lingua entre os jovens depois de duas décadas de controvérsia, durante as quais as vozes disidentes forom —como aquele acordo— silenciadas e perseguidas, há de levar-nos a concluir que algo marcha mal, que algo nom funciona. E umha das cousas que sem dúvida nom funciona é a chamada «normativa», o estándard, o padrom que se ensina nas escolas, que é o aspecto que aqui nos interessa.

Insistimos, esta «normativa», que tantas vezes se defende em termos pedagógicos como a melhor possível alegando-se que a sua quase-identidade com a do espanhol evita problemas aos escolares (mais problemas se evitariam ensinando umha única lingua), na multilingue a clareza só resulta possível de se manterem bem separados os diferentes códigos e se evitarem, na medida do possível, as interferéncias (mais exactamente, no nosso caso, as transferências do espanhol para o galego).

Quem esgrime o argumento das dificultades didácticas da ortografia histórica talvez esquece que: a) os escolares galegos tenhem um coeficiente de inteligência similar, nom inferior, aos escolares chineses ou catalans, por por dous exemplos aquí mui pertinentes; b) em termos estatisticos, e medida sem referência a outra lingua, esta ortografia nom apresenta mais problemas que outras do seu entorno (o castelhano, por exemplo); c) tem a vantagem de evitar que nos sintamos estrangeiros perante umha grande parte da nossa literatura; e d) no fim de contas todo depende das nossas próprias aspiraçons: quem aspira á total repatriaçom lingüistica nom pode conformar-se com ver na sua lingua umha excrescência apendicular doutro idioma.

Que um bom estándard, por mui feliz que seja a sua formulaçom, nom vai ser a panaceia



realidade —na realidade da experiência prática— leva anos impedindo esses escolares de adquirirem, em galego, a plena competência lingüística e comunicativa. Por que? Porque a clareza é um dos alicerces mais firmes em que assenta todo o aprendizado lingüistico que nom se limite a simples memorizaçom de algumhas regras ortográficas e gramaticais. E num ensino que ponha fim a agonia social do idioma, é óbvio. Que um bom estándard, nascido do diálogo, capaz satisfazer as necessidades de docentes e alunos (e nom só) seria instrumento eficaz na árdua reabilitaçom do galego, e, se calhar, ainda mais óbvio.

ELVIRA SOUTO é professora de Didáctica da Lingua e a Literatura na Universidade da Corunha

O Fado Galego

RAMÓN REIMUNDE

(A Amália Rodrigues que nos deixou, agradecendo quanto nos emocionou com o seu canto).

(..Pois dar de beber à dor é o melhor, ja o dizia Mariquinhas...).

Racho o meu siléncio jornallstico incitado por um tema apaixonante que vem de sair nos jornais do país, nomeadamente no corunhês 'La Voz de Galicia' nos últimos dias, referido ao asunto da normativa ortográfica do galego. O detonante foi o eurodeputudo Camilo Nogueira ao utilizar o português, língua oficial da UE, e nom o espanhol que empregam outros deputados galegos. Um artigo de opiniom favorável ao achegamento ao português e aprobación do proceder de Camilo, da autoria do sempre sensato e prestigioso artista e intelectual Isaac Díaz Pardo, seguido de outro favorável ao cámbio reintegracionista da normativa do professor universitário Elias Torres, replicado por outro conciliador do professor Monteagudo procurando nom ficar desbancado na carreira apesar de que é do ILGA, e ainda umha opiniom de Maria José Queizán e um apoio de Carlos Casares e Suso de Toro em reuniom de escritores. Estes som os precedentes que abrem umha questóm polémica nunca esquecida de todo, que nos últimos tempos estava congelada ou perdera virulência. Nom som leitor habitual mais que do Progreso, que se recebe na nossa casa desde o ano 1937, e quero que seja neste jornal no que acostumo publicar os meus artigos onde se faga pública a minha opiniom sobre o tema, e ja que no jornal La Voz publicarom por primeira vez desde hai anos um texto em galego reintegrado, nom imos ser menos em Lugo e assi vai exercito na normativa que julgo melhor para a nossa língua e que o leitor poderá avaliar se é comprensível ou nom. (Falar vou seguir falando como o fixem sempre).

Eu mantenho um posicionamento reintegracionista impecável desde 1979 e tenho confesado públicamente o meu amor e paixom por Portugal. Publiquei artigos (alguns muito claros em Faro de Vigo, 1984), escrebim libros individuais e colectivos , dim conferências, cursos radiofónicos, ensinei o galego aos meus numerosos alunos durante vinte anos conforme às minhas ideias, fum suspendido injustamente duas vezes em cátedra dessa disciplina académica e fum silenciado e esquecido nos circuitos do poder cultural do país por essas ideias reintegracionistas, até o ponto de ver-

me obrigado a utilizar só os decentes mínimos reintegrados para poder publicar. Digo isto com toda modéstia pero com orgulho para apresentar o meu currículo a quem nom me conheça. E a seguir formulo algumhas perguntas: ¿que podem pensar os galegos coma mim que por usar umha normativa lusista forom excluídos das prebendas oficiais e passaron à lista negra das editoriais que interesadamente se pregaban à norma oficial (Xerais, Galaxia) agora que parece que voltam a soprar ventos reintegracionistas? ¿Em que perdimos o melhor da vida intelectual neste país de triste fado que nom escuita aos que com sobrada razom científica lhe amosarom um caminho certo para recuperar o prestígio escrito do galego e reintegrá-lo na sua área lingüística galego portuguesa? ¿Quem restituirá todo o dano que se nos causou e recuperará o prestígio silenciado de um milhar de galegos de grande valia? ¿E teremos que soportar agora liçcoms de achegamento a Portugal e à grafia do português precisamente dos que nos atacarom para nom perder a sua influência de pequenos tiranos provincianos? ¿Vam ser os inimigos públicos do português infiltrados na RAG, os que defendiam um galego enxebre das montanhas válido até Os Ancares, os que nos levem a um achegamento (nom só ortográfico) com Portugal? ¿Quando teremos umha Académia de verdade que opere com a profesionalidade e saber da RAEL em colaboraçom com as outras Academias? ¿Quando reconheceremos públicamente a D. Ricardo Carvalho Calero como o máis grande lingüista e pensador do século XX? ¿Quem responde? Naturalmente, essas perguntas inoportunas nom som políticamente correctas e hai que esperar a que os políticos cámbiem de chip e onde ontes dixerom nom manhá digam si com toda a cara dura do mundo, aliás de lembrar-nos que nom hai que botar lenha ao lume, que hai que cicatrizar velhas feridas e que todo se deve fazer pacificamente.

Ademais, essas nom som as perguntas claves agora. O núcleo da questom normativa está numha verdade silenciada aos galegos e aceptada por todas as universidades do mundo: o galego e o português som a mesma língua. Duas variantes fonéticas do mesmo sistema lingüístico (90% do léxico, 75% da morfosintaxe, comum).

A partir de aí, pensar que se tem que escrever de forma semelhante, preservando a sua diferente fonética e certas normas de uso, é algo óbvio. Assi o veu Castelao, nada menos, que em carta manuscrita a Sánchez Albornoz, nada máis, dice textualmente: "o galego ten que chegar a confundirse co portugués". Assi o confirma a doutrina assentada desde os textos medievais, a prática dos precursores, Pintos, Valladares, Murguia, Pondal, Viqueira, Correa Calderón, Bouza Brei, Risco, Carvalho Calero, Jenaro Marinhas, Guerra da Cal e tantos escritores actuais, sem contar insignes filólogos foráneos como Menéndez Pidal, Paul Teysier, Corominas, Coseriu, e por suposto portugueses como o Pfr. Rodrigues Lapa. Se isto é assi e nom se pode ocultar por máis tempo aos galegos ante o problema dumha normativa rural e insuficiente para a economia e a situaçom cultural da Europa de hoje (umha grafia extravagante espanholizada e anacrónica), e se os Fragas, os Lorenzos, os Filgueiras, os Constantinos, os Alonsos e os Riegos nom tenhem poder eterno, a Deus graças, hai que conceder que os reintegracionistas devemos ter muito que dizer nesse achegamento ortográfico ao português. Estábamos calados pero nom vencidos, porque nom se pode deter o curso da história, nem menosprezar a forza da razom e menos ocultar a identidade dumha língua e asovalhar à gente que defende outras ideias em nome de obscuros fins.

Ricardo Carbalho Calero

EP

Como conclusom urgente resumirei, fazendo futurologia, que chegaremos a conseguir despois do 2.000 que a expresom culta do galego seja muito próxima ao português, tam semelhante como entre as modalidades españolas peninsulares ou americanas. E permitirá-se um reintegracionismo parcial e controlado polo poder em aras de sacrifício necesário imolado à Santa Economia que todo o pode, patrocinado desde a Comunidade Europea e para a informizaçom da Regiom Galiza-Norte de Portugal, precisamente pola via que menos se esperava. Esse é o fado galego, um destino cruel, a forza dum sino que o levou a perder todas as batalhas durante dez séculos, deturpado, vulgarizado, ruralizado, limitado a umha expresom oral popular o que foi língua de reis e de poetas. Mais a batalha final, a da supervivência, pode ganhar-se no século que vem se actuamos cabalmente, com realismo para que nom seja duro de asimilar polos velhos e com boa educaçom para ensinar aos novos umha ortografia muito fácil de apreender em dez anos de estudos, que nos proporcione definitivamente a grafia internacional que precisamos para a complexa vida actual. Com optimismo, porque desejamos o melhor para a nossa terra e a nossa língua, esperamos o futuro com esperança de que por fim o fado galego seja favorável umha vez. Perdemos todas as batalhas e ganhamos a guerra.

E assi retornamos ao princípio das cantigas, a esse fado que cantou Amália com coraçom aos berros, esse trino de guitarras doentes, esse canto popular em octosílabos como o nosso, algo trágico e lisboeta, menos triste do que se dice ("Som espanholitos, som os espanhois, som caracolitos, som os caracois") que amamos porque entendemos, e entendemos porque está dito na nossa mesma língua, melhor quando a canta Maria do Ceu, e nisso está o quid da questom. O problema nom existe. Nom hai problema. Fim.

Lunes
1 de noviembre de 1999

INCONFORMISMO DE FIN DE SÉCULO

ISAAC DÍAZ PARDO

O DESENTENDIMENTO DE NÓS OS GALEGOS

Alguén está interesado en que os galegos non nos entendamos e aproveitan pequenas fendas para meter o ferrón e partir o que ten que estar unido.

Unha nova nun xornal galego espalla que un grande polígrafo, a quen moitos admiramos, tamén pola súa conducta, faille dicir que iso da revisión da normativa é cousa de insensatos, como...

Meu querido e admirado amigo non pensou ben o que dicía, si é que o dixo, pois polo mesmo motivo estaríalle chamando insensatos a Murguía, a Vicqueira, a Carballo Calero, a Castelao, a Paz-Andrade, a Joan Corominas e ata a Pompey Fabra por ter limpado o catalán de castelanismos.

Sabemos que hai moitos escritores que pensan o mesmo que o noso amigo que chama insensatos a quen non pensa coma el, pero Galicia é algo máis que un feudo de escritores que apoiados nun legalismo convencional dunha lei que é lei porque non hai máis lei que a lei que hai, nos obligan a escribir nunha lingua invadida de castelanismos, que é un castrapo máis que un galego.

Porque non se trata de escribir como os portugueses, dos que somos acreedores, se non de tentar ir limpando a nosa lingua das cousas alleas que nos meteron nove séculos de dominación mesetaria, e sobre todo dos coarenta anos de franquismo que nos fixeron retroceder todo o que se ganara nun século antes do ano 36, na nosa cultura, non só na lingua.

Falando castrapo e escribindo nesta «estravagante ortografía» ou falando portugués, o importante é que perviva o que creo a nosa cultura, que é a maior creación de Galicia que prendeu en 200 millóns de habitantes da terra. Por todo, non podemos estar conformes con que se impuña, a estas alturas, unha normativización da escrita apoiándose en poderes establecidos que nos teñen rexeitado libros de Castelao, de Carballo Calero, de Paz-Andrade... por non estar sometidos a esa normativización, típica do nacionalismo mesetario que nos meteu na nosa fala tanta «ñ» (caminño, muiño, fariña, cortiña, fouciña...).

Logo de 22 anos de democracia está máis que xustificado que se deixe en liberdade a nosa fala para sometela a un debate de carácter científico, e non normalizándoa a corazonadas.

Logo do debate e da experimentación xa virá a norma que corresponda, en función non só da literatura, pois as falas non as fan as academias nin os institutos, senón que as fai o povo co seu comercio e as súas necesidades comunicativas, e, sobre todo, de quen se fai cos recursos económicos, como fixemos os europeos ao colonizar América, como, agora o estamos vendo, o que sucede en Filipinas e en Puerto Rico, e o que pode pasar acó coa colonización económica que estamos sofrindo, se non despertamos a tempo, que está arrinconando a nosa fala a un carácter litúrxico.

Por un asunto profesional, istos días, nunha escritura tiña que ir, e foi, a palabra **ourivesaría**. O avogado comunicounos que non existía nos diccionarios, que o máis parecido da función que correspondía era **ourivería**.

¿Como é posible? A explicación é que o **funcionario** que a meteu no diccionario considerou que así ficaba máis reducidiña. Do tenor diste **rigor científico** temos unha manchea de exemplos. Eu non quero insultar a ninguén, mais tampouco ficar calado.

CRÓNICA DAS 'JORNADAS SOBRE LAMAS CARVAJAL'

Ramom REIMUNDE

A PALAVRA DE RUTH

O home assiste os dias 21 e 22 de Outubro do ano dos noves às 'Jornadas de Lamas Carvajal' em Ourense. Agora que as barbas grises substituírom às barbas pretas de outrora, opinará esse home com cabal sentido comum fazendo umha informal crónica objectiva deste evento cultural (?) como testemunha presencial.

Falou em primeiro lugar Carlos Casares, acatarrado, medido e com um bom equilíbrio para nom descalificar Lamas como poeta e sair do envite. Fixo isto com razoamentos sensatos e singelos, demonstrando ser bom leitor e conhecedor de Lamas, como de todo escritor ourensao.

Foi umha boa entrada em matéria lamasiana o relatório de Maria Vitória Alvarez e Ruiz de Ojeda, etc., quem explicou pulcramente o género dos catecismos cristaos, o Astete e o Ripalda, e a sua repercussom no *Catecismo do labrego* de Lamas, com grande precisom e quiçá excessiva seriedade. A seguir Pilar Vázquez Cuesta, antes portuguesa, agora emérita, apresentada generosamente por Carme Hermida, que nom falou nada de Lamas e si muito de um cego português chamado António Feliciano de Castilho, que era muito mau, falso e invejoso e nom se parecia a Lamas máis que na cegueira. Logo veu mesa redonda, mais bem um triunvirato a duo em mesa rectangular: Xosé Luís Axeitos, muito preocupado polas suas investigaçons epistolares de Murguia, do que amostrou algum adianto bibliográfico disperso. E Francisco Xavier Carro, que trouxo um ar levantisco, e em poucas palavras situou muito bem a obra e a figura de Lamas, com rigor e bom olho, a juizo deste home que lhes escreve para informar.

Pola tarde, a Excma. Sra. Pilar Garcia Negro, com mérito de ser editora da *Poesia Completa* do autor ourensao estudado, fixo um percurso histórico proveitoso e original polo XIX, e deixou aos ouvintes as suas feridas de ironia subtil e feminismo, com essa força dialéctica que ela tem.

E Xosé Ramón Barreiro, apresentado como umha referência obrigada dos estudiosos da Literatura galega (sic), —pensava o home que era de História de Galiza— (¿?), falou com singeleza excessiva e claridade obscurecida com acenos de simpatia, de certos conceitos que todos tínhamos equivocados como o caciquismo e a dialéctica entre a vila e o campo, mas sem molhar-se e sem dizer apenas (nada) de Lamas. Com Anxo Tarrio despertamos, apesar das suas divagaçons, porque falou e citou muito da teima do «espertar de Galicia» no XIX, e do Ferrocarril, e do Ave (Fénix), mas creio que se esqueceu de falar de Lamas Carvajal.

Mesa redonda quadrada com êxito por Anxo Gómez, Mercedes Queixas e Marcos Valcárcel, muito bem informados todos três e que comunicarom breve e bem polo curto preço da atençom.

O Recital musical de Antón de Santiago e Margarida Soto, tam clássico e pessado, isso si que ja nom pudemos suportar, e tivemos que sair às ruas de Ourense respirar o ar fresco. Ourense é agora umha cidade limpa e bonita, todo muito urbanizado no centro, e aquela zona velha que lembra quando tinha dez mil almas só, fai cem anos. Do que nom gostaria aquel Lamas é que nas ruas ourensás ouve-se hoje falar muito espanhol e já nom fica pau daquel jeito rural de vida.

Mas como vivemos bem, pois bebemos bem tinto ribeiro de lábio espesso popular na memória do escritor na cea do Sam Angel e dormimos no Hotel Rio Miño, dito assi por facilitar o labor ingrato dos biógrafos deste fidalgote finissecular que está feito um home, e note-se a auto-ironia.

Ao dia seguinte pola manhá Carme Hermida, professora que prepara muito bem as suas intervençons, sistematizadas, que conlevam umha leitura profunda do autor Lamas localizado com rigor no seu contexto, forneceu informaçom rica e precisa aos assistentes pacientes sem doer-lhe o tempo empregado, que nom foi pouco, com o tom sugerente e confidencial dela.

E Xesus Alonso Montero, que nom ataca hoje o home porque nom tem fóbias perpétuas em nada, e menos neste caso em que o dixo muito bem, muito medido, com a sua erudiçom proverbial e sem tentaçons políticas esta vez. Está muito bem pòsto em questom de *Tio Marcos da Portela,* e foi a sua umha conversa interessante como leitura de um longo artigo que já começara esse dia em *La Voz* con «Roque Grilo Berzas», sempre de agradecer pola sua perspicácia investigadora, e ainda que nom entrou em profundidades literárias nem poéticas do autor estudado por prudência, parece compreender muito bem a literatura popular autêntica.

Esperanza Mariño, comparou o *Catecismo do labrego* com um texto asturiano semelhante, sem chispa. E 'Mesa' outra vez rectangular tirada por quadriga catedrática: Xosé Mª Dobarro, divagante mas listo para polemizar com Murguia, entre águas revoltas e algo de vagáncia para preparar o assunto de que se ocupava e que algum dia conheceu bem. D. Benito Varela Jácome, tam boa pessoa, que nos merece respeito polo seu bom saber e nos deve desculpas polo seu mal dizer o que soubo, arranhou ligeiramente na poesia lamasiana sem manchar-se polos caminhos rurais de ídem. Xosé Manuel Salgado contou anecdotas, mesmo as ourensás e sabidas por todos e Xesus de Juana, muito doutorado em História e ideologias finisseculares falou dos tempos da «restauración» em finíssimo espanhol, dando a impressom de que nom lera o autor homenageado, aliás em documentos de segunda mao, quer dizer, usados, já antes por outros.

Ao final, os alicerces do edifício conhecido popularmente como a 'Casa de Chocolate' tremerom, justo uns minutos antes da descafeinada cirimónia final com que as autoridades políticas fecharom o acto, quando umha moça que nom viña no programa reivindicou a figura enxebre de Lamas e dixo as palavras críticas mais contundentes. Aquela moça com aquel de estudante, moreninha ela com óculos, outorgou sentença culpável com voz suave ao professor De Juana que tinha falado em espanhol, —horroroso sacrilégio em acto galeguíssimo em honra de L. Carvajal— com essa força que só se tem na juventude. (Na juventude, ai!, flores e calores de primavera, todo promete e somos algo aloucados; mas na madurez, recolhem-se os frutos de umha vida, algumha castanha, vem o frio da razom e depois da queda da folha esse final do outono que é morrer). Lamas sorriu desde o Ceu dos bons e generosos e por umha vez aquel cego viu umha nova luz que renasce na sua Terra. O home entom viu claro que as jornadas nom tinham servido para nada em Ourense, se nom fosse por aquilo, por aquela moça, seguramente neta e filha de labradores ou quiçá rapazinha de cidade, de nome Ruth, um perfume bíblico que invade a mais formosa história de amor com Booz no Antigo Testamento.

O home saíu com o seu diploma muito orgulhoso da sua ressistência física e subiu para o Norte por essa estrada de Monforte que nom se quer separar do Minho até os Peares, onde o Sil sem fama e com água chega para facer um rio verde de verdade, sem encoros em coiros da paisagem anegada. Estes rios chegam ao Portugal que amamos, a aquel mar que é o viver e alá vai algo nosso desde o Norte meirês e mirandês que inventou Cunqueiro.

O home regressa à sua casa pensando que foram umhas jornadas sosas, com amabilidade fria por parte das azafatas e organizadores, com pouca assistência, com muito catedrático e pouca cadeira cómoda. Ben podiam pôr outros assentos que nom fossem de plástico no Salom de Actos da 'Casa de Chocolate', que os que aguantarom com cu ali as quinze horas das jornadas podem acabar com o hemorroide embravecido e atribulado. E as sessons fôrom muito pesadinhas, interessantes si, mais para iniciados e conhecedores do autor, que se contam com as maos e sobram dedos, o que é para o home da rua nom, nem se inteira nem lhe interessa. Pensa o home que se devia potenciar a figura de Lamas entre o povo, que foi por quem el luitou e publicou os seus versos semanários ou jornais, e que todos estes listos e estudados no fundo nom entenderám nunca o cerne da *litteratur vox populi.* Valentim Lamas Carvajal bem merece um viva! só por escrever em galego para incultos daqueles tempos e por ajudar-nos a conhecê-los melhor.

Tamém opina o home que Lamas tem muitas coincidências com outro mal menor entre poetas diádocos, Manuel Leiras Pulpeiro, o popular médico republicano ainda que mindoniense, do que mesmo se pensa que escreveu umha carta ao Tio Marcos, quer dizer, ao própio Lamas, em 1877 exactamente, madrugador na epístola em língua do país, que tamém fixo autêntica poesia popular destinada ao povo comum e currante com grande acerto, e olha por onde se lhe vê o plumeiro a este home do Norte que tam imodestamente e em segredo sabe que conhece homes que sabem muito mais de Lamas Carvajal que todos os que ali tam cultamente falarom. Espera sem esperança por umhas *Actas* amplíssimas que se depositarám nos arquivos das Bibliotecas, e suspeita que hai gente que nunca se informa, que nom sabe de que vai o conto, que nunca lerá Lamas, nem ainda em Ourense por ourensanidade intuitiva e chauvinista.

Mas sempre se apreende algo e sempre pode conhecer o home a existência duvidosa de umha moça chamada Ruth que nos pom vermelhos de vergonha e cobardia coa sua palavra certa.

RECENSONS

A ESCOLHA DA PERIFERIA

Raquel BELLO VÁZQUEZ
(Santiago)

Carlos Quiroga apresentou na Feira do Livro de Santiago de 1999 *Gong,* a sua primeira obra, um poemário editado por Artábria com grande preocupaçom polo livro, nom só como suporte, mais como objecto estético: a fusom de cores na capa, as letras azuis, os tipos pouco convencionais, as fotografias feitas polo próprio autor dam-lhe umha aparência que o individualiza entre as colecçons monocolores que invadem as prateleiras das livrarias.

Umha das primeiras cousas que chamarom a atençom da leitora dos "Mais de 20 poemas globais e um posfácio esperançado" foi a vocaçom periférica que se percebe em moitas das escolhas que o autor fai, incluída a dedicatória aos "desintegrados", e que começam pola da norma dos máximos reintegracionistas, o que coloca o texto e Carlos Quiroga (co seu segundo livro, *Periferias*, já na rua editado por Laiovento) fora dos habituais circuítos de promoçom.

Mais hai ainda outras circunstáncias pouco freqüentes dentro do nosso actual contexto que envolvem esta obra, tal como a que pode ser considerada umha saída "tardia" para o primeiro livro dum autor, dado que nos últimos anos parece impor-se a precocidade entre os escritores galegos –sobretodo dos poetas- ou a temática das composiçons, que se afasta do erótico, assunto dominante em muitos dos poemários mais recentes. Encontramos em *Gong* um certo gosto polo que nos pode resultar exótico, em poemas que evocam nomes e paisages árabes ou chinesas, que se interrelacionam sem problema com outros onde a protagonista é a geografia compostelana

"Cai oblíquo o sol e eu tuaregue escruto a linha
onde só areia areia e areia se definha contra o céu
cá de ferro o meu cavalo entre as pernas quente
só intui Tumbuctu e as suas mulheres hospitaleiras" (p. 44)
Ao lado de:
"Vou à janela
apanho fresco
quatro horas
a noite alta
compostela em julho" (p. 31)

E junto com Santiago, o "minarete norte" (p. 60), Lisboa representada como a sua gémea do Sul:

> "Qualquer cousa de privilegiado neste estar a olhar a ferrugem do dia
> nos telhado ao fim da tarde quente de inverno
> enquanto escrevo (mas escrevo realmente) que os estou a olhar na
> cidade rugosa e única ao sul aí prá mim" (p. 47)

Nem a temática nem as formas dos poemas —compostos ao longo dum amplo período de tempo— som homogéneas: tenhem cabimento, entre outras muitas cousas, o amor, a evocaçom do pai, os desagravos, as dedicatórias persoais, o prazer de jogar coas palavras ("amarar amarantes nos amantes", p. 19; "atado ao altar de altair", p. 27) os "pequenos poemas em prosa", ou os problemas de má consciência que trai consigo a militáncia de esquerdas, que às vezes pode resultar um tanto diletante e incongruente coa própria situaçom persoal:

> "Doutor de mim e de minha miséria humana, amanhá farei disto umha jangada do agora" (p. 52)

E ainda:

> "E quê!, seu cara, ousadia de branco ocidental com dinheiro na algibeira e alguma desgraçada ideia na cabeça, seu escroto, lesma, merda-seca-senhorita!" (p. 53).

Mas se surpreendem todos estes factores que afastam a obra da "oficialidade", já seja esta política ou literária, mais surpreende, com certeza, a introduçom dum texto de índole política ou de intervençom no final do poemário, sobretodo se tivermos em conta que nos últimos tempos os poetas galegos procuram obviar na sua escrita todo aquilo que poda ser alheio a ela própria, e ainda máis se observarmos a pouca compracência do "posfácio esperançado" com quem capitaliza nestes momentos o nacionalismo.

Gong aparece no panorama galego como umha novidade por várias escolhas que o situam vocacionalmente numha dupla marginalidade do nosso sistema: fora da oficialidade e fora da "alternativa". Umha pergunta-se qual pode ser a via de difusom dum texto como este num mercado que depende em grande medida das ajudas institucionais.

TIRAR SENTENÇA DE SENTENÇA, QUE É BEM E PROVEITOSAMENTE INTERPRETAR

Miguel CUPEIRO FRADE
(Vigo)

1. ANTOLOGIA DE REFLEXÕES TRADUTOLÓGICAS PORTUGUESAS

Com o intuito de promover o avanço dos estudos diacrónicos em tradução, em relações interculturais e, por conseguinte, na história da linguagem, das ideias e da sociedade, vem a lume este livro: *O Discurso sobre a Tradução em Portugal* [1].

Trata-se de uma recolha ampla, variada e representativa, de textos sobre tradução que abrange desde o século XV até ao XVIII, com um texto final do XIX, apontador ainda das tendências setecentistas. Após uma introdução metodológica sobre historiografia aplicada à tradução, a antologia estrutura-se em três partes: a) 34 textos preliminares (prefácios, dedicatórias, etc. de obras traduzidas); b) 7 textos normativos (reflexões inseridas em gramáticas, métodos de aprendizagem de línguas, num dicionário e noutras obras didácticas); e c) 3 textos críticos. Cada uma destas três partes vem precedida de uma análise de funções e atitudes tradutoriais, relacionando-as com elementos caracterizadores da evolução histórica, literária e linguística, sem camuflar contradições e descontinuidades.

Contudo, não estamos perante uma investigação de conclusões definitivas, muito menos de arrumação histórica. Trabalho ainda pioneiro no âmbito português [2], quer ser divulgador, informativo, didáctico —para abrir caminho a mais pesquisas.

2. DO FINAL DA IDADE MÉDIA AO SÉCULO DAS LUZES

Os Autores explicam esta delimitação no tempo por ser uma fase decisiva no assentamento do sistema linguístico-cultural lusíada, num contexto geral europeu de influência latino-cristã e depois ilustrada (nomeadamente, francesa); e anterior à proliferação, diversificação e novas influências tradutoriais que se verificam a partir do século XIX.

As traduções neste período histórico têm fundamentalmente os seguintes objectivos: a) conseguir textos em língua vulgar para aumentar o prestígio desta; b) ajudar ao ensino da latinidade e à imitação dos modelos clássicos; c) cultivar um sentido educativo (o bom gosto, a beleza de estilo, a precisão expressiva) e doutrinar moralmente (evitando frases indecorosas, seleccionando determinadas obras); d) servir para o estudo de línguas.

Através da antologia podem rastejar-se inúmeras mudanças culturais, como:

—O aparecimento do verbo traduzir no século XVIII com o seu valor actual.
—A evolução das ideias morais, intelectuais e artísticas.
—O desenvolvimento dos estilos da prosa portuguesa.
—Da chefia cultural de eclesiásticos, reis, príncipes e círculo cortesão, à emergência burguesa.
—Do sentimento de inferioridade da língua vulgar face ao latim, à valorização do vernáculo.
—A irrupção das traduções de Virgílio no século XVII e de Quintiliano e Horácio no XVIII.
—A incorporação de vocábulos eruditos e neologismos (em especial, latinismos).

---

(1) José Antonio Sabio Pinilla e María Manuela Fernández Sánchez, *O Discurso sobre a Tradução em Portugal: o proveito, o ensino e a crítica. Antologia (c. 1429-1818),* Lisboa: Edições Colibri (col. Voz de Babel, 5), 1998; 218 pp.

(2) Junto com a obra do mesmo género de Carlos Castilho Pais, *Teoria Diacrónica da Tradução Portuguesa. Antologia (séc. XV-XX),* Lisboa: Universidade Aberta, 1997; 277 pp. Veja-se a recensão de Salter Iglésias no n.º 53 da *Agália,* pp. 124-125.

—A consagração de Camões, citado várias vezes.
—A consolidação do valor instrumental da tradução.
—Os destinatários dos prólogos: reis e notáveis; inquisição e censores; mocidade, discípulos e estudantes; todo o tipo de pessoas.
—A crescente importância de línguas modernas (francês e italiano).
—O começo das traduções francesas em grande escala já nos fins do século XVIII, com repercussões sobre a língua, o que provoca reacções de defesa.

3. O ENALTECIMENTO DA TRADUÇÃO

O princípio da mimese que domina o Século das Luzes reflecte-se na dignificação do ofício de traduzir —também uma imitação.

Assim, José António da Mata (1783, pp. 132-134) manifesta: "Pelo que respeita à tradução, só te posso dizer que em toda a República literária não há nem pode haver trabalho maior". E a seguir compara o trabalho do "fiel tradutor" com a arte do "perito e sábio Pintor", pois ambos devem reproduzir o que vêem ou o que lêem (noutra língua) "com todas as suas nativas cores", "não aumentando, nem diminuindo ainda a mais leve circunstância".

Assim, António Lourenço Caminha (1785, pp. 135-137) elogia com veemência a tradução ou Miguel do Couto Guerreiro (1789, p. 147) afirma que, sendo tradutor, o seu mérito não é menor que o de um autor:

> Das respostas que dou à máxima parte das Heróides, das análises que lhes fiz, e das notas que apliquei a todas as Cartas de que se compõem [sic] esta obra, e de algumas como são as de Sabino e de Sidrónio sem adminículo de Autor que me precedesse, porque não me consta que algum até hoje as anotasse, disto tudo se colige que eu não sou tão falto de invenção e de instrução que desesperasse de achar lugar ao menos entre os Autores medíocres; que a República também se compõem [sic] de plebe, e é a maior parte, e, por consequência, se vê também que o zelo da minha pátria foi quem me obrigou a muito maior trabalho do que tivera em uma simples composição. Só quem experimenta que coisa é traduzir um Autor em rima sabe as dificuldades, quase insuperáveis, que se encontram em semelhante empresa.

Na mesma intenção, João Rosado de Vilalobos e Vasconcelos (1782, p. 129):

> Conceber e exprimir bem, são os dois pontos em que consiste toda a literatura; mas exprimir bem o que outro concebe é o maior esforço e perfeição a que podem chegar os mortais. Um espírito criador é um espírito raro; porém, um espírito imitador é um espírito sublime. Este é todo o fundo da Poesia, e o que faz tão rara e tão estimável entre os homens esta dádiva celeste. Daqui nasce também a raridade dos verdadeiros Estatuários e Pintores, que foram certamente as três graças que decoraram o génio dos Gregos, e caracterizará em todos os tempos o gosto da literatura.

4. O CÂNONE HORACIANO E OS MODOS DE TRADUZIR

A *Arte Poética* de Horácio (autor da preferência dos Neoclássicos, junto com Quintiliano) foi traduzida sete vezes entre 1758 e 1794. Nela contém-se este conselho:

> Nec verbum verbo curabis reddere fidus
> Interpres...

Que se tornou uma citação muito repisada.

É um exemplo flagrante de disparidade de interpretações. O P.e António Pereira de Figueiredo (p. 117) usa-a para defender uma tradução que atenda "mais ao sentido do que

às palavras". José António da Mata (p. 133) defende com ela a tradução "palavra por palavra". Jerónimo Soares Barbosa (p. 141) interpreta a citação como contrária à tradução literal que ele defende, embora com nuances, porque traduz as palavras...

> umas vezes pesando-as e outras ainda contando-as, persuadido de que só a necessidade de exprimir o sentido do autor, e na própria língua, é que pode desculpar um tradutor de não dar na cópia os pensamentos com o mesmo traje, figura, e com as mesmas cores e palavras do original.

No entanto, acaba por confessar que acrescentou explicações.

A tradução de Bocage (p. 154) tenta "conservar na dicção toda a fidelidade possível, excepto nos lugares onde os génios das duas línguas discordam muito", recorrendo à citação horaciana para justificar a tradução do "pensamento do Autor" nesses casos.

Por último, Correia Garção espanta-se de que se traga esse conselho-citação a terreiro para a tradução, quando Horácio se refere à poesia (também Soares Barbosa, p. 141, e Couto Guerreiro, p. 146, o dizem). Para Garção, Horácio propugna imitar, não roubar e despedaçar, recomendando aos literatos "que não traduzissem [dos modelos] palavra por palavra, como um fiel intérprete". E Garção explica-o assim (p. 196):

> Os poetas devem ser imitados nas fábulas, nas imagens, nos pensamentos, no estilo; mas quem imita deve fazer seu o que imita. Se imito a fábula, devo conservar a acção, ou a alma da fábula; mas devo variar de forma os episódios que pareça outra nova e minha. *[Etc.]*.

Como essas várias interpretações indiciam, as estratégias de tradução são muito diversas. Uns frisam a fidelidade ao original, outros tomam mais liberdades, incluindo alterações (como ampliações, omissões, comentários, notas, abreviações). Uns defendem uma tradução literal ("letra de letra"), outros uma tradução do sentido ("sentença de sentença"). Uns traduzem com rima as obras poéticas latinas, outros preferem o verso solto ou mesmo a prosa. Há quem coloque lado a lado texto original e tradução. E ainda quem traduza da versão francesa. E assim por diante.

A guisa de pequeno resumo dos tipos de tradução pode ver-se o de Amado de Roboredo (1623, pp. 178-180) ou o de Sebastião José Guedes e Albuquerque (1818, pp. 199-202).

5. VELHOS EXEMPLOS

Um outro atractivo da antologia advém da mesma leitura de textos antigos. Neles encontramos arcaísmos e sobretudo construções sintácticas, às vezes menos ágeis ou até confusas, mas que têm a virtude de abrir possibilidades paradoxalmente inovadoras, rompendo os esquemas em que, por via de regra, nos limitamos na língua actual. Ou por acharmos essas frases reviradas, ou por as acharmos diferentes e também difíceis, com frequência nos encandeia a beleza delas. Como o título desta recensão, tomado de Vasco Fernandes de Lucena (p. 50), ou estoutros exemplos do Infante D. Pedro (pp. 45-47): "esguardando eu como todo bem quanto a mais presta tanto é melhor", "dizendo somente o necessário, é dito na mais formosa maneira que me parece que visse em outro livro", "Que o conhecimento da perfeição das virtudes traz desejo de serem havidas *[e]*, se não souber como há-de chegar a elas, aquilo que louva lhe traz doesto" ou:

> Este livro, Senhor, quer ser lido com boa femença segundo requerem aqueles que de boas artes e subtis ciências tratam, os quais têm tal maneira que quanto são melhores e melhor razoados, tanto querem que o entendimento lhes seja mais aplicado; porque a sua perfeição não se contenta de misturarem em o seu estudo cuidado sem proveito.

Envolvidos nessas formas, achegam-nos ensinamentos veneráveis pela sua antiguidade e singeleza. Assim, podemos deparar com trechos muito originais, válidos para citações que dêem mais brilho. Dois fragmentos para subscreverem...

a) Defensores, no campo científico, de línguas minorizadas (p. 59):

Porque ciência não é outra cousa senão um conhecimento habituado no atendimento, o qual se adquiriu por demonstração, e demonstração é aquele discurso que nos faz saber. E pois a voz não serve de mais que de explicarmos nossos conceitos por ela, manifestamente se segue que a ciência não tem linguagem e que por qualquer que seja se pode dar a entender. E, portanto, se alguma hora dizemos isto são termos de ciência: ou não sabemos ou não olhamos o que falamos. A ciência não trata das cousas que são somente imaginárias, falsas ou impossíveis, mas das certas e verdadeiras, as quais todas têm nome em qualquer linguagem por muito bárbara que seja. Que certo é que os primeiros escritores em qualquer ciência não foram buscar nomes fora de sua linguagem materna para os porem [à]s cousas de que tratavam. E pois de uma linguagem em outra se pode tirar qualquer escritura que não seja de ciência sem se estranhar, não sei entender donde veio tamanho receio de trasladar na linguagem vulgar outra qualquer obra de ciência, senão que os letrados quiseram encarecer isto por lhes parecer que desta sorte acrescentavam mais em sua autoridade.

Pedro Nunes, 1537

b) Escritores injustiçados (p. 72, abonação esplêndida):

Antiga e galante questão é (como advertiu o sagaz engenho de Santo Agostinho, em o *Livro da Constância Evang.,* cap. 7) por que razão Cristo, nosso Bem, Sabedoria do Eterno Padre, não escreveu algum livro, sendo que para Sua Igreja fora de grandíssima importância que a mesma Sabedoria de Deus incriada se escrevesse per si, antes que pela pena de Seus Discípulos. E respondem alguns que por fugir às censuras, a que todos os livros estão sujeitos. E verdadeiramente que, em parte, têm muita razão, porque uma má língua, como diz o Papa Pio II, em o «prólogo» de sua *Europa,* nem às obras divinas perdoa.

João Franco Barreto, 1664

6. REMATE.

O campo dos estudos de História da Tradução e congéneres é muito vasto e interessante. O cuidado, a articulação, a circunstância e o peso desta obra dos professores Sabio Pinilla e Fernández Sánchez deve receber-se com satisfação e abertura para novos projectos.

NOVOS TERMOS PARA A REVOLTA (*)

Alfredo FERREIRO
(Corunha)

Nestes dias em que leio *No limiar do silêncio* chega a notícia de uma morte: Jenaro Marinhas. O Mário envia-me um *e-mail* em que junta um poema do velhote: uma higiene linguística reluzente e uma patente clareza mental fazem daquele texto uma obra de grande sonoridade e imaginário poético de altura. Quem isto escreve, ignorante de muitas coisas, ainda não dedicou tempo bastante à obra deste homem que destacou pela sua ética, a sua humildade e um com certeza inusual polimento intelectual, ficando longe em coerência de todos os escritores actuais que tanto vitoriam a presente como a melhor época da literatura galega. A melhor esta deve ser, mas em termos quantitativos, os principais para a intelectualidade hoje em dia, e sempre para os âmbitos comerciais e políticos.

Em um país que tanto parece interessar-se pela sua Cultura, *No limiar do silêncio* não deveria passar desapercebido facilmente. Porém, nesta que alguns consideram recantinho verde muitas mais coisas são esquecidas das que o são em vastos continentes. Deliberadamente esquecidas. Assim, e muito embora este livro de Mário Herrero destaque no panorama literário actual, é preciso que algum amigo como eu, humildemente, se decida a fazer cumprida recensão dele, depois das evidentes dignidade e honorabilidade manifestadas pela Espiral Maior em seus galardão e posterior publicação. Porque me atrevo a dizer que vivemos em um ambiente intelectual que infelizmente forma uma outra espiral de interesses muito menos altruístas dos reconhecidos, com origem mais no *ego* do que na ultramencionada pátria, e com objectivos mais económicos e concretos das realidades a que as palavras abstractas nação, cultura e liberdade fazem em verdade referência. Digo há mais cofres e menos corações nos peitos de muitos escritores e escritoras. No entanto, os verdadeiros artistas são sempre homens e mulheres tão ricos que já nem necessitam lutar pelo reconhecimento literário ou pelo território nacional (problemas apenas dos pobres de espírito e dos Estados), tencionando apenas fazer mais compreensível a linguagem do seu coração para convertê-lo no único guia. Quem assim pensa, evidentemente, não pode ser impaciente, e é capaz de escrever hoje, aliás entre tanto *exconvicto* do lusismo, um livro como *No limiar do silêncio*: sincero, humilde, enérgico, pulcro e com uma altura literária tal que na Galiza será capaz de sair do *politicamente correcto* e arriscar-se a ficar nas margens da denominada «literatura galega». Mas é *No limiar do silêncio* literatura galega?, perguntarão não poucos reparando antes no adjectivo do que no substantivo. Eis a atitude do verdadeiro artista: a lei física que impede a fusão de água e óleo funciona inexoravelmente, com tempo suficiente, também na literatura. Quem tiver neurónios para reflectir, reflicta!

Embora a relação entre o contexto literário-cultural galego e a presente obra seja certamente relevante, este livro de Mário Herrero apresenta umas outras profundezas de carácter estritamente compositivo. Quanto ao imaginário, destaca neste livro o conceito de «construção» como produto do «Sistema» disciplinar da sociedade, tanto no aspecto concreto quanto nos modelos mentais criados por ele para o controlo social. O Sistema é neste sentido o Grande construtor, como se de uma poderosa maçonaria diabólica se tratasse, até da nossa identidade, pelo que consegue sermos verdugos de nós próprios por quanto fazemos,

---

(*) Sobre *No limiar do silêncio (poemas da estrangeirice)* de Mário Herrero. (VII Prémio de Poesia Espiral Maior).

ao mesmo tempo, parte dele, sendo também origem desta grande contradição identitária. A oposição entre o fluxo múltiplo e eterno de acontecimentos para além do controlo humano e o edifício identitário construído pelo Sistema explorador manifesta-se no primeiro texto, em que se exprime com a dicotomia: «*Le devenir e non l'histoire*» (p. 17). Esta é a dicotomia principal que, no plano social defende o poemário. A partir daqui, o autor apresenta uma realidade devastada tingida por uma atitude quase catastrofista, e que com frequência desemboca em um marcado niilismo (p. 29): «[...] facas / que certificam a esmagadora realidade / de um fracasso».

No limiar do silêncio é, nomeadamente, um livro de poesia social. O Grande Inimigo da sociedade, quer dizer o Estado, tem no «discurso» que constrói uma sorte de versão *oficial* que se nos impõe para interpretarmos o mundo e a nós próprios, e que na realidade significa a nossa morte como seres humanos dignos de tal nome («Há palavras que destruem o mundo», p. 26). Partindo disto, o poeta revela-se como alguém capaz de usar essas mesmas armas da comunicação com intenções revoltárias. Neste ponto a escrita poética pode encontrar uma *fórmula verbal* para lutar contra o Estado, como se de uma alquimia da palavra se tratasse, ao estilo dos *Versos áureos* de Pitágoras. Porém, a atitude do poeta não é mágica nem esotérica, senão tão rebelde que pega na blasfémia como pedra atirável contra o telhado do «edifício» estatal: «[...] blasfemar frente às imagens dos deuses / atravessar com adagas os corações das princesas / derruir o edifício» (pp. 45-46). Não posso deixar de perceber isto como o protesto daquele que quer agredir os elementos como os quais foi «obrigado a comungar» pelo Sistema (agora como soma de Igreja mais Estado). A linguagem, imaterial hipótese de infinitas manifestações comunicativas, torna-se início de tudo e símbolo da Criação (o *verbum*), e concretizada em blasfémia vira uma arma contra o Sistema que pretende utilizá-la para obrigar-nos a acatar uma sua e muito interesseira versão da existência: a que nos converte em gado com o qual negociar, dado que somos propriedade do Sistema do qual fazemos parte e nos dizem governamos. Por isto também não podemos exculpar-nos, pois somos inimigos confessos de nós próprios.

Também este livro é uma obra ateísta. Os ataques à religião sofrida patenteia-se na interpretação que o autor nos propõe em alguns dos mais conhecidos conceitos promovidos pela Igreja institucional. Assim, o Inferno é uma experiência social, um ódio concertado que oculta uma total desumanização: «calar a matança» (p. 37). Desta perspectiva, Deus só pode ser uma invenção para despistar-nos e desiludir-nos, e perante esta infelicidade não há espaço para acreditar na Bondade divina, que fica absolutamente desacreditada: «[...] uma velha deixará flores junto aos seus olhos, / perguntando-se ainda / por que o tribunal de Deus / está regido polos homens» (p. 38). Apenas uma pequenina fenda em todo o livro admite a hipótese da utopia, ou se quisermos, do Céu: ainda alguém deve possuir, em algum recanto, um «saber de oásis» (p. 38), o qual, em um dado momento, pode resultar ser, entendida às avessas a afirmação do poeta, a acção de ler: «o Inferno é uma Biblioteca / onde ninguém sabe ler (p. 34).

O poemário também atende o espaço do individual que, quando em fusão com o plano social, pode dar lugar ao confronto de visões que faça vir a luz o poema. O paradoxo aparece como um dos grandes recursos do livro: «herdarás palavras de vento, / miséria e glória para ti. / Chorarão nos teus lábios» (p. 29). Mas em ocasiões o *eu* só consegue solicitar uma casca que oculte a esterilidade dos maus frutos do mundo: «constrói um silêncio! / constrói para mim / um silêncio! / dá-me uma sombra / que oculte esta obscena mentira» (p. 32).

Já na segunda parte, em que se nos fornece a chave interpretativa da «ordem das palavras» (p. 19) como sendo e a «estrutura da batalha» (p. 39), o discurso poético inicia o fogo com todas as suas armas, em uma atitude de denúncia do *estupro* sofrido pela humanidade devido ao impudor do Sistema que dirige a nossa vida de jeito mesquinho. A batalha atin-

ge dimensões existenciais, já para além do terreno social. O Sistema, em certo modo, torna-se alegoricamente o Monstro que há que destruir, e suas «construções» o exército que ele comanda e que devemos combater. O autor fala de um Deus passivo, do Céu e do Inferno, assim como, implicitamente, do Diabo: o verdadeiro inimigo que empece o longo caminho para a Utopia. É isto ateísmo? Sim, categoricamente, porque se dá uma negação total de Deus desde que construção do Sistema. Revissem a obra dos grandes ateístas e comprovarão que foram, quase sem excepções, grandes defensores do espírito e fulcrais inimigos do discurso da Igreja. Portanto, não por ser esta obra um livro ateísta tem de deixar de defender uma perspectiva moral da existência. O seu niilismo, por exemplo, é uma estratégia utilizada na batalha contra o Mal, se convertendo *No limiar do silêncio* em um livro de ética poética que visa orientar uma épica do desespero: muito perto se encontra já o silêncio (lembremos o título), o final do verbal que implica o fim da sociedade. Situa tudo isto o poeta entre os que consideram o homem um animal social, e denuncia a depredação social fundamentada no materialismo do Estado. Entre o aparato do Estado também não faltam aqueles que prostituem as musas: «O literato de nómina cospe fel nas sombras da história, / a sua mão oferece as bênçãos para a segurança / do Estado. Não há mundo melhor para o criadores de sonhos» (p. 49).

Quanto ao estilo, o discurso poético parece construído com inúmeros quinhões desarrumados de imagens poéticas, o qual parece apropriado a uns poemas que nos falam em termos de batalha, desespero e ruína social. É talvez um intuito casual de poética *fin de siècle* e decadentista? De qualquer modo, é evidente que procura achar um terreno novo em que assentar novos cultivos literários, e neste sentido uma referência inescusável para aqueles que partilhamos certas focagens sócio-literárias na Galiza. Voltamos à supradita questão: é *No limiar do silêncio* literatura galega? Muitos vão assumir que não, embora possam dizer que sim ao autor. E possivelmente não seja, como também não Literatura portuguesa. Mas logo há-de precisar um nome aquilo que amadurece dia após dia. A ver vamos.

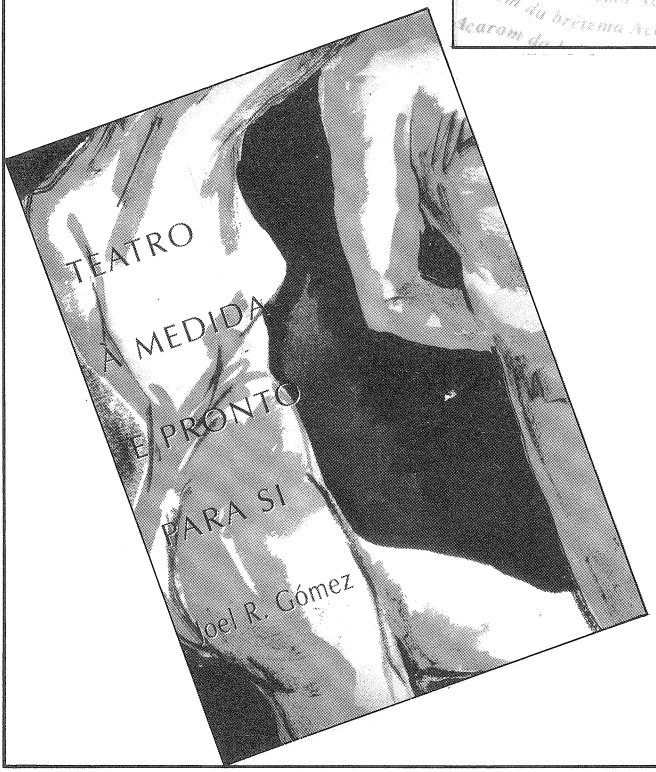
Celso Álvarez Cáccamo escreve para *No limiar do silêncio* um limiar que, com muita proximidade afectiva, não esquece apontar certeiramente, e em ocasiões com licenças poéticas, conceitos ou perspectivas que de facto são pontos fulcrais do poemário: o niilismo que subjaze à contradição achada por Álvarez Cáccamo entre a «ânsia de revolta e o amor que se nega» (p. 10); a omnipresença do Estado ou Sistema repressor que, em verdade, o Mário, salvo mínimas excepções, não nomeia.

Em fim, este livro fala em derrota, mas da material, porque a denúncia que implica a atitude revoltária que preside a obra nos comunica a existência de espíritos ainda livres que trabalham contra o Sistema de modo a achar uma arma definitiva que o possa derrubar. Talvez estejamos no limiar do silêncio, mas o limiar não é o silêncio mesmo. Ainda podemos aviventar um novo cancioneiro de sons como este do que eu, modestamente, contribuo com muita honra a reflectir um novo eco.

Os meus parabéns mais sinceros para o autor, para o editor e para o júri do VIIº Prémio de poesia Espiral Maior.

ACAROM DA BRÊTEMA

JOSÉ ALBERTE CORRAL IGLÉSIAS



AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro números):

Membros da AGAL	3.000 ptas.
Península Ibérica	3.800 ptas.
Europa	4.200 ptas.
Resto do Mundo	4.600 ptas.

NOME.....

MORADA.....

.....

LOCALIDADE.....PAÍS.....

DATA...../...../..... ASSINATURA

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número..... inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 2091-0450-48-3040018887, Caixa Galícia de Ourense (Oficina Principal), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.

☐ Domiciliaçom bancária.

☐ Giro postal ou giro urgente n.º.....

A ASSOCIAÇOM
G GALEGA
A DA LÍNGUA
L

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos.....

D.N.I.....Profissom.....

Endereço (Rua, Praça).....

Vila, Cidade.....País.....(Tfno. (.....).....

Data de nacimento...../...../..... Quota Anual

Modo de pago: Ingresso directo na c/c n.º 2091-0450-48-3040018887 (Caixa Galícia, O.P. Ourense) ou domiciliaçom bancária. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Trabalhadores:** 6.500 ptas./ano (inclui Revista).
Desempregados: 1.500 ptas./ano (com Revista 4.500).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

• *Colecçom «Universália»*

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).

2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

Haller, Michel: *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos.* 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro.* 1990. 176 págs.

Associaçom Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria.* 1993. 194 págs.

Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

Garrido, Carlos: *Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados,* 1997. 488 págs.

Barbosa Álvares, José Manuel: *Curso Prático de Galego.* 1999. 248 págs.

• *Colecçom «Clássicos»*

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

• *Colecçom «Criaçom»*

Manuel Maria: *A Luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

Béjar, Júlio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-ediçom), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite,* 1990, 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar* e *Rio de Sonho e Tempo,* 1991, 292 págs.

Corral Iglésias, José Alberte: *Palavra e Memória,* 1997, 156 págs.

Gómez, Joel R.: *Teatro à medida e pronto para si,* 1998, 96 págs.

Corral Iglésias, José Alberte: *Acarom da brêtema,* 1999, 96 págs.

• Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985, 128 págs.

Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economía de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA